



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**Porto Velho - 2011**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

**Superintendência Regional no Estado de Rondônia**

Superintendente Regional: Carlino Lima

**Procuradoria Federal Especializada**

Procuradora Chefe: Apercida Martins Fontes

**Divisão de Administração**

Chefe de Divisão: Elias Donadon Batista

**Divisão de Desenvolvimento**

Chefe de Divisão: Wânia Maria das Graças Pontes Maramaldo

**Divisão de Obtenção**

Chefe de Divisão: Maria Amália Ferreira

**Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária**

Chefe de Divisão: Joyce Kellen Ferreira Buna

**Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal**

Chefe de Divisão: Francisco Sales Pinto

## **Missão**

“Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.”



## **Visão de Futuro**

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social.”

**[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AEFARO - Associação das Escolas Famílias Agrícolas de Rondônia  
AEFAVAG - Associação Escola Família Agrícola de Rondônia  
AGEVISA - Agência Estadual de Vigilância Sanitária  
APP - Área de Preservação Permanente  
ATES - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPL - Comissão Permanente de Licitação  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
EMATER/RO - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAP - Gestão e Administração do Programa  
GEE - Grau de Eficiência na Exploração  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LAPR - Licença Ambiental da Propriedade Rural  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Licença Prévia  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MP - Medida Provisória  
NE - Norma de Execução  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PGE - Plano Geral de Estatísticas

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PO - Programação Operacional  
PPA - Plano Plurianual  
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
QoS - Qualidade do Serviço  
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo  
RG - Relatório de Gestão  
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
RL - Reserva Legal  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
SERFAL - Secretaria Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal  
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIG - Sistema de Informações Geográficas  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar  
SISTERLEG - Sistema Terra Legal  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
SR-17/RO - Superintendência Regional do INCRA em Rondônia  
SRFA - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal  
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil  
TCE - Tomada de Contas Especiais  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Título Definitivo  
TDA - Título da Dívida Agrária  
TI - Tecnologia da Informação  
UG - Unidade Gestora  
UGR - Unidade Gestora Responsável  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento  
UO - Unidade Orçamentária  
VoIP - Voz Sobre IP (Internet Protocol - Protocolo da Internet)

## **LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES**

### **TABELAS**

#### **Tabela I. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0135**

Tabela II. Dados Gerais da Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Tabela III. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8384

Tabela IV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8384

Tabela V. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8384

Tabela VI. Projetos Criados

Tabela VII. Reconhecimento de Reserva Extrativista

Tabela VIII. Família Assentada por Projeto de Assentamento

Tabela IX. Demonstrativo dos Procedimentos Administrativos Realizados nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (NE 70/2008)

Tabela X. Resultados da NE 70/2008

Tabela XI. Demonstrativo dos Procedimentos Administrativos Realizados por Motivo de Inconsistência

Tabela XII. Demonstrativo dos Resultados por Motivo de Inconsistência

Tabela XIII. Cadastramento de Famílias Atingidas por Barragens

Tabela XIV. Dados Gerais da Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Tabela XV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8387

Tabela XVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8387

Tabela XVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8387

Tabela XVIII. Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar)

Tabela XIX. Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar) - Atividade que Continua em Execução

Tabela XX. Vistoria para Avaliação

Tabela XXI. Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em Conjunto

Tabela XXII. Perícia Judicial

Tabela XXIII. Dados Gerais da Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Tabela XXIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8374

Tabela XXV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374

Tabela XXVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8374

Tabela XXVII. Licença Prévia (LP) Protocolada

Tabela XXVIII. Licença Prévia (LP) emitida pelo Órgão Ambiental

Tabela XXIX. Licença de Instalação e Operação (LIO) Protocolada

Tabela XXX. Dados Gerais da Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Tabela XXXI. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4460

Tabela XXXII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460

Tabela XXXIII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4460

Tabela XXXIV. Área Obtida por Compra e Venda

Tabela XXXV. Área Obtida por Decisões e Acordos Judiciais

Tabela XXXVI. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tabela XXXVII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Tabela XXXVIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Tabela XXXIX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272

**Tabela XL. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0137**

Tabela XLI. Dados Gerais da Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Tabela XLII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8396

Tabela XLIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na ação 8396

Tabela XLIV. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8396

Tabela XLV. Estrada Construída / Complementada (Atividades iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2010)

Tabela XLVI. Estrada Recuperada (Atividades iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2010)

Tabela XLVII. Estrada Construída / Complementada (Atividade contratada em 2010)

Tabela XLVIII. Aditivos

Tabela XLIX. Dados Gerais da Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Tabela L. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8398

Tabela LI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8398

Tabela LII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8398

Tabela LIII. Serviço Topográfico Realizado (Atividades iniciadas em exercícios anteriores)

Tabela LIV. Quadro de Demanda de Demarcação Topográfica Trabalhada no Exercício de 2010

Tabela LV. Serviço Topográfico

Tabela LVI. Dados Gerais da Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Tabela LVII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4358

Tabela LVIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4358

Tabela LIX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4358

Tabela LX. Documento de Concessão de Uso Expedido

Tabela LXI. Vistorias realizadas para fins de titulação definitiva

Tabela LXII. Resultados na IN 47 de 16/9/2008

Tabela LXIII. Dados Gerais da Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Tabela LXIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2B06

Tabela LXV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2B06

Tabela LXVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2B06

Tabela LXVII. Projeto de Recuperação de Recursos Naturais

Tabela LXVIII. Educação e Conscientização Ambiental

Tabela LXIX. Dados Gerais da Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Tabela LXX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0427

Tabela LXXI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 0427

Tabela LXXII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 0427

Tabela LXXIII. Concessão de Crédito Apoio Inicial

Tabela LXXIV. Concessão de Crédito Aquisição de Materiais para Construção

Tabela LXXV. Concessão de Crédito Recuperação de Materiais para Construção

Tabela LXXVI. Concessão de Crédito Apoio Mulher



Tabela LXXVII. Complementação de Crédito Instalação  
Tabela LXXVIII. Casas com conclusão na construção ou reforma no exercício de 2010  
Tabela LXXIX. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa  
Tabela LXXX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela LXXXI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela LXXXII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272

**Tabela LXXXIII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0138**

Tabela LXXXIV. Dados Gerais da Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural  
Tabela LXXXV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2105  
Tabela LXXXVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2105  
Tabela LXXXVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2105  
Tabela LXXXVIII. Atividades Realizadas no Exercício de 2010  
Tabela LXXXIX. Quadro de Variação de Imóveis Cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR  
Tabela XC. Dados Gerais da Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional  
Tabela XCI. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4426  
Tabela XCII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4426  
Tabela XCIII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4426  
Tabela XCIV. Imóvel Georreferenciado (atividade iniciada em exercícios anteriores e concluída em 2010)  
Tabela XCV. Imóvel Georreferenciado (atividade iniciada em exercícios anteriores e continua em execução)  
Tabela XCVI. Imóveis Certificados  
Tabela XCVII. Dados Gerais da Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais  
Tabela XCVIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2110  
Tabela XCIX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2110  
Tabela C. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2110  
Tabela CI. Imóvel / Posse Rural Regularizado  
Tabela CII. Área Urbana Regularizada  
Tabela CIII. Dados Gerais da Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas  
Tabela CIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8380  
Tabela CV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8380  
Tabela CVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8380  
Tabela CVII. Área Pública com Processo de Retomada Impetrado  
Tabela CVIII. Dados Gerais da Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas  
Tabela CIX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8378  
Tabela CX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8378  
Tabela CXI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8378  
Tabela CXII. Cadastros Realizados  
Tabela CXIII. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa  
Tabela CXIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela CXV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela CXVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272

**Tabela CXVII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0139**

Tabela CXVIII. Dados Gerais da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela CXIX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4572

Tabela CXX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4572

Tabela CXXI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4572

Tabela CXXII. Capacitações realizadas

**Tabela CXXIII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1120**

Tabela CXXIV. Dados Gerais da Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Tabela CXXV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2109

Tabela CXXVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2109

Tabela CXXVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2109

Tabela CXXVIII. Família Assistida com Entrega de Cestas Básicas

Tabela CXXIX. Documento Concedido

Tabela CXXX. Pessoa Atendida com Documento

Tabela CXXXI. Outros Serviços Prestados

Tabela CXXXII. Palestras Realizadas

**Tabela CXXXIII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1336**

Tabela CXXXIV. Dados Gerais da Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Tabela CXXXV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 1642

Tabela CXXXVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 1642

Tabela CXXXVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 1642

Tabela CXXXVIII. Comunidade de Remanescentes Quilombolas no Estado de Rondônia

Tabela CXXXIX. Comunidade Remanescente de Quilombos Titulada

**Tabela CXL. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1350**

Tabela CXLI. Dados Gerais da Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Tabela CXLII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4474

Tabela CXLIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4474

Tabela CXLIV. Convênios em Vigência

Tabela CXLV. Trabalhador Rural Escolarizado

Tabela CXLVI. Dados Gerais da Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Tabela CXLVII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8370

Tabela CXLVIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8370

Tabela CXLIX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8370

Tabela CL. Convênios em Vigência

Tabela CLI. Trabalhador Rural Escolarizado

Tabela CLII. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa  
Tabela CLIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela CLIV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela CLV. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272

**Tabela CLVI. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1427**

Tabela CLVII. Dados Gerais da Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados  
Tabela CLVIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4470  
Tabela CLIX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4470  
Tabela CLX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4470  
Tabela CLXI. Assistência Técnica Inicialmente Contratada  
Tabela CLXII. Assistência Técnica Expandida  
Tabela CLXIII. Plano de Recuperação de Projetos de Assentamento Contratado  
Tabela CLXIV. Plano de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento Contratado  
Tabela CLXV. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa  
Tabela CLXVI. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela CLXVII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272  
Tabela CLXVIII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272  
Tabela CLXIX. Assentamentos Pesquisados

**Tabela CLXX. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0750**

Tabela CLXXI. Dados Gerais da Ação 2000 - Administração da Unidade  
Tabela CLXXII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2000  
Tabela CLXXIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2000  
Tabela CLXXIV. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2000

**Tabela CLXXV. Famílias Assentadas e Execução Orçamentária pelo Número de Servidores, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010**

**Tabela CLXXVI. Tomada de Contas Especiais Instauradas em Exercícios Anteriores com Continuidade em 2010**

**QUADROS**

Quadro A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL  
Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0135  
Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0137  
Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0138  
Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0139  
Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1120

Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1336

Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1350

Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1427

Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0750

Quadro A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJJ

Quadro A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373082 - Sede)

Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373012 - Ji-Paraná)

Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373013 - Pimenta Bueno)

Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373014 - Guajará-Mirim)

Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373082 - Sede)

Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373012 - Ji-Paraná)

Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373013 - Pimenta Bueno)

Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373014 - Guajará-Mirim)

Quadro A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (373082 - Sede)

Quadro A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Quadro A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Quadro A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Quadro A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Quadro A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Quadro A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Quadro A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA INTENSIVA

Quadro A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Quadro A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Quadro A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Quadro A.6.2 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Quadro A.6.3 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Quadro A.6.4 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Quadro A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Quadro A.9.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Quadro A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro A.12.1 - GESTÃO DE TI DA UJ

Quadro A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Quadro A.13.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (Série Histórica)

Quadro A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

## **PARTE B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

Quadro B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

## **FIGURAS**

Figura 1. Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA nº 69 de 19/10/2006.

## **DECLARAÇÕES**

Declaração 1. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309 de 9/8/2010.

Declaração 2. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730 de 10/11/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Declaração 3. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

## **ANEXOS**

Tabela I.I. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339030)

Tabela I.II. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339033)

Tabela I.III. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339037)

Tabela I.IV. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339039)

Tabela I.V. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339139)

Tabela II.I. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - MODALIDADE PREGÃO

Tabela II.II. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Tabela II.III. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Tabela II.IV. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - DISPENSA DE LICITAÇÃO - UG 373013 (UA Pimenta Bueno)

Tabela II.V. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - DISPENSA DE LICITAÇÃO - UG 373012 (UA Ji-Paraná)

Tabela II.VI. Inexigibilidade de Licitação

## **SUMÁRIO**

### **INTRODUÇÃO .....27**

Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências..... 30

### **PARTE A. CONTEÚDO GERAL .....31**

#### **1. Informações de identificação da unidade jurisdicionada ..... 31**

#### **2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades .....34**

##### **2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade..... 34**

###### **2.1.1. Competência Institucional..... 34**

###### **2.1.2. Os objetivos estratégicos.....35**

##### **2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais..... 40**

###### **2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida .....40**

###### **2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão .....41**

##### **2.3. Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade.....42**

###### **2.3.1. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....42**

###### **2.3.1.1. Programa 0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais .....43**

###### **2.3.1.1.1. Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.....46**

###### **2.3.1.1.2. Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais..... 53**

###### **2.3.1.1.3. Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária .....56**

###### **2.3.1.1.4. Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária ..... 59**

###### **2.3.1.1.5. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa..... 61**

###### **2.3.1.2. Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento ..... 63**

###### **2.3.1.2.1. Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento ..... 66**

###### **2.3.1.2.2. Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento..... 70**

###### **2.3.1.2.3. Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento .....74**

###### **2.3.1.2.4. Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária..... 79**

###### **2.3.1.2.5. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas ....83**

###### **2.3.1.2.6. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa..... 89**

###### **2.3.1.3. Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas ..... 91**

###### **2.3.1.3.1. Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural..... 94**

###### **2.3.1.3.2. Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional..... 97**

###### **2.3.1.3.3. Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais ..... 104**

###### **2.3.1.3.4. Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas ..... 107**

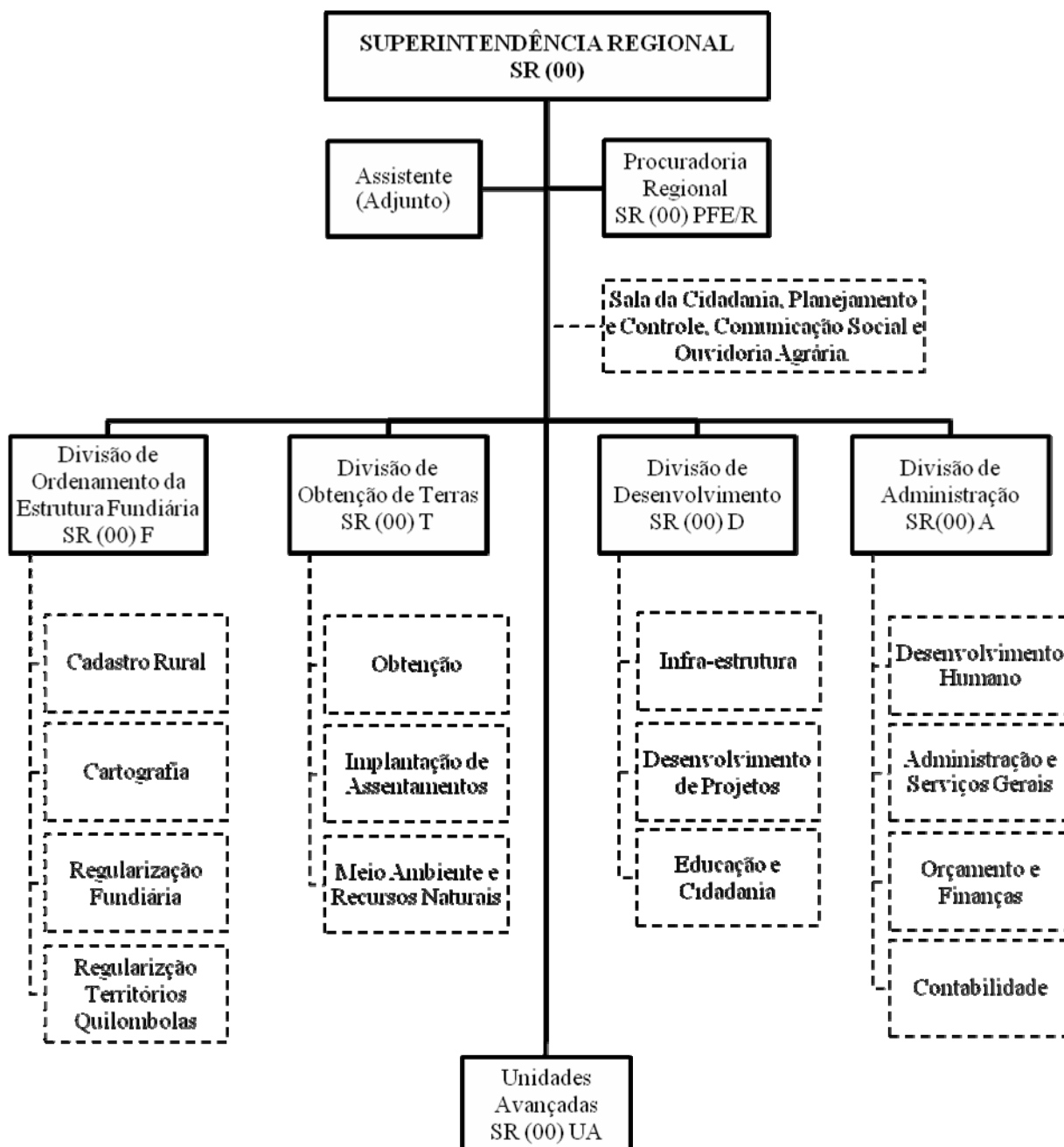
2.3.1.3.5. Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas ...	110
2.3.1.3.6. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	113
<b>2.3.1.4. Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário .....</b>	<b>115</b>
2.3.1.4.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação .....	116
<b>2.3.1.5. Programa 1120 - Paz no Campo.....</b>	<b>120</b>
2.3.1.5.1. Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas .....	122
<b>2.3.1.6. Programa 1336 - Brasil Quilombola .....</b>	<b>129</b>
2.3.1.6.1. Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos .....	131
<b>2.3.1.7. Programa 1350 - Educação do Campo (PRONERA).....</b>	<b>134</b>
2.3.1.7.1. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	136
2.3.1.7.2. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	139
2.3.1.7.3. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	142
<b>2.3.1.8. Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar .....</b>	<b>144</b>
2.3.1.8.1. Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	146
2.3.1.8.2. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	152
<b>2.3.1.9. Programa 0750 - Apoio Administrativo .....</b>	<b>155</b>
2.3.1.9.1. Ação 2000 - Administração da Unidade.....	156
2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ .....	159
2.3.3. Análise da Execução Física das Ações Realizadas pela UJ .....	161
<b>2.4. Desempenho Orçamentário / Financeiro .....</b>	<b>163</b>
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	163
2.4.1.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	163
2.4.1.1.1. Análise da Programação Orçamentária das Despesas .....	164
2.4.1.1.2. Análise Crítica da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	164
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa .....	165
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	165
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação Recebidos por Movimentação .....	165
2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	167
2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	171
2.4.2.1.4. Análise Crítica da Execução Orçamentária .....	173
<b>3. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....</b>	<b>174</b>
3.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	174
3.2. Análise crítica da situação dos restos a pagar de exercícios anteriores .....	175



<b>4. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, contemplando as seguintes perspectivas: Composição do quadro de servidores ativos; Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas; Composição do quadro de estagiários; Custos associados à manutenção dos recursos humanos; Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços; Indicadores gerenciais sobre recursos humanos:..</b>	<b>176</b>
4.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	176
4.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	178
4.3. Composição do Quadro de Estagiários .....	179
4.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos .....	180
4.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra .....	181
4.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	184
4.7. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos .....	184
<b>5. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência .....</b>	<b>185</b>
5.1. Transferências Efetuadas no Exercício .....	185
5.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2010.....	185
5.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	186
5.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes .....	186
5.1.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse .....	187
5.1.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	188
5.1.6. Análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo .....	189
<b>6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309 de 9/8/2010.....</b>	<b>190</b>
<b>7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730 de 10/11/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.</b>	<b>191</b>
<b>8. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle da UJ, contemplando os seguintes aspectos: Ambiente de controle; Avaliação de risco; Informação e Comunicação; Monitoramento.....</b>	<b>192</b>
8.1. Estrutura de Controle Interno da UJ .....	192
<b>9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços de obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.....</b>	<b>194</b>
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	194

<b>10. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.</b>	196
10.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	196
10.1.1. Análise crítica sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros	197
<b>11. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação - TI da UJ, contemplando os seguintes aspectos: Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de tecnologia da informação - TI.</b>	198
11.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	198
<b>12. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.</b>	199
<b>13. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento</b>	200
13.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício	200
<b>14. Outras Informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.</b>	200
<b>PARTE B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</b>	201
B.I. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	201
<b>PARTE C. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS</b>	202
C.I. Cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/nº 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações	202
C.II. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação	204
C.III. Indicadores Institucionais	207
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	213
<b>ANEXOS</b>	215
ANEXO I - DESPESAS CONTRATUAIS	216
ANEXO II. PROCESSOS LICITATÓRIOS	220

**Figura 1. Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA nº 69 de 19/10/2006.**



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme transcrição abaixo:

**1) Superintendências Regionais - SR(00) - Órgãos descentralizados,** compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

**As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:**

**a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) -** Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação.

**b) Planejamento e Controle -** Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou

presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA.

**c) Comunicação Social** - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional.

**d) Ouvidoria Agrária** - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários.

**I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R** - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

**II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

**a) De Cadastro Rural** - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em

conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

**b) De Cartografia** - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica.

**c) De Regularização Fundiária** - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira.

**d) De Regularização de Territórios Quilombolas** - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras.

**III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

**a) De Obtenção** - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a

evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação.

**b) De Implantação de Assentamentos** - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular.

**c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais** - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial.

**IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D** - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

**a) De Infraestrutura** - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

**b) De Desenvolvimento de Projetos** - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento,

para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização.

**c) De Educação e Cidadania** - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES.

**V) À Divisão de Administração - SR(00)A** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

**a) De Desenvolvimento Humano** - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado.

**b) De Contabilidade** - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos.



**c) De Administração e Serviços Gerais** - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo.

**d) De Orçamento e Finanças** - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária.

**VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal**  
- **(SRFA(00))** - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

**a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T)** - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária.

**b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A)** - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de

telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos.

**VII) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA** - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização.

## **INTRODUÇÃO**

### **A cidadania brota do meio rural**

*A terra é um meio de produção finito. Ela não se multiplica como um objeto fabricado. Por isso, desenvolver políticas públicas voltadas à estrutura agrária do Brasil é um processo de pelo menos quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, o acesso à terra é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, setor dinâmico que emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e produz 70% da alimentação que o brasileiro consome no seu dia a dia. Do ponto de vista político, é fundamental para a modernização do ordenamento territorial do país e o avanço da regularização fundiária, que garantem soberania nacional e segurança jurídica para a produção. Também porque a reforma agrária ajuda a diminuir a histórica concentração da propriedade da terra que ainda vigora no Brasil. Do ponto de vista social, é uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda. Finalmente, sob o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada, livre de agrotóxicos e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país.*

Rolf Hackbart  
Presidente do Incra

Etimologicamente, reforma vem das palavras *re* e *formare*, ou seja, significa mudar uma estrutura anterior, para modificá-la em determinado sentido. O prefixo *re* significa a idéia de renovação, enquanto *formare* é a maneira de existência de um sentido ou de uma coisa. Reforma Agrária é, pois, na acepção etimológica, a mudança do estado agrário vigente, procurando-se mudar o estado atual da situação agrária. E esse estado que se procura modificar é o do feudalismo agrário (que influenciou o surgimento das *sesmarias* e *capitanias hereditárias* no Brasil colonial) e o da grande concentração agrária (latifúndios) em benefício das massas trabalhadoras do campo. Por consequência, as leis de reforma agrária se opõem a um estado anterior de estrutura agrária privada que se procura modificar para uma estrutura de propriedade com sua função social.

Assim, a reforma agrária foi criada visando uma revisão e novo regramento das normas disciplinando a estrutura agrária do país, tendo em vista a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnica apropriada ao melhoramento da condição humana da população rural.

Ela deve combater simultaneamente formas menos adequadas de produção, sobretudo o latifúndio e o minifúndio. Mesmo a pequena propriedade familiar, também não apresenta grande grau de produtividade sem as técnicas do crédito e do melhor assentamento

do homem à terra. Não se confundindo com a política agrária, também prevista na Carta magna, que é o conjunto de princípios fundamentais e de regras disciplinadoras do desenvolvimento do setor agrícola.

A *política fundiária*, por sua vez, difere da política agrícola; onde o visa disciplinamento da posse da terra e de uso adequado (função social da propriedade). Visando e promovendo o acesso à terra daqueles que saibam produzir, dentro de uma sistemática moderna, especializada e profissionalizada.

E, nesse contexto, a terra tem uma função social, que é justamente a produção agrícola para alimentar a população humana e a sociedade urbanizada. E a redistribuição das terras é normalmente um dos principais objetivos de qualquer programa de reforma agrária.

Assim, os instrumentos legais vigentes, em especial a Lei nº 11.653 de 7/4/2008 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011 e objetiva assim a organização da atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano trouxe integrado a si programas finalísticos, dentre esses alguns específicos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dos quais a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, durante o exercício de 2010, alcançou os seguintes resultados: o assentamento de 649 (seiscentos e quarenta e nove) famílias; criação de 5 (cinco) projetos de assentamentos proporcionando 154 (cento e cinquenta e quatro) novas vagas para assentamento de trabalhadores rurais sem terra, assim como o reconhecimento de 17 (dezessete) Reservas Extrativistas beneficiando 366 (trezentos e sessenta e seis) famílias; cadastramento de 1.006 (um mil e seis) famílias atingidas por barragens; realização de vistorias em 9 (nove) imóveis representando o total de 61.312,7751 has (sessenta e um mil trezentos e doze hectares, setenta e sete ares, cinquenta e um centiares) de área vistoriada; protocolo junto ao órgão ambiental estadual de 13 (treze) licenças ambientais; aquisição de um imóvel com área de 2.996,4224 ha (dois mil novecentos e noventa e seis hectares, quarenta e dois ares, vinte e quatro centiares) beneficiando 100 (cem) famílias; atendimento a 1.580 (um mil quinhentos e oitenta) famílias com a construção de 216,81 km de estradas e 98,76 km de estradas recuperadas; demarcação topográfica em 1.720 (um mil setecentos e vinte) parcelas em projetos de assentamentos; expedição de 748 (setecentos e quarenta e oito) documentos de concessão de uso em Projetos de Assentamentos; atendimento de 320 (trezentos e vinte) famílias com concessão de crédito-instalação nas diversas modalidades; 205 (duzentos e cinco) trabalhadores rurais escolarizados; capacitação de 120 (cento e vinte) profissionais para a Reforma Agrária, gerenciamento de 7.804 (sete mil oitocentos e quatro) imóveis; regularização de 6.404,9717 ha (seis mil quatrocentos e quatro hectares, noventa e sete ares, dezessete centiares) de área representando a emissão de 69 (sessenta e nove) títulos definitivos e área rural e 5 (cinco) doações de áreas urbanas; georreferenciamento de 506.436 ha (quinhentos e seis mil quatrocentos e trinta e seis hectares); e capacitação de 151 (cento e cinquenta e um) servidores.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 12.214 de 26/1/2010, com o detalhamento da Programação Operacional para o exercício de 2010 e posteriores ajustes decorrentes do Decreto nº 7.144 de 30/3/2010, o orçamento previsto para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi o montante de R\$ 53.695.754 (cinquenta e três milhões seiscentos e noventa e cinco mil setecentos e cinquenta e quatro reais), sendo descentralizados R\$ 38.067.658 (trinta e oito milhões sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais), que representa 70,89% do valor inicialmente programado, dos quais R\$ 37.205.818 (trinta e sete milhões duzentos e cinco mil oitocentos e dezoito reais) foram empenhados e R\$ 14.708.015 (catorze milhões setecentos e oito mil e quinze reais) foram efetivamente pagos, resultando em 38,63 % de execução orçamentária.

Organizado em três partes, o presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ao longo do exercício de 2010, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através da consonância entre as disposições constantes nos Normativos do Tribunal de Contas da União, em especial a Instrução Normativa TCU nº 63 de 1/9/2010, Decisão Normativa TCU nº 107 de 27/10/2010, Portaria TCU nº 277 de 7/12/2010 e Portaria da CGU nº 2.546 de 27/12/2010, e a demonstração da importância social, econômica e ambiental que esta Autarquia desempenha no Estado de Rondônia.

Na primeira, denominada Parte A, de acordo com a Decisão Normativa - TCU nº 107 de 27/10/2010, os conteúdos gerais, tais como a identificação da unidade, informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades.

A segunda, denominada Parte B, apresenta as informações contábeis, entre essas a declaração do contador responsável pela unidade atestando se os demonstrativos contábeis, como os balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964, também constantes da referida Parte B, refletem ou não da adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.

E, na terceira e última, denominada Parte C, os conteúdos específicos da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, quanto aos trabalhos da Portaria INCRA/P nº 12 de 24/1/2006; assim como as principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação; e alguns Indicadores Institucionais que gradativamente vêm sendo utilizados com instrumento de análise quanto o direcionamento das ações empreendidas ao longo do exercício.

Assim, que este seja utilizado como um instrumento de reflexão ao esforço e ao aprimoramento da busca ao benefício coletivo, onde esta Autarquia precisa avançar.

*Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.*

Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra)

**Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências:**

- I. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.
- II. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.
- III. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social.
- IV. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.
- V. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.
- VI. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício - OCI.
- VII. Recomendações do Órgão de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício - OCI.
- VIII. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Os itens acima não ocorreram no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ao longo do exercício de 2010 uma vez que esses são, em sua maioria, peculiares de unidades orçamentárias, ou seja, referem-se a órgãos ao qual é consignada dotação própria no Orçamento para a realização de despesas, diferente das Superintendências Regionais que são órgãos descentralizados.

## PARTE A. CONTEÚDO GERAL

- 1. Informações de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato, endereço postal; endereço eletrônico; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.**

### Quadro A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>				
<b>Poder:</b> Executivo				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário			<b>Código SIORG:</b> 17125	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>				
<b>Denominação completa:</b> SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA				
<b>Denominação abreviada:</b> SR-17/RO				
<b>Código SIORG:</b> 4139		<b>Código LOA:</b> 49.201		<b>Código SIAFI:</b> 373082
<b>CNPJ:</b> 00.375.972/0024-57			<b>Situação Operacional:</b> ativa	
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia				
<b>Principal Atividade Econômica:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(069) 3229-1691	(069) 3229-1545	(069) 3229-1876	(069) 3229-3583
<b>Endereço eletrônico:</b> Não há.				
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.incra.gov.br">http://www.incra.gov.br</a>				
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Lauro Sodré, nº 3050, bairro Costa e Silva. CEP: 76.803-488. Porto Velho - RO.				
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Decreto-Lei nº 1.110 de 9/7/1970, publicado no DOU em 10/7/1970 - Dispõe sobre a criação do INCRA. Decreto-lei nº 2.363 de 21/10/1987 - Dispõe sobre a extinção do INCRA. Decreto Legislativo nº 2 de 29/3/1989 - Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA.				
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Decreto nº 6.812 de 3/4/2010 e Portaria nº 20 de 8/4/2010 - Regimento Interno do INCRA - Estrutura Regimental do INCRA.				
<b>PRINCIPAIS INSTRUÇÕES NORMATIVAS:</b>				
<b>IN 36 DE 20/11/2006</b> - Estabelece diretrizes para descentralização das decisões, fixa as alçadas decisórias dos órgãos colegiados e o fluxo de procedimentos relativos à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.				
<b>IN 38 de 13/3/2007</b> - Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.				
<b>IN 39 de 11/6/2007</b> - Trata do programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) dos assentamentos resultantes da reforma agrária - PAC no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.				

**IN 42 de 18/9/2007** - Dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de Projeto de Reassentamento de Barragem - PRB e a inclusão das agricultoras e dos agricultores reassentados em função da construção de barragens no Programa Nacional de Reforma Agrária e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - Grupo A.

**IN 46 de 26/5/2008** - Fixa os procedimentos para regularização fundiária de posses em áreas rurais de propriedade da União superiores a 100 (cem) hectares e até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais, localizadas na Amazônia Legal.

**IN 47 de 16/9/09** - Estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores (as).

**IN 51 De 25/5/2009** - Altera Anexo I (formulário de Inscrição da Unidade Familiar ao Programa Nacional de Reforma Agrária) da Instrução Normativa nº 38 de 13/3/2007, com o acréscimo de folha complementar para registrar os integrantes da unidade familiar no acesso de políticas públicas.

**IN 54 de 22/7/2009** - Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.

**IN 55 de 3/8/2009** - Estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e dá outras providências.

**IN 57 de 20/10/2009** - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887 de 20/11/2003.

#### **PRINCIPAIS NORMAS DE EXECUÇÃO:**

**NE 69 de 12/3/2008** - Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de Reforma Agrária.

**NE 70 de 12/5/08** - Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

**NE 71 de 12/5/2008** - Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.

**NE 74 de 25/6/2008** - Dispõe sobre os procedimentos para a análise de legitimidade de pagamentos decorrentes de decisões judiciais por meio de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV.

**NE 77 de 29/9/2008** - Altera os valores de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES para os projetos de assentamento da Reforma Agrária.

**NE 80 de 26/01/2009** - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no § 1º, do artigo 9º, do Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

**NE 83 de 26/5/2009** - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.

**NE 84 de 2/9/2009** - Estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização a prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.

**NE 85 de 21/9/2009** - Dá nova redação ao parágrafo quarto do artigo 22 da Norma de Execução/INCRA/DD/Nº 84 de 2/9/2009, a qual estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização e prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.

**NE Nº 87 de 26/11/2009** - Dá nova redação aos dispositivos da Norma de Execução DT nº 69 de 12/3/2008, relacionados aos procedimentos e peças técnicas dos processos administrativos de criação de Projetos de reforma agrária.

**NE Nº 88 de 23/11/2009** - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos abrangidos pela Portaria/INCRA/nº 12/2006, em que os detentores de imóveis rurais não atenderam a Intimação do INCRA e que, após a realização de diligências, não foram obtidas informações sobre o imóvel rural.

**NE Nº 92 de 22/2/2010** - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no §1º, do artigo 9º, do Decreto 4.440 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

**NE Nº 93 de 19/7/2010** - Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF).



**NE Nº 95 de 27/8/2010** - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.

**NE Nº 96 de 15/9/2010** - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação de Imóveis Rurais no INCRA disposto no Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

*Obs.: Todos os principais atos normativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA encontram-se disponíveis na página da internet.*

**Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada**

Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (Aprovado pela Portaria/INCRA/P nº 282 de 26/4/2004).

Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial (Aprovado pela NE/INCRA/DT nº 52 de 25/10/2006).

Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária (Elaborado em 6/2006).

Manual Operacional de ATES (Aprovado pela NE/INCRA/DD nº 78 de 31/10/2008).

Manual de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (Elaborado em 7/8/2009).

**Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

**Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
373082	INCRA Porto Velho/RO
373012	Jaru Ouro Preto
373013	Corumbiara
373014	Guajará-Mirim

**Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
Não se aplica a natureza da UJ.	

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
Não se aplica a natureza da UJ.	

## **2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades:**

### **2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:**

#### **2.1.1. Competência Institucional**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem como finalidades:

*I - promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;*

*II - promover, coordenar, controlar e executar a colonização;*

*III - promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e*

*IV - gerenciar a estrutura fundiária do país.*

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem suas atividades principais estabelecidas pela Lei nº. 4.504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra e legislação complementar):

*I - quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:*

a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº. 4.504/1964;

b) definir critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;

c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural;

d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº. 8.629 de 25/2/1993;

e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº. 10.267 de 28/8/2001;

f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;

g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº. 6.383 de 7/12/1976;

h) regularizar as ocupações das terras na forma dos artigos. 97 a 102 da Lei nº. 4.504/1964;

i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e

j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

*II - quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:*

a) promover as desapropriações, por interesse social, para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;

b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;

- c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
- d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº. 4.504/1964 e da Lei n.º 8.257 de 26/11/1991;
- e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
- f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
- g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

*III - quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:*

- a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infraestrutura básica;
- b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;
- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para o público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e
- d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

E, de acordo com o Regimento Interno autorizado pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, as Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, os quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

### **2.1.2. Os objetivos estratégicos**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA estabeleceu prioridades de ação até 2010, assim, reuniram-se representantes da Autarquia e definiram cinco diretrizes para fortalecer a política nacional de reforma agrária e o ordenamento da estrutura fundiária do país.

O ajuste estratégico é a síntese dos debates em torno das prioridades de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA: democratização do acesso à terra, qualidade de vida nos assentamentos e inserção produtiva, cumprimento da função da propriedade rural e dos assentamentos e reconhecimento da propriedade rural.

Assim considerou-se que para o êxito dessas ações dependeriam de três condições: geração de valor público (ações ou políticas socialmente importantes); serem legitimadas pelo ambiente autorizador; e serem exequíveis (possuir ou desenvolver capacidades para dar conta dos objetivos propostos).

Assim, as diretrizes, conforme descritas abaixo foram produzidas através do debate da missão e visão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, destacando os valores públicos efetivamente gerados pela Autarquia, dos “objetivos” ou “valores” que são elementos de visão de mundo que orientam a ação.

#### **Da Primeira diretriz:**

O INCRA implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país.

*... contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidade de gênero, raça e etnia.*

A primeira diretriz destaca a *democratização do acesso a terra*, o principal valor público que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA efetivamente gera, não o limitando a sua geração apenas aos assentamentos da Reforma Agrária, mas o ampliando pela regularização fundiária e, também, pelo gerenciamento da estrutura fundiária e reconhecimento de posses de comunidades tradicionais e quilombolas.

#### **Da segunda diretriz:**

O INCRA implementará a Reforma Agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

*... contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.*

A segunda diretriz trata da transparência da gestão do Estado, afirmando a importância da participação da sociedade organizada e do controle social na implantação das políticas públicas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA dentro dos marcos legais constituídos, pois o monitoramento e fiscalização das ações são necessários para consolidar a geração dos valores públicos na forma de uma eficaz prestação de conta aos supervisores políticos.

#### **Da terceira diretriz:**

O INCRA implementará a Reforma Agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais.

*... contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.*

A terceira diretriz dá conta de um valor público central na atividade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, *a função social da propriedade*. Ela é quem dá sentido ao exercício da propriedade rural no Brasil, ou seja, que a terra para ser possuída, deve ser utilizada para produzir, observando os princípios da sustentabilidade ambiental, do trabalho livre e do bem estar, que são critérios válidos, também, para a manutenção da condição de beneficiário da reforma agrária.

#### **Da quarta diretriz:**

O INCRA implementará a Reforma Agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes.

*... contribuindo para a capacitação dos (as) assentados (as), o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.*

A quarta diretriz detalha os conceitos de criação e implantação de assentamentos rurais, trazendo o foco destas ações para a *qualidade de vida e a inserção produtiva*, valores públicos que se não forem gerados em conjunto com a democratização do acesso à terra e o cumprimento de sua função social tendem a inviabilizar qualquer resultado qualitativo.

#### **Da quinta diretriz:**

O INCRA implementará a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais.

*... contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.*

A quinta diretriz complementa a primeira, assegurando que o gerenciamento da estrutura fundiária também gere um importante valor público vinculado ao papel do Estado: *o reconhecimento da propriedade rural*. Independe se por reconhecimento do direito ao território para as comunidades e povos tradicionais, ou do direito à propriedade no espaço rural nacional, através do serviço de cadastro, que qualifica, localiza e certifica as propriedades rurais e demais formas de domínio, além de constituir a base informal da fiscalização da função social destas mesmas propriedades.

Em síntese os principais valores públicos gerados pelo INCRA são quatro:

1. Democratização do acesso a terra;
2. Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva;
3. Cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária; e
4. Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

Estes valores públicos são gerados nas diversas ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A democratização do acesso a terra, por exemplo, é gerada pelo assentamento de famílias e legitimação de posses. A qualidade de vida por meio das obras e serviços de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. O cumprimento da função social da propriedade e dos assentamentos é gerado tanto através da fiscalização das grandes propriedades, quanto pela retomada dos lotes irregularmente ocupados nos assentamentos. E, por fim, o reconhecimento da propriedade rural pela expedição dos certificados de cadastro de imóvel rural - CCIR, ou mesmo através da certificação para fins cartoriais.

A leitura conjunta das diretrizes e seus respectivos valores públicos permitem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA um salto de qualidade no seu papel de fiscalizar a função social da propriedade rural, de implantar a reforma agrária e de gerenciar a estrutura fundiária do país.

E, a partir dessas diretrizes a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO agregou um conjunto de medidas que visaram ajustes de atuação para o alcance dos referidos valores públicos, essas medidas são evidenciadas para cada uma das Divisões que compõe a Regional, na forma como segue:

#### **Da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária:**

São dois os principais valores públicos gerados pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

A democratização do acesso a terra através da promoção do ordenamento fundiário, conforme definido na Medida Provisória 458 de 20/2/2010 e posterior Lei nº 11.952 de 25/6/2010, realizando:

- a) O levantamento ocupacional das terras públicas federais;
- b) Continuidade na execução de serviços de georreferenciamento dos imóveis priorizando aqueles até quatro módulos fiscais, em atendimento ao disposto na Lei 10.26 de 28/8/2001; e
- c) Regularização dos imóveis abrangidos pelas citadas normas.

Assim como o reconhecimento da propriedade rural, através da identificação e delimitação dos territórios de quilombolas visando à regularização fundiária das áreas remanescentes dessas comunidades no Estado de Rondônia.

#### **Da Divisão de Obtenção:**

Também no sentido da democratização do acesso a terra, no entanto, através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, buscaram-se imóveis rurais para a

obtenção, seja através de indenizações (desapropriações) ou pagamento (aquisição) desses, e levando em consideração a existência de demanda qualificada e o estoque de terras existentes (lotes vagos, terras estaduais, faixa de fronteira, processos em tramitação e terras ocupadas irregularmente), almejando assim o assentamento de trabalhadores rurais sem terra acampados, ou em risco de iminente conflito; para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidade e gênero, raça e etnia.

#### **Da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento:**

O principal valor público buscado pela Divisão é a qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva, onde o objetivo principal é a inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade sócio, econômica e ambiental. Proporcionando que os assentamentos reúnam capacidade econômica e política para provocar o desenvolvimento local e regional.

As diretrizes relacionadas ao cumprimento da função social da terra bem como da qualificação dos assentamentos se fazem concretas na estratégia de atuação dos programas e ações de responsabilidade dessa Divisão, entre elas destacam-se:

a) A dotação de infraestrutura mediante a construção e/ou recuperação de estradas nos assentamentos além de permitir a mobilidade das famílias assentadas (acesso aos equipamentos sociais públicos de saúde e educação) também constitui fator indispensável à inserção ao mercado local, seja para adquirir mercadorias necessárias ao seu bem estar ou para vender os produtos oriundos da produção familiar;

b) O acesso ao crédito apoio como primeiro recurso financeiro disponibilizado para a aquisição de gêneros alimentícios e ferramentas necessárias para iniciar a produção familiar na parcela, tem se revelado indispensável à manutenção das famílias assentadas na medida em que inibe a possibilidade da busca por trabalho fora dos assentamentos;

c) A ação de construção ou recuperação de moradias representa no contexto dos assentamentos a perspectiva de estabelecimento de vínculos com a terra recebida. Constitui-se, neste sentido, importante elemento no processo de desenvolvimento do sentimento de propriedade;

d) Acesso aos serviços de assessoria técnica que proporciona o desenvolvimento de aspectos relativos ao cumprimento da função social da terra como imperativo constitucional, como também no desenvolvimento da família e da comunidade como um conjunto de pessoas capazes de viver em condições adequadas e satisfatórias do ponto de vista do atendimento de suas necessidades gerais (segurança alimentar, saúde, educação, lazer, entre outros) bem como a sua inserção social como produtores de bens de consumo;

e) A titulação, provisória ou definitiva constitui um direito das famílias assentadas, todavia é um direito que se configura mediante o atendimento de alguns requisitos estabelecidos em norma, dentre eles, a exigência da morada habitual, da exploração direta e pessoal da parcela objeto da reforma agrária; e da observância a legislação ambiental;

f) A realização de vistorias que é o procedimento que visa constatar o cumprimento dessas exigências, além de qualificar a situação ocupacional e ambiental da parcela com vista à titulação; tal procedimento é um referencial para a regularização de parcelas abandonadas pelo beneficiário original em favor de famílias que eventualmente possam estar ocupando de forma irregular ou por outras constantes do cadastro de candidatos ao Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA; e

g) A demarcação topográfica das parcelas de assentamentos é um procedimento que visa individualizar e nomear os lotes distribuídos conforme desenho estabelecido quando da criação dos projetos de assentamento. Tornando-se um instrumento fundamental para viabilizar o acesso ao crédito produtivo disponível nas agências financeiras, em especial nos bancos oficiais. Requisito também para a titulação definitiva das parcelas, essa ação, no exercício de 2010, recebeu atenção especial da Superintendência Regional no Estado de

Rondônia - SR-17/RO vez que se estabeleceu como prioridade os assentamentos situados nos municípios do Território da Cidadania e da Operação Arco Verde.

**Da Divisão de Administração:**

Levando-se em consideração que as ações da Divisão de Administração são eminentemente meio, torna-se indispensável sua participação efetiva em toda a estrutura da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, desde a manutenção dos serviços essenciais até o resultado final que é a consolidação dos projetos de assentamentos.

Nesse contexto as estratégias de atuação visaram em especial à racionalização dos gastos, controle de despesas, renegociação dos contratos de prestação de serviços e novas contratações, e ênfase na análise de prestação de contas dos convênios, manutenção de equipamentos e viaturas oficiais, entre outras no mesmo sentido da legalidade e racionalidade.

Assim a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO utilizando-se da ferramenta de Planejamento a Programação Operacional - PO que é o instrumento de gestão e de tomada de decisões que orienta a execução de todos os programas e ações da Autarquia, essa elaborada com base no PPA 2008-2011, em continuação aos Programas constantes no II Plano Nacional de Reforma Agrária, nos Planos Regionais de Reforma Agrária, na Lei Orçamentária para o exercício de 2010, trabalhou em busca do alcance das metas físicas, assim definidas em consonância com as diretrizes estratégicas e operacionais de cada ação, observando, inclusive, a execução orçamentária do exercício em análise.

## **2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais:**

### **2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida**

Com o processo de implementação do ajuste estratégico destaca-se as seguintes análises de seu andamento:

#### **Das prioridades:**

Para o Programa denominado Território da Cidadania que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal através de diversos órgãos, tais como: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, entre outros; Estados e Municípios tornaram-se fundamentais para a construção desse plano estratégico.

Em 2010 foram definidos três Territórios da Cidadania para o Estado de Rondônia: Central (13 municípios), Madeira Mamoré (5 municípios) e Vale do Jamari (9 municípios), assim dos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia são 27 (vinte e sete) os municípios prioritários.

E, para a intitulada Operação Arco Verde, que tem como objetivo realizar ações emergenciais e de crédito (lançamento de modalidade ambiental) na Amazônia, em especial nos municípios apontados como os que se encontram em estágio crítico em matéria de desmatamento, destacados em Rondônia os seguintes municípios: Machadinho do Oeste, Pimenta Bueno, Nova Mamoré e Porto Velho.

#### **Das metas:**

De acordo com a Lei nº 12.017 de 12/8/2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária buscou-se equilíbrio entre metas exequíveis e substantivas alinhando os recursos em acordo com as prioridades para resolver os conflitos entre objetivo.

Assim, foi necessário alinhar as capacidades, buscando a viabilidade operacional das metas físicas e orçamentárias, tornando-as exequíveis, portanto primou-se pela transparência e democratização no processo de elaboração dos objetivos para o exercício de 2010, onde foram observados os seguintes critérios: efetiva capacidade operacional para a execução da demanda a ser definida, tanto na jurisdição das Superintendências Regionais, quanto nos territórios da cidadania; custo unitário real praticado na regional; e principalmente a capacidade operacional.

#### **Dos compromissos:**

Foram criadas cadeias de compromissos em torno das prioridades que tiveram início no exercício de 2009, através da realização dos mutirões; e ao longo do exercício de 2010 foram realizadas reuniões setoriais, bem como agendas nos municípios da operação Arco Verde.

#### **Do monitoramento:**

Foi necessária a criação de instrumento de monitoramento para assegurar a evolução da agenda aprovada.

No âmbito nacional, através da inserção de informações atualizadas da execução das atividades no Portal do território da cidadania:

E, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi construído o Sistema de Informações Rurais - SIR, através do seu Módulo de Monitoramento e Avaliação, onde os dados da execução física e financeira das principais ações desenvolvidas pelas Superintendências Regionais e Sede serão disponibilizados na



Incranet, o que permitiu o acompanhamento e medição do grau de execução das ações, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisão a partir das informações disponibilizadas, bem como do conhecimento das realidades locais.

### **2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem como ferramenta de Planejamento a Programação Operacional - PO - que é o instrumento de gestão e de tomada de decisões que orienta a execução de todos os programas e ações da Autarquia.

A Programação Operacional do exercício de 2010 foi elaborada com base no PPA 2008-2011, em continuação aos Programas constantes no II Plano Nacional de Reforma Agrária, nos Planos Regionais de Reforma Agrária, na Lei Orçamentária para o exercício de 2010 e nas diretrizes de governo para operacionalização do Programa Territórios da Cidadania e Arco Verde, assim como foi detalhada no Módulo de Planejamento do Sistema de Informações Rurais - SIR.

Para a execução da referida programação operacional foram realizadas algumas projeções através do seu detalhamento, no entanto, não sendo elaborado um plano de ação anual como referência da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO como um todo.

Ocorrendo a elaboração de plano de ação para algumas atividades, visando a exposição de motivos para autorização da descentralização orçamentária como, por exemplo, as vistorias ocupacionais de acordo com a IN 47 de 16/9/2008 e as atividades da NE 70 de 12/5/2008.

Entende-se a importância de continuamente analisar as alternativas de atuação surgidas ao longo do exercício, visando assim atender aos objetivos e prioridades organizacionais inicialmente estabelecidos, com base no planejamento estratégico, verificando as ocorrências ou possibilidades de ocorrência de eventos internos ou externos, sujeitos ou não ao seu controle, que, representando oportunidades ou ameaças, são capazes de influenciar diretamente no desempenho operacional. No entanto, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ainda não alcançou nível de organização ao ponto de realização de tal plano, uma vez que a execução das atividades ainda ocorre à mercê do orçamento público nacional, sua aprovação, disponibilidade orçamentária e, com certeza, da grande influência e/ou pressão da sociedade.

Ainda assim, a reforma agrária e o ordenamento da estrutura fundiária são consideradas como imprescindíveis à garantia do acesso aos direitos e o exercício da cidadania no meio rural. Nesse sentido, ao longo da existência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e em especial no exercício em análise, como demonstrado através dos resultados apresentados no presente relatório de gestão, foi possível se consolidar ações de inclusão social, racial e de gênero, assim como a desconcentração de terra, permitindo melhor distribuição de renda e contribuindo na implantação da justiça social no campo.

O que com certeza apresentaria melhores resultados se além de um plano de governo que depende de decisão política, normas de execução e respaldo nos diversos poderes (executivo, legislativo e judiciário) para sua implementação, assim, se obtivesse essa conjugação de forças e convergências de interesses, concomitantemente a planos de ação e estratégias de atuação associados, compartilhados e revisados permanentemente, gerando benefícios de orientação dos trabalhos nas suas diversas funções e atividades, promovendo a convergência de esforços de toda a equipe e tornando mais eficiente a utilização dos recursos disponíveis.

## **2.3. Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade:**

### **2.3.1. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ**

Para o desenvolvimento das políticas públicas de Reforma Agrária e do Ordenamento da Estrutura Fundiária, projetos e atividades devidamente articulados entre si, inseridos na Lei nº 11.653 de 7/4/2010, que dispõem sobre o Plano Plurianual - PPA 2008-2011, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 12.017 de 13/8/2009 e na lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.214 de 26/1/2010 e posterior Decreto nº 7.144 de 30/3/2010, foram atribuídos sob a responsabilidade de execução de nove programas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme segue:

- 1) 0135 - Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais;
- 2) 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento;
- 3) 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas;
- 4) 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário;
- 5) 1120 - Paz no Campo;
- 6) 1336 - Brasil Quilombola;
- 7) 1350 - Educação do Campo (PRONERA);
- 8) 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (ATES);
- 9) 0750 - Apoio Administrativo.

Os programas acima listados passam a ser enfocados e expressos ao longo do presente relatório, onde serão apresentados, entre outros dados, os resultados da execução destes ao longo do exercício de 2010 no âmbito desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### 2.3.1.1. Programa 0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0135

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0135		Denominação: Assentamento para Trabalhadores Rurais				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra, por meio de ações que garantam a soberania alimentar e a geração de emprego e renda aos trabalhadores rurais sem terra.						
Gerente: Celso Lisboa de Lacerda				Responsável: Maria Amália Ferreira		
Público Alvo: Trabalhadores rurais sem-terra						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	2655 - Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária.	31/12/2006	14,000	10,000	11,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de famílias assentadas no exercício e o número de famílias cadastradas como candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária SIPRA em cada exercício.						
Análise do Resultado Alcançado						
No âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram analisados cadastros de 776 (setecentos e setenta e seis) candidatos, dos quais 127 (cento e vinte e sete) inscrições foram eliminadas, sendo assim, efetivamente assentadas 649 (seiscentos e quarenta e nove) famílias no exercício de 2010, ou seja, 83,63% dos candidatos analisados foram assentados. Fato esse decorrente dos critérios de perfil, constante nos instrumentos legais, que essas famílias devem se enquadrar.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	2656 - Unidade de produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	31/12/2006	143,000	100,000	110,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação entre o número de unidades de produção familiares geradas no exercício e o número de imóveis rurais incorporados ao PNRA no exercício.						
Análise do Resultado Alcançado						
No âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram criadas 520 novas vagas no exercício de 2010, a partir da criação de 5 novos projetos de assentamento e do reconhecimento de 17 Reservas Extrativistas. De outro lado, um imóvel foi incorporado à reforma agrária, numa área de 2.996,4224 hectares. Considerando os valores disponibilizados para a ação de obtenção e o fato de haver em estoque uma boa quantidade de processos prontos para desapropriação, restando apenas recursos orçamentários para sua conclusão, pode-se considerar o resultado favorável.						

Fonte: PPA 2008-2011 / Divisão de Obtenção.

## **Das principais ações do Programa 0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais:**

As principais ações do programa 0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foram:

- 1) 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- 2) 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais;
- 3) 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária;
- 4) 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária; e
- 5) 2272 - Gestão e Administração do Programa - GAP.

A concentração da posse da terra no Brasil tem suas origens na época do descobrimento. As intervenções governamentais, por meio das políticas fundiárias e agrárias, não têm sido eficazes para alterar significativa e globalmente a estrutura da posse da terra. O assentamento de trabalhadores rurais constitui ferramenta essencial para mudança do modelo de desenvolvimento do país na medida em que contribui para a alteração da estrutura fundiária e para a democratização do acesso a terra.

Sob o aspecto econômico esse programa contribui para a geração de emprego e renda, sendo um importante mecanismo para criação direta e indireta de empregos a baixo custo. Apresenta fundamental importância para a segurança alimentar, através do aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e para a gestão ambiental das áreas destinadas à reforma agrária. Pode favorecer, ainda, a obtenção de divisas, através da oferta para o mercado internacional de alimentos e matérias primas industriais e contribui, também, para o aumento da arrecadação tributária.

No aspecto social contribui para a melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais (moradia, educação, saúde, mortalidade infantil, etc), garantindo a estabilidade familiar, além de propiciar a redução da migração rural-urbana e da mão-de-obra de reserva nas cidades.

Sob o aspecto político, apresenta impacto sobre os trabalhadores rurais e suas famílias, que sempre tiveram uma posição de subordinação em relação aos donos das terras e, quando passam a ter acesso a esse meio de produção, iniciam um rápido processo de mudança de sua postura em relação ao mundo, pela tomada de consciência de sua cidadania, de seus direitos e de seus deveres.

A despeito de ser executado no campo, produz efeitos positivos sobre a população urbana, promovendo o fortalecimento das economias locais e atingindo o país como um todo.

A não implementação do programa acarretará o acirramento dos conflitos sociais no campo, impedindo a democratização do acesso à terra e, conseqüentemente, os benefícios econômicos, sociais e políticos a ela associados.

Assim a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou ao longo do exercício de 2010 realizar atividades visando o acesso a terra no contexto do programa social da Reforma Agrária, mediante a obtenção de áreas, seleção dos beneficiários, criação de Projetos e assentamento das famílias trabalhadoras rurais sem terra.

**Tabela I. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0135**

<b>Ação</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Percentual de Execução (%)</b>
8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	139.365,44	128.535,07	128.535,07	0,00	92,23
8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	163.421,37	148.840,98	128.967,98	19.873,00	78,92
8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	177.256,78	175.234,97	156.862,11	18.372,86	88,49
4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	1.304.290,95	1.304.290,95	1.304.290,95	0,00	100
2272 - Gestão e Administração do Programa	190.377,41	128.095,41	122.037,22	6.058,19	64,10
<b>Total</b>	<b>1.974.711,95</b>	<b>1.884.997,38</b>	<b>1.840.693,33</b>	<b>44.304,05</b>	<b>93,21</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais foram na ordem de R\$ 1.974.711,95 (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e onze reais, noventa e cinco centavos), dos quais foram empenhados R\$ 1.884.997,38 (um milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, trinta e oito centavos), sendo efetivamente pago o montante de R\$ 1.840.693,33 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e três reais, trinta e três centavos), representando 93,21% de execução orçamentária e ficando inscritos em restos a pagar R\$ 44.304,05 (quarenta e quatro mil, trezentos e quatro reais, cinco centavos), conforme demonstrado acima.

### 2.3.1.1.1. Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

**Tabela II. Dados Gerais da Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.
<b>Descrição</b>	Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, etc.).
<b>Coordenação</b>	Celso Lisboa de Lacerda.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela III. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8384**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Família Assentada (unidade)	1.264	649	51,34	710

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela IV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8384**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
115.365	139.365,44	128.535,07	92,23	128.535,07	92,23	128.535,07	92,23

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela V. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8384**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
T0135838424	339014	89.115,79	84.837,26	84.837,26	0,00
	339030	29.459,65	29.458,00	29.458,00	0,00
	339033	9.673,00	3.353,31	3.353,31	0,00
	339039	1.443,00	1.212,50	1.212,50	0,00
T0135838440	339014	4.837,00	4.837,00	4.837,00	0,00
	339030	2.902,00	2.902,00	2.902,00	0,00
	339033	1.935,00	1.935,00	1.935,00	0,00
<b>Total</b>		<b>139.365,44</b>	<b>128.535,07</b>	<b>128.535,07</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 115.365,00 (cento e quinze mil, trezentos e sessenta e cinco reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 139.365,44 (cento e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais, quarenta e quatro centavos), que representa 120,80% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 128.535,07 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais, sete centavos) que foram totalmente pagos, perfazendo 92,23% de execução orçamentária, não ficando assim inscrições de restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física de assentamentos de trabalhadores rurais foi reprogramada em 1.264 (um mil duzentos e sessenta e quatro) famílias, contudo, foram assentadas somente 649 (seiscentos e quarenta e nove) famílias, representando uma execução física de 51,34%.

### **Da Criação de Projetos de Assentamento:**

Ao longo do exercício de 2010 foram criados 5 (cinco) projetos de assentamentos, com a conseqüente criação de 154 (centos e cinquenta e quatro) novas vagas, no entanto, foram efetivamente assentadas nessas novas vagas o total de 137 (cento e trinta e sete) famílias de trabalhadores rurais sem terra, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela VI. Projetos Criados**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Forma de Obtenção</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Famílias Assentadas</b>
PA 14 de Agosto Fase II Coletivo	Ariquemes	Compra e Venda	135,2743	12	10
PA Bom Jesus	Costa Marques	Arrecadação	894,1390	18	15
PA Paulo Freire II	Nova Brasilândia do Oeste	Arrecadação	260,1422	13	11
PA Vale Encantado	Theobroma	Compra e Venda	2.985,6584	100	97
PA Vila Batista	Rio Crespo	Arrecadação	496,8403	11	4
<b>Total</b>			<b>4.772,0542</b>	<b>154</b>	<b>137</b>

Fonte: SIPRA / Divisão de Obtenção.

Foram reconhecidas 17 (dezessete) Reservas Extrativistas pertencentes ao Estado de Rondônia, o que assegurou a inclusão de 366 (trezentos e sessenta e seis) famílias de populações extrativistas tradicionais no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, ou seja, poderão ser beneficiadas com o acesso à linha de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, contribuindo para o aumento da renda desses beneficiários, o aperfeiçoamento da capacidade e da comercialização dos produtos extrativistas oriundos dessas Reservas; além do acesso ao crédito instalação (Apoio Inicial e Aquisição de Materiais para Construção).

Pelo reconhecimento ter ocorrido ao final do exercício e dos diversos trâmites administrativos até a efetivação das famílias como devidamente assentadas, não foi possível concluir a totalidade das vagas, ou seja, foram assentadas 185 (cento e oitenta e cinco) famílias, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela VII. Reconhecimento de Reserva Extrativista**

Projeto	Município	Área (ha)	Capacidade	Famílias Assentadas
RESEX Angelim	Machadinho do Oeste	8.923,2090	2	1
RESEX Aquariquara	Machadinho do Oeste	18.100,0000	46	3
RESEX Castanheira	Machadinho do Oeste	10.200,0000	16	2
RESEX Freijo	Machadinho do Oeste	600,3607	1	2
RESEX Garrote	Machadinho do Oeste	802,5166	2	4
RESEX Itaúba	Machadinho do Oeste	1.758,0759	4	22
RESEX Jatobá	Machadinho do Oeste	1.135,1793	1	1
RESEX Maracatiara	Machadinho do Oeste	9.503,1284	37	1
RESEX Massaranduba	Machadinho do Oeste	5.566,2166	5	1
RESEX Mogno	Machadinho do Oeste	2.450,1162	3	7
RESEX Pacaas Novos	Guajará-Mirim	353.219,0000	61	48
RESEX Piquiá	Machadinho do Oeste	1.448,9203	5	25
RESEX Rio Cautário Estado	Guajará-Mirim	151.625,0000	90	41
RESEX Rio Jaci-Paraná	Porto Velho	205.000,0000	42	24
RESEX Rio Preto Jacundá	Machadinho do Oeste	95.300,0000	46	0
RESEX Roxinho	Machadinho do Oeste	882,2142	3	2
RESEX Sucupira	Machadinho do Oeste	3.188,0291	2	1
<b>Total</b>		<b>869.701,9663</b>	<b>366</b>	<b>185</b>

Fonte: SIPRA / Divisão de Obtenção.

O assentamento de famílias também ocorreu por meio de substituição de famílias ou mesmo através da complementação de vagas existentes nos projetos de assentamentos criados em exercícios anteriores, perfazendo o total de 327 (trezentos e vinte e sete) famílias assentadas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela VIII. Família Assentada por Projeto de Assentamento**

Projeto	Município	Forma de Obtenção	Área	Família Assentada
PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes	Compra e Venda	375,1756	1
PA Adriana	Corumbiara	Compra e Venda	1.965,1708	1
PA Aliança	Porto Velho	Arrecadação	22.109,8752	3
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	Desapropriação	5.991,6493	4
PA Buriti	Buritis	Arrecadação	25.250,5178	26
PA Cachoeira de Samuel	Candeias do Jamari	Arrecadação	1.666,0828	1
PA Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	Arrecadação	642,4164	1
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	Desapropriação	6.218,5300	1
PA Colina Verde	Governador Jorge Teixeira	Desapropriação	25.677,0941	2
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	Reversão de Domínio	2.695,8000	1
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	Desapropriação	11.521,2445	1
PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste	Arrecadação	2.599,4487	1
PA Flor do Amazonas 1	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	10.789,0459	6
PA Flor do Amazonas 2	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	5.160,7926	6
PA Flor do Amazonas 3	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	7.095,6776	3
PA Flor do Amazonas 4	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	5.811,6960	4
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	Desapropriação	16.463,2973	1
PA Francisco João	Nova Mamoré	Desapropriação	13.550,6100	3
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	Arrecadação	23.944,3285	2
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	Desapropriação	10.616,0000	3
PA Igarapé das Araras	Porto Velho	Desapropriação	15.448,0000	10
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	Desapropriação	16.156,9575	6
PA Jandaira	Ariquemes	Reversão de Domínio	1.017,0673	1



Projeto	Município	Forma de Obtenção	Área	Família Assentada
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	Arrecadação	21.837,9795	3
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	Arrecadação	27.920,6606	4
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	Arrecadação	17.509,0145	7
PA Joana D'Arc III Parte II	Porto Velho	Arrecadação	6.634,5052	2
PA Lagoa Azul	Campo Novo de Rondônia	Desapropriação	8.350,8665	1
PA Lajes	Machadinho do Oeste	Desapropriação	62.365,8002	2
PA Lamarca	Theobroma	Reversão de Domínio	999,6217	1
PA Lamarquinha	Rio Crespo	Reversão de Domínio	491,2409	1
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	Desapropriação	11.474,0000	2
PA Margarida Alves	Nova União	Compra e Venda	11.892,1937	1
PA Massangana	Ariquemes	Desapropriação	29.641,8227	2
PA Menezes Filho	Buritis	Arrecadação	32.727,1293	1
PA Nilson Campos	Porto Velho	Arrecadação	12.520,2366	6
PA Norte Sul	Campo Novo de Rondônia	Reversão de Domínio	5.063,3736	2
PA Nova Vida	Campo Novo de Rondônia	Desapropriação	8.535,3363	1
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	Compra e Venda	6.020,8357	1
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	583,3900	1
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	Desapropriação	14.825,0000	7
PA Pau Darco	Porto Velho	Desapropriação	17.751,0000	5
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia do Oeste	Desapropriação	1.881,6560	2
PA Pedra do Abismo	Buritis	Desapropriação	12.611,5092	5
PA Pirajuí	Pimenta Bueno	Desapropriação	1.505,7900	1
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	Arrecadação	1.711,9368	7
PA Primavera	Theobroma	Desapropriação	6.023,7263	3
PA Rabo do Tamanduá	Buritis	Desapropriação	3.988,0263	6
PA Renascer	Cujubim	Arrecadação	12.841,8371	1
PA Reviver	Buritis	Desapropriação	14.472,5657	3
PA Ribeirão	Nova Mamoré	Desapropriação	12.900,0000	7
PA Rio Alto	Campo Novo de Rondônia	Arrecadação	30.111,1230	2
PA Rio Branco	Theobroma	Compra e Venda	4.725,3193	3
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	Arrecadação	1.087,3489	3
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	Desapropriação	3.005,0000	1
PA Santa Bárbara	Alta Floresta do Oeste	Arrecadação	280,0484	4
PA Santa Catarina	Theobroma	Compra e Venda	2.549,4386	5
PA Santa Catarina Expansão	Theobroma	Arrecadação	702,4958	3
PA Santa Cruz	Ariquemes	Arrecadação	37.912,0397	1
PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	Desapropriação	3.332,5871	2
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	Desapropriação	10.693,0744	1
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	Arrecadação	38.400,7054	7
PA São Carlos	Campo Novo de Rondônia	Arrecadação	11.900,0000	5
PA São Francisco	Porto Velho	Arrecadação	7.868,4144	1
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	Arrecadação	4.315,7576	3
PA São José do Buritis	Buritis	Arrecadação	9.143,0898	1
PA Serra Grande	Costa Marques	Arrecadação	7.530,5026	1
PA União da Vitória	Porto Velho	Reversão de Domínio	4.022,2996	22
PA União I	Parecis	Arrecadação	1.975,8403	5
PA Vale do Jamari	Candeias do Jamari	Desapropriação	49.506,2163	2
PA Zeferino	Nova Brasilândia do Oeste	Desapropriação	7.542,3785	2
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	Arrecadação	137.087,0000	76
PDS Rolim de Moura	Alta Floresta do Oeste	Arrecadação	4.087,0000	1
PIC Ouro Preto	Ouro Preto do Oeste	Arrecadação	512.585,5760	2
PIC Padre Adolpho Rohl	Jaru	Arrecadação	407.219,0000	1
<b>Total</b>			<b>1.895.429,7880</b>	<b>327</b>

Fonte: SIPRA / Divisão de Obtenção.

**Dos Procedimentos Administrativos e Operacionais para Identificar e Corrigir Inconsistências Referentes aos Critérios de Elegibilidade na Seleção de Beneficiários da Reforma Agrária:**

Nessa ação também foram realizadas atividades referente à Norma de Execução/INCRA/DT nº 70 de 12/5/2008, que dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, atividade essa que na Superintendência Regional do Estado de Rondônia - SR-17/RO foi iniciada no exercício de 2008, e a partir de então foram identificados na base do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA o total de 2.919 (dois mil novecentos e dezenove) beneficiários com inconsistências em seus cadastros quanto ao critério de elegibilidade de seleção, dos quais 1.963 (um mil novecentos e sessenta e três) foram notificados, e apenas 961 (novecentos e sessenta e um) beneficiários apresentaram defesas. Também 1.477 (um mil quatrocentos e setenta e sete) processos administrativos foram analisados pela Coordenação Regional e 29 (vinte e nove) processos administrativos foram analisados pela Procuradoria Regional, o que resultou na eliminação de 909 (novecentos e nove) notificados e na permanência de 76 (setenta e seis) notificados no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, conforme demonstrado através das tabelas abaixo.

**Tabela IX. Demonstrativo dos Procedimentos Administrativos Realizados nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (NE 70/2008)**

Exercício	Identificados	Notificados	Respondidos	Analisados pela Coordenação	Analisados pela Procuradoria
2008	2.136	1.793	859	1.350	25
2009	123	103	59	76	2
2010	660	67	43	51	2
<b>Total</b>	<b>2.919</b>	<b>1.963</b>	<b>961</b>	<b>1.477</b>	<b>29</b>

Fonte: Relatório Gerencial 2008-2010/SIPRA.

**Tabela X. Resultados da NE 70/2008**

Exercício	Deferidos	Indeferidos
2008	48	864
2009	10	31
2010	18	14
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>909</b>

Fonte: Relatório Gerencial 2008-2010/SIPRA.

Foi priorizada a notificação dos beneficiários identificados no exercício de 2008, que representam 91% das notificações realizadas, 89% das defesas apresentadas e 95% das eliminações realizada na base do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA.

Dos 2.136 (dois mil cento e trinta e seis) beneficiários identificados foram excluídos das notificações: a) 256 (duzentos e cinquenta e seis) beneficiários assentados em Projetos Fundiários; e b) 38 (trinta e oito) beneficiários que foram excluídos do Programa Nacional da Reforma Agrária que retornaram a condição de candidato. Portanto, o total de cadastros identificados a serem efetivamente trabalhados pela Superintendência Regional do Estado de Rondônia - SR-17/RO foi o total de 1.842 (um mil oitocentos e quarenta e dois) beneficiários.

O quadro abaixo demonstra que das 2.136 (duas mil cento e trinta e seis) pessoas identificadas na base do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, quanto ao critério de elegibilidade de seleção, 1.377 (um mil trezentos e setenta e sete) pessoas foram notificadas, das quais somente 789 (setecentos e oitenta e nove) apresentaram

defesas, sendo analisados pela Coordenação 1.259 (um mil duzentos e cinquenta e nove) processos administrativos, dos quais 815 (oitocentos e quinze) beneficiários foram eliminados e 28 (vinte e oito) beneficiários permaneceram no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Nesse período foi considerada como prioridade a análise dos processos dos servidores públicos federais, e que para essa finalidade foi necessária exclusão sumária desses servidores, conforme determinado pela Portaria nº 450 de 16/7/2010. Destacando ainda que parte dos beneficiários eliminados refere-se aos que apresentaram situação de evadidos e desistentes na base do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

**Tabela XI. Demonstrativo dos Procedimentos Administrativos Realizados por Motivo de Inconsistência**

Motivo da Inconsistência	Identificados	Notificados	Respondidos	Analisados pela Coordenação	Analisados pela Procuradoria
Servidores do INCRA	10	9	9	9	5
Servidores do IBAMA	9	6	3	6	0
Servidores da FUNAI	7	5	5	4	0
Servidores da DPRF	9	6	4	6	0
Servidores FEDERAIS	501	379	185	368	2
Servidores ESTADUAIS	620	367	200	329	5
Servidores MUNICIPAIS	875	557	353	499	12
Político Eleito	8	1	1	1	0
RENDA	97	47	29	37	0
<b>Total</b>	<b>2.136</b>	<b>1.377</b>	<b>789</b>	<b>1.259</b>	<b>24</b>

Fonte: Relatório Gerencial 2008-2010/SIPRA.

**Tabela XII. Demonstrativo dos Resultados por Motivo de Inconsistência**

Motivo da Inconsistência	Deferidos	Indeferidos
Servidores do INCRA	4	0
Servidores do IBAMA	0	5
Servidores da FUNAI	0	4
Servidores da DPRF	0	6
Servidores FEDERAIS	2	336
Servidores ESTADUAIS	5	198
Servidores MUNICIPAIS	16	252
Político Eleito	1	0
RENDA	0	14
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>815</b>

Fonte: Relatório Gerencial 2008-2010/SIPRA.

### **Do Cadastro de Famílias do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB:**

Ao longo do exercício de 2010 foram realizados cadastramentos de 1.006 (um mil e seis) famílias que foram atingidas por barragens, de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 42 de 18/9/2007, conforme tabela a seguir.

**Tabela XIII. Cadastramento de Famílias Atingidas por Barragens**

Comunidade	Município	Família
Candeias do Jamari	Candeias do Jamari	210
Linha 631	Candeias do Jamari	104
Linha São Pedro	Candeias do Jamari	80
B40B	Itapuã do Oeste	28
Itapuã do Oeste: B-40	Itapuã do Oeste	116
Triunfo Sede	Itapuã do Oeste	99
B. Rio / Morrinho / Z. Gordo	Porto Velho	1
Brasileira	Porto Velho	17
Porto Velho	Porto Velho	116
São Carlos	Porto Velho	235
<b>Total</b>		<b>1.006</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

O cadastramento das Famílias do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB teve como objetivo o levantamento de famílias atingidas por barragens no Estado de Rondônia, visando assim a elaboração de estudos para viabilizar o reassentamento das referidas famílias.

#### **Dos principais problemas:**

A principal dificuldade identificada pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ao longo do exercício de 2010 para a realização da Ação 8384 foi a necessidade de reciclagem dos servidores encarregados do preenchimento do formulário de inscrição de candidato para seleção de famílias em Projetos de Reforma Agrária, uma vez que o referido formulário passou por algumas modificações sem que os servidores fossem atualizados quanto a essas.

Outro aspecto identificado como problema à realização da presente ação é a não disponibilidade de consulta diretamente pelas Superintendências Regionais ao banco de dados do Cadastro Nacional de Informação Social - CNISS, banco de dados esse que fornece informações exigidas pela Norma de Execução nº 45 de 25/8/2005 (dispõe sobre os procedimentos de seleção de famílias), sendo necessário, portanto, o envio dos referidos cadastros para a Diretoria de Obtenção do INCRA em Brasília-DF, tornando o processo de homologação ainda mais burocrático e moroso.

#### **Dos principais resultados:**

Evidencia-se que o reconhecimento das Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia contribuiu significativamente para o alcance, mesmo que parcial, da meta estabelecida para o exercício de 2010. Assim como a possibilidade de criação de 5 (cinco) projetos de assentamentos correspondendo a 154 (cento e cinquenta e quatro) novas vagas para assentamento de famílias.

Outro aspecto positivo é a correção das inconsistências cadastrais necessárias aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, mesmo sendo essa atividade morosa e possuindo diversos complicadores, resta considerar que o seu resultado garante qualidade dos dados constantes no Sistema de Informações de Projetos de Assentamentos - SIPRA.

### 2.3.1.1.2. Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

**Tabela XIV. Dados Gerais da Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.
<b>Descrição</b>	Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.
<b>Coordenação</b>	Celso Lisboa de Lacerda.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela XV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8387**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Área Vistoriada (hectares)	40.101	61.312,7751	152,90	54.584

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela XVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8387**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
141.957	163.421,37	148.840,98	91,08	148.840,98	91,08	128.967,98	78,92

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela XVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8387**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
J0135838725	339014	800,00	403,66	403,66	0,00
	339033	1.200,00	0,00	0,00	0,00
	339039	5663,87	0,00	0,00	0,00
T0135838726	339014	76.621,00	73.790,82	73.790,82	0,00
	339030	36.339,50	36.339,50	36.339,50	0,00
	339033	24.073,00	19.873,00	0,00	19.873,00
	339039	5.297,00	5.007,00	5.007,00	0,00
T0135838740	339014	6.714,00	6.714,00	6.714,00	0,00
	339030	4.028,00	4.028,00	4.028,00	0,00
	339033	2.685,00	2.685,00	2.685,00	0,00
<b>Total</b>		<b>163.421,37</b>	<b>148.840,98</b>	<b>128.967,98</b>	<b>19.873,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 141.957,00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e sete reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 163.421,37 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e um reais, trinta e sete centavos), que representa 115,12% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 148.840,98 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais, noventa e oito centavos) dos quais foram efetivamente pagos R\$ 128.967,98 (cento e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais, noventa e oito centavos), perfazendo 78,92% de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 19.873,00 (dezenove mil, oitocentos e setenta e três reais), conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi a realização de vistorias em 40.101ha (quarenta mil e cento e um hectares), contudo foram realizados 61.312,7751 ha (sessenta e um mil, trezentos e doze hectares, setenta e sete ares, cinquenta e um centiares) de área vistoriada, representando uma execução física de 152,90%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela XVIII. Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar)**

Imóvel	Município	Áreas (ha)
Lotes 78, 79, 83, 84 Setor 08 de Maio e Lote 94 Setor 08 de Maio II, Gleba Djaru Uaru (parte Agromaza)	Nova Brasilândia do Oeste	2.437,3293
Lotes 04, 05, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23-A da Gleba Garças; Lotes 87, 86, 85, 84, 83, 82, 81, 80, 12, 10, 09, 08, 07 da Gleba Jacy Paraná.	Porto Velho	2.373,7901
Seringal Bom Futuro, Janaiaco e São Francisco (Fazenda do Conti)	Porto Velho	32.946,7000
<b>Total</b>		<b>37.757,8194</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Realizadas vistoria preliminar, ou seja, visando levantamento de dados e informações em três imóveis que totalizaram 37.757,8194 ha (trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e sete hectares, oitenta e um ares, noventa e quatro centiares) de área vistoriada, conforme demonstrado na tabela acima.

**Tabela XIX. Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar) - Atividade que Continua em Execução**

Imóvel	Município	Áreas (ha)
Fazenda Maranată	Chupinguaia	7.493,9135
Lote 85A ST 03 Roosevelt	Pimenta Bueno	788,9099
Lote 85R ST 03 Roosevelt	Pimenta Bueno	1.225,0568
Lote 56 ST 12, Gleba Corumbiara	Vilhena	2.000,0000
Comunidade do Caju	Candeias do Jamari	136,0000
<b>Total</b>		<b>11.643,8802</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Conforme demonstrado na tabela acima, ainda estão sendo concluídos trabalhos de vistoria em áreas que totalizam 11.643,8802 ha (onze mil, seiscentos e quarenta e três hectares, oitenta e oito ares, dois centiares), uma vez que a atividade teve início nos últimos meses do exercício de 2010 e considera-se concluída somente após a entrega do laudo técnico de vistoria.

**Tabela XX. Vistoria para Avaliação**

Imóvel	Município	Áreas (ha)
Fazenda Cabeceiras e Belo Horizonte	Rio Crespo	17.977,4501
<b>Total</b>		<b>17.977,4501</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.



Foi realizada vistoria para avaliação de um imóvel com área total de 17.977,4501 ha (dezessete mil, novecentos e setenta e sete hectares, quarenta e cinco ares, um centiares), conforme demonstrado na tabela acima.

**Tabela XXI. Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em Conjunto**

Imóvel	Município	Áreas (ha)
Fazenda Santo Antonio	Alta Floresta do Oeste	607,9333
Fazenda Rio Branco	Alta Floresta do Oeste	990,6541
Fazenda Castilho	Alta Floresta do Oeste	987,7998
Fazenda Sol Nascente	Alta Floresta do Oeste	1.279,4017
Fazenda Araucária	Santa Luzia do Oeste	1.711,7167
<b>Total</b>		<b>5.577,5056</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Conforme demonstrado na tabela acima, houve ao longo do exercício de 2010 a realização de vistorias em conjuntos, ou seja, visando levantamento de dados e informações e avaliação de cinco imóveis, totalizando 5.557,5056 ha (cinco mil quinhentos e cinquenta e sete hectares, cinquenta ares, cinquenta e seis centiares).

Foram realizadas três participações em Perícias Judiciais num total de 5.244,4263 ha (cinco mil duzentos e quarenta e quatro hectares, quarenta e dois ares, sessenta e três centiares) no município de Ariquemes e Theobroma, ou seja, vistorias por servidores habilitados atuando como assistentes técnicos na emissão de pareceres, favoráveis ou não ao trabalho realizado por Perito indicado pela Justiça, conforme detalhamento abaixo.

**Tabela XXII. Perícia Judicial**

Imóvel	Município	Áreas (ha)
Fazenda Cruzeiro do Sul (Lotes 284, 285, 286, 311, 312, 313, 314, 315 e 315D)	Ariquemes	3.602,4928
Fazenda São José	Theobroma	752,0340
Fazenda Tupi I e II	Ariquemes	889,8995
<b>Total</b>		<b>5.244,4263</b>

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras.

#### **Dos principais problemas:**

Os principais problemas para a execução da presente ação perpassam desde as restrições ambientais próprias do bioma Amazônico que são instruídas pelo Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, conforme a Lei Complementar nº 312 de 6/5/2005, do Estado de Rondônia; aos problemas relacionados à dominialidade do imóvel; ocupações irregulares; e à morosidade na análise e instrução processual.

E mesmo havendo o alcance da meta, a pouca disponibilidade de técnicos tem prejudicado a realização da ação, o que poderia ser através da cobertura de maior número de áreas / imóveis a serem vistoriados.

#### **Dos principais resultados:**

Como principal resultado destaca-se as áreas vistoriadas que oportunizaram a criação de Projetos de Assentamentos, ou que formarão base de trabalho para os próximos exercícios.

### 2.3.1.1.3. Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

**Tabela XXIII. Dados Gerais da Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA 387/2006.
<b>Descrição</b>	Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.
<b>Coordenação</b>	Celso Lisboa de Lacerda.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela XXIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8374**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2010
21	631	A	3	Licença Ambiental Protocolada (unidade)	16	13	81,25	25

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela XXV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
155.294	177.256,78	175.234,97	98,86	175.234,97	98,86	156.862,11	88,50

Fonte: SIAFI 2010.



**Tabela XXVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8374**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C0135837421	339014	29.505,88	28.105,99	28.105,99	0,00
	339030	29.505,88	29.504,11	29.504,11	0,00
	339039	59.011,76	59.011,76	59.011,76	0,00
	339139	29.505,88	29.505,88	24.451,59	5.054,29
T0135837421	339014	2.603,00	1.982,85	1.982,85	0,00
	339030	820,00	820,00	820,00	0,00
	339033	2.483,00	2.483,00	2.483,00	0,00
	339039	22.701,38	22.701,38	9.382,81	13.318,57
	339139	1.120,00	1.120,00	1.120,00	0,00
<b>Total</b>		<b>177.256,78</b>	<b>175.234,97</b>	<b>156.862,11</b>	<b>18.372,86</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 155.294,00 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 177.256,78 (cento e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais, setenta e oito centavos), que representa 98,86% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 175.234,97 (cento e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais, noventa e sete centavos) dos quais foram efetivamente pagos R\$ 156.862,11 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais, onze centavos), perfazendo 88,50% de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 18.372,86 (dezoito mil, trezentos e setenta e dois reais, oitenta e seis centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi o protocolo de 16 (dezesesseis) licenças ambientais, contudo foram protocoladas junto ao órgão estadual 13 (treze) licenças ambientais, representando uma execução física de 81,25%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela XXVII. Licença Prévia (LP) Protocolada**

Projeto	Município	Data do Protocolo	Área (ha)	Famílias
PA Lacerda e Almeida I	Novo Horizonte do Oeste	14/10/2010	409,9695	13
PA Lacerda e Almeida II	Novo Horizonte do Oeste	14/10/2010	123,4171	13
PA Nova Esperança	Costa Marques	3/12/2010	807,7852	11
PA Aeroporto	Seringueiras	3/12/2010	269,6928	24
PA Macaco Preto	Costa Marques	28/12/2010	1.598,4225	26
PA Santa Izabel	Costa Marques	28/12/2010	269,6928	10
<b>Total</b>			<b>3.478,9799</b>	<b>97</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Foram protocoladas licenças prévias em seis imóveis que totalizaram 3.478,9799 ha (três mil quatrocentos e setenta e oito mil hectares, noventa e sete ares, noventa e nove centiares) que beneficiaram 97 (noventa sete) famílias, conforme demonstrado na tabela acima.

**Tabela XXVIII. Licença Prévia (LP) emitida pelo Órgão Ambiental**

Projeto	Município	Data do Protocolo	Data de Emissão	Data de Vigência	Área (ha)
PA Vila Batista	Rio Crespo	25/11/2009	30/3/2010	30/7/2010	496,8403
PA Bom Jesus	Costa Marques	25/11/2009	30/3/2010	30/7/2010	894,1396
PA Paulo Freire II	Nova Brasilândia	25/11/2009	30/3/2010	30/7/2010	260,1422
<b>Total</b>					<b>1.651,1221</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

O órgão ambiental responsável pela emissão de licenças ambientais emitiu ao longo do exercício de 2010 licenças prévias para três projetos de assentamentos, licenças essas protocoladas em exercícios anteriores, conforme demonstrado na tabela acima.

**Tabela XXIX. Licença de Instalação e Operação (LIO) Protocolada**

Projeto	Município	Data do Protocolo	Área (ha)
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	29/6/2010	16.463,2973
PA Francisco João	Nova Mamoré	29/6/2010	13.550,6100
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	29/6/2010	12.655,3752
PA Rio Madeira	Porto Velho	29/6/2010	8.265,4990
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	28/12/2010	134.398,6578
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	28/12/2010	6.020,8347
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	28/12/2010	10.789,0459
<b>Total</b>			<b>202.143,3199</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Foram protocoladas licenças de instalação e operação para sete projetos de assentamentos, conforme demonstrado na tabela acima.

#### **Dos principais problemas:**

Pelo demonstrativo apresentado a meta não foi alcançada na sua totalidade, atingindo 81,25%, sendo que a causa desta deficiência foi exclusivamente de estratégia, pois se planejava a execução dos estudos ambientais através da contratação de empresas especializadas. No entanto, constatou-se que o orçamento garantido na Programação Operacional do exercício de 2010 não seria suficiente. Desta forma, partiu-se para a execução dos referidos estudos pelo próprio Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, no entanto, pelo período em que a atividade teve início, e entre os projetos prioritários estar inserido o PAF Jequitibá, o qual envolve grande extensão territorial e uma concepção diferenciada de exploração, não foi possível se lograr o êxito almejado de execução da meta.

#### **Dos principais resultados:**

Apesar do resultado final não ter alcançado a meta inicialmente programada, ou seja, das 16 (dezesesseis) licenças ambientais a serem protocoladas, somente foram 13 (treze) as licenças efetivamente protocoladas ao longo do exercício de 2010, todos os estudos que geraram os documentos objeto de licenciamento junto ao órgão ambiental, foram produzidos pelos próprios técnicos do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conseguindo com isso a redução de custos e maior envolvimento da Autarquia, através do seu corpo técnico, com as famílias assentadas.

Outro resultado de relevância foi a produção dos estudos ambientais do PAF Jequitibá, em especial por sua dimensão territorial e importância da sua proposta de viabilizar uma forma sustentável de assentamento com a conservação dos recursos naturais.

#### 2.3.1.1.4. Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

**Tabela XXX. Dados Gerais da Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais.
<b>Descrição</b>	Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.
<b>Coordenação</b>	Celso Lisboa de Lacerda.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

#### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela XXXI. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4460**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Área Obtida (hectares)	2.692	2.996,4224	111,31	38.989

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela XXXII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
6.651.926	1.304.290,95	1.304.290,95	100	1.304.290,95	100	1.304.290,95	100

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela XXXIII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4460**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
T0135446050	459061	1.304.290,95	1.304.290,95	1.304.290,95	0,00
<b>Total</b>		<b>1.304.290,95</b>	<b>1.304.290,95</b>	<b>1.304.290,95</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 6.651.926,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e vinte e seis reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 1.304.290,95 (um milhão trezentos e quatro mil, duzentos e noventa reais, noventa e cinco centavos), que representa 19,61% do valor inicialmente programado; sendo esse montante integralmente empenhado e pago, não ficando assim inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi obter 2.692,0000 has (dois mil, seiscentos e noventa e dois hectares) de área, no entanto, foram obtidos 2.996,4224 (dois mil, novecentos e noventa e seis hectares, quarenta e dois ares, vinte e quatro centiares) de área, representando uma execução física de 111,31%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela XXXIV. Área Obtida por Compra e Venda**

<b>Imóvel</b>	<b>Município</b>	<b>Área</b>
Lotes 294, 295 e 296 Burareiro Licitação	Theobroma	2.996,4224
<b>Total</b>		<b>2.996,4224</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Ao longo do exercício de 2010 houve a conclusão do processo de obtenção na modalidade compra e venda do imóvel, identificado através da tabela acima, com a área total de 2.996,4224 ha (dois mil novecentos e noventa e seis hectares, quarenta e dois ares, vinte e quatro centiares), o que proporcionará o assentamento de 100 (cem) famílias. Aquisição essa que resultou no pagamento de R\$ 1.304.290,95 (um milhão, trezentos e quatro mil, duzentos e noventa reais, noventa e cinco centavos) referentes às benfeitorias e R\$ 5.347.660,83 (cinco milhões trezentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais, oitenta e três centavos) referentes ao pagamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA.

**Tabela XXXV. Área Obtida por Decisões e Acordos Judiciais**

<b>Imóvel</b>	<b>Município</b>	<b>Área</b>
Lote São Sebastião Parte Sul	Porto Velho	41.610,6800
<b>Total</b>		<b>41.641,6800</b>

Fonte: Diretoria de Obtenção.

Mesmo os valores referentes ao pagamento das áreas obtidas por decisões e acordos judiciais não serem descentralizados para as Superintendências Regionais, cumpre informar que no exercício de 2010 houve o pagamento, em Títulos da Dívida Agrária - TDA no valor total de R\$ 14.403.338,17 (catorze milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e trinta e oito reais, dezessete centavos), para o imóvel identificado na tabela acima, resultante então, de decisão judicial. O referido imóvel teve o Decreto de interesse público para fins da Reforma Agrária datado de 25/4/1994, e publicado no D.O.U. em 26/4/1994, não sendo destinado àquela época por esse estar inserido em área de ação civil pública, e em decorrência da segunda aproximação conforme o trabalho de zoneamento sócio econômico realizado no Estado de Rondônia.

#### **Dos principais problemas:**

O principal fator, identificado no exercício de 2010, como problema para o alcance de melhores resultados da presente ação foi a indisponibilidade orçamentária, uma vez que todos os trâmites administrativos, ou seja, realizados os procedimentos relacionados a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária regidos pelo Decreto 433 de 24/1/1992, pela Norma de Execução Nº 83 de 26/5/009 e pela Instrução Normativa nº 36 de 20/11/2006, para a obtenção de outras áreas, como o exemplo da Fazenda Santa Elina, com área aproximada de 14.550,0000 ha.

#### **Dos principais resultados:**

Uma vez que os processos de aquisição são morosos, ocorrendo em períodos superiores a de um exercício, principalmente pelas contestações, propostas ou até mesmo a possibilidade de alteração de um processo de aquisição para o de desapropriação, mediante flagrante de improdutividade ou descumprimento da função social, considerou-se que ao longo do exercício de 2010 o principal resultado alcançado foi a conclusão da aquisição do imóvel identificado na tabela XXXIV, assim possibilitando a criação de 100 (cem) novas vagas para assentamento de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

### 2.3.1.1.5. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

**Tabela XXXVI. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Coordenação</b>	Celso Lisboa de Lacerda.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela XXXVII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	A	4	-	Não há	-	-	-

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela XXXVIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	190.377,41	128.095,41	67,28	128.095,41	67,28	122.037,22	64,10

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela XXXIX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
E0135227211	339014	8.780,00	8.685,36	8.685,36	0,00
	339030	82.570,05	82.570,05	82.570,05	0,00
	339033	2.950,00	2.950,00	2.950,00	0,00
	339039	60.000,00	0,00	0,00	0,00
G0135227223	339014	2.985,12	2.475,66	2.475,66	0,00
	339033	2.354,10	2.354,10	2.354,10	0,00
T0135227240	339014	16.851,10	15.173,20	15.173,20	0,00
	339033	13.887,04	13.887,04	7.828,85	6.058,19
<b>Total</b>		<b>190.377,41</b>	<b>128.095,41</b>	<b>122.037,22</b>	<b>6.058,19</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 não estabeleceu limite orçamentário para essa ação, no entanto, foi disponibilizado o montante de R\$ 190.377,41 (cento e noventa mil, trezentos e setenta e sete reais, quarenta e um centavos); dos quais foram empenhados R\$ 128.095,41 (cento e vinte e oito mil, noventa e cinco reais, quarenta e um centavos), sendo efetivamente pago o montante de R\$ 122.037,22 (cento e vinte e dois mil, trinta e sete reais, vinte e dois centavos), perfazendo 64,10% de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 6.058,19 (seis mil, cinquenta e oito reais, dezenove centavos), conforme demonstrado acima.

Através da disponibilização dos recursos orçamentários acima detalhados, no exercício de 2010, foi possível realizar o acompanhamento de perícias atendendo as demandas de órgãos judiciários através do deslocamento de técnicos da área de obtenção para execução dos trabalhos.

Contudo, considera-se como fator complicador da presente ação e conseqüentemente da gestão e administração do programa Assentamento para Trabalhadores Rurais, a falta de alocação de recursos para atender despesas de supervisão técnica, principalmente junto as diversas Unidades Avançadas jurisdicionadas a esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. E, ainda a não previsão específica no momento da programação operacional de recursos a serem destinados ao atendimento das perícias judiciais.

### 2.3.1.2. Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0137

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0137		Denominação: Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a Reforma Agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Proporcionar às famílias assentadas a capacitação e os meios para estruturação do processo organizativo e produtivo, de forma a integrá-las ao segmento da agricultura familiar, com sustentabilidade econômica, ambiental e social, na perspectiva da construção de sua cidadania plena. Ou seja, Desenvolver recuperar e consolidar os assentamentos da reforma agrária.						
Gerente: César José de Oliveira			Responsável: Wânia Maria das Graças Pontes Maramaldo			
Público Alvo: Famílias Assentadas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	2918 - Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento.	31/12/2006	8,250	8,640	8,580	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação entre o número de projetos de assentamento consolidados em cada exercício e o número de projetos de assentamento em execução em cada exercício.						
Análise do Resultado Alcançado						
Para que um projeto de assentamento possa ser oficialmente consolidado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA faz-se necessário o cumprimento de alguns pré-requisitos, como a demarcação do perímetro (obrigatório) e das parcelas, quanto existentes; a concessão do Crédito Apoio; a existência de habitação para as famílias assentadas (oriundas do crédito habitação ou não); infraestrutura básica concluída, qual seja: estrada de acesso, sistema de abastecimento de água para consumo humano e eletrificação rural; e a titulação definitiva em pelo menos 50% das famílias assentadas.						
Além dos requisitos acima deve-se verificar as condições de sustentabilidade econômico-social e ambiental das famílias assentadas nos projetos a ser consolidados, a fim de que as mesmas possam estar plenamente inseridas no contexto de desenvolvimento local / regional.						
Tais condições são de grande complexidade, exigindo a atuação concomitante de diversos setores, o que dificulta e atrasa o processo de consolidação dos assentamentos. Desta forma, desde 2007 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA não vem consolidando seus assentamentos, procurando agir de maneira mais criteriosa visando assim garantir que todas as etapas do processo de consolidação sejam cumpridas.						
Em que pese as dificuldades, anteriormente explicitadas, quanto ao cálculo do índice de consolidação dos projetos de assentamento a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, de acordo com orientações da Diretoria de Desenvolvimento, vem realizando ações de desenvolvimento num ritmo que permita satisfazer esses requisitos e implementar as condições para a consolidação dos projetos de assentamentos.						

Fonte: PPA 2008-2011 / Divisão de Desenvolvimento.

### **Das principais ações do Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento:**

As principais ações do programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento - executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram às seguintes:

- 1) 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos;
- 2) 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento;
- 3) 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamentos;
- 4) 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária;
- 5) 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas;
- 6) 2272 - Gestão e Administração do Programa - GAP.

O grande número de assentamentos sem uma correspondente política de desenvolvimento, principalmente de infraestrutura básica (água, estradas e energia elétrica), serviços e créditos não liberados em tempo hábil, resultou num passivo destas políticas.

Os assentados, de forma geral, provêm de famílias de trabalhadores com baixíssimos níveis de escolaridade, com experiências diversificadas sobre o trabalho do campo e vítimas do processo de exclusão social.

Toda essa população demanda ações complementares ao assentamento para ajudá-las a superar as condições de pobreza em que se encontram e a alcançar melhores condições de vida. Além disso, alguns assentamentos estão localizados em regiões com fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infraestrutura básica dissociada da produção e da comercialização, indicando claramente a desarticulação da Política de Reforma Agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento local e regional fundamenta o estabelecimento de ações visando a inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade sócio-econômica por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento regional e elevando qualidade de vida no campo.

A não implementação de ações voltadas para o desenvolvimento dos projetos de assentamento poderá resultar no abandono dessas famílias à sua própria sorte, possibilitando um novo êxodo rural e o aumento desordenado da população urbana.

O apoio ao desenvolvimento dos assentamentos se constitui na condição essencial para a efetividade da política de reforma agrária.

Este programa tem escopo importante no desenvolvimento, recuperação e consolidação dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária de forma a permitir atendimento da demanda social.



**Tabela XL. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0137**

<b>Ação</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Percentual de Execução (%)</b>
8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	5.293.129,59	5.291.370,89	889.000,87	4.402.370,02	16,79
8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	187.022,00	172.498,65	77.398,65	95.100,00	41,38
4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	80.905,00	80.876,23	80.876,23	0,00	99,96
2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	229.985,86	24.882,03	24.882,03	0,00	10,82
0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	16.603.200,00	16.244.000,00	5.363.200,00	10.880.600,00	32,30
2272 - Gestão e Administração do Programa	1.074.096,34	1.058.810,57	1.054.601,32	4.209,25	98,18
<b>Total</b>	<b>23.468.338,79</b>	<b>22.872.438,37</b>	<b>7.489.959,10</b>	<b>15.382.279,27</b>	<b>31,91</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável nos Projetos de Assentamento foram na ordem de R\$ 23.468.338,79 (vinte e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e trinta e oito reais, setenta e nove centavos), dos quais foram empenhados R\$ 22.872.438,37 (vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais, trinta e sete centavos), sendo efetivamente pagos R\$ 7.489.959,10 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais, dez centavos), representando 31,91% de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 15.382.279,27 (quinze milhões, trezentos e oitenta e dois mil, duzentos e setenta e nove reais, vinte e sete centavos), conforme demonstrado acima.

### 2.3.1.2.1. Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

**Tabela XLI. Dados Gerais da Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.
<b>Descrição</b>	Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.
<b>Coordenação</b>	Vinícius Ferreira de Araújo.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela XLII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8396**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Família Atendida (unidade)	570	1.580	277,19	2.394

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela XLIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na ação 8396**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.149.639	5.293.129,59	5.291.370,89	99,96	5.291.370,89	99,96	889.000,87	16,79

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela XLIV. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8396**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C0137839619	449051	1.328.322,07	1.328.322,07	177.752,05	1.150.570,02
D0137839619	449051	687.363,52	687.363,52	687.363,52	0,00
	449052	3.251.800,00	3.251.800,00	0,00	3.251.800,00
	339014	7.080,00	5.322,64	5.322,64	0,00
	339030	1.062,00	1.060,66	1.060,66	0,00
D0137839640	339014	12.346,00	12.346,00	12.346,00	0,00
	339033	5.156,00	5.156,00	5.156,00	0,00
<b>Total</b>		<b>5.293.129,59</b>	<b>5.291.370,89</b>	<b>889.000,87</b>	<b>4.402.370,02</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 5.149.639,00 (cinco milhões, centos e quarenta e nove mil,

seiscentos e trinta e nove reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 5.293.129,59 (cinco milhões, duzentos e noventa e três mil, cento e vinte e nove reais, cinquenta e nove centavos), que representa 102,78% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 5.291.370,89 (cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, trezentos e setenta reais, oitenta e nove centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 889.000,87 (oitocentos e oitenta e nove mil reais, oitenta e sete centavos), perfazendo 16,79 % de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 4.402.370,02 (quatro milhões, quatrocentos e oito mil, trezentos e setenta reais, dois centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi o atendimento a 570 (quinhentos e setenta) famílias com obras de infraestrutura, contudo foram atendidas 1.580 (um mil quinhentos e oitenta) famílias, representando uma execução física de 277,19%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

A execução das metas da Ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos, programadas para o exercício de 2010, ficou fisicamente restrita, uma vez que o corpo técnico lotado no Serviço de Infraestrutura teve, no decurso do ano, que desenvolver atividades de acompanhamento das obras contratadas no exercício de 2009, conforme discriminação constante no detalhamento abaixo, bem como participação em eventos de força tarefa na Superintendência Regional de Santarém.

Contudo, das contratações realizadas em exercícios anteriores foram concluídas 204,52 km de estradas construídas, onde foi possível atender 1.065 (um mil e sessenta e cinco) famílias, bem como 98,76 km de estradas recuperadas ao atendimento de 358 (trezentos e cinquenta e oito) famílias, conforme detalhamento abaixo.

**Tabela XLV. Estrada Construída / Complementada (Atividades iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2010)**

Projeto	Município	Contratado		Concluído em 2010	
		Famílias	km	Famílias	km
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	50	17,70	61	21,59
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	124	14,40	105	12,24
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	45	3,70	45	3,70
PA Flor do Amazonas I, II e III	Candeias do Jamari	150	43,90	147	43,04
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	95	17,20	95	17,20
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	30	10,70	35	12,58
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	125	12,50	100	10,00
PA Jatobá	Buritis	50	10,00	50	10,00
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	140	9,50	140	9,50
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	120	18,40	0	0
PA Sagrada Família	São Francisco do Guaporé	70	2,90	70	2,83
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	14	4,80	13	4,30
PA São Carlos	Campo Novo de Rondônia	60	12,70	60	12,70
PA São Domingos	Buritis	55	9,40	55	9,38
PA São Pedro	Campo Novo de Rondônia	27	8,00	27	8,00
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	45	20,00	62	27,46
<b>Total</b>		<b>1.200</b>	<b>215,8</b>	<b>1.065</b>	<b>204,52</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado na tabela acima, o PA Pau Brasil não teve sua execução iniciada, conforme contratado, em decorrência da suspensão contratual, orientada pela AGU/PFE-RO, nos autos da Concorrência Pública Incra/SR(17)/N.º 05/2009, por impropriedade da contratada praticada no âmbito da licitação.

**Tabela XLVI. Estrada Recuperada (Atividades iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2010)**

Projeto	Município	Contratado		Concluído em 2010	
		Famílias	km	Famílias	km
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	50	14,40	50	14,40
PA Francisco João	Nova Mamoré	110	30,60	60	16,60
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	54	9,70	54	9,66
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	40	8,50	40	8,50
PA Lajes	Machadinho do Oeste	66	16,50	66	16,50
PA Rio Madeira	Porto Velho	45	15,10	45	15,10
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	50	20,80	43	18,00
<b>Total</b>		<b>415</b>	<b>115,6</b>	<b>358</b>	<b>98,76</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

E, visando a execução das atividades programadas para o exercício de 2010 foram contratadas obras de infraestrutura para a construção de 12,29 km para o atendimento de 157 (cento e cinquenta e sete) famílias, atividades essas iniciadas administrativamente em exercícios anteriores, no entanto contratada com recursos orçamentários e concluídas no exercício em análise, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo.

**Tabela XLVII. Estrada Construída / Complementada (Atividade contratada em 2010)**

Projeto	Município	Contratado		Concluído	
		Famílias	km	Famílias	km
PA Antonio Conselheiro	Theobroma	22	5,00	22	5,03
PA Martim Pescador	Alvorada do Oeste	110	12,70	135	7,26
<b>Total</b>		<b>132</b>	<b>17,70</b>	<b>157</b>	<b>12,29</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela XLVIII. Aditivos**

Projeto	Município	Objetivo do Aditivo
PA Lajes	Machadinho do Oeste	Outras obras: construção de 20 metros de pontes de madeira estaquiada, construção de pontilhão de madeira com isso pranchado e complementação de linhas de bueiros tubulares de concreto.
PA São Carlos	Campo Novo	Construção de 11,96 km de estradas vicinais.
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	Outras obras: execução de 1,04 km de variante (desvio) da serra existente no sub-trecho dos km: 1,4 ao km 2,2 da estrada vicinal SME-15. Assentamento de uma linha de bueiro simples tubular de concreto no km 7,55.
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	Ramal Amantino.
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	Outras obras: 8 pontilhões de madeira pranchada em substituição de 8 pontilhões de madeira rústica na Linha P-40.
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	Outras obras: retificação do traçado da estrada vicinal sub-trecho compreendido entre os km's 3,0 e 3,1 onde deverá ser construído 3 linhas de bueiros tubular de concreto no diâmetro de 1,0 m com 14 m de extensão, sobre um aterro com altura média de 1,8 m.

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

A tabela acima detalha os aditivos realizados aos contratos firmados em exercícios anteriores que no decorrer da realização das atividades identificou-se a necessidade de ajustes, que visaram complementações da recuperação de pontilhões, representando esses os valores efetivamente pagos no exercício de 2010. Destaca-se que o quantitativo de famílias, bem

como de quilômetro de estradas construídas, complementadas e/ou recuperadas não somaram a meta física alcançada, uma vez que essas foram atendidas nos contratos iniciais.

Ainda com a disponibilização de recursos orçamentários do exercício de 2010 foi possível a aquisição de patrulha mecanizada a serem realizadas construções e recuperação de estradas no interior dos projetos de assentamentos do município de Machadinho do Oeste, em parceria com a prefeitura daquele município, conforme detalhado na tabela de contratações constante no anexo do presente relatório.

Pode-se afirmar que esta é uma ação que em geral sua execução ultrapassa o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), uma vez que várias obras iniciam-se em um ano e serão concluídas no outro. Vislumbrando assim como marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas sendo por ocasião do recebimento da obra por parte de um engenheiro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a emissão do Termo de Aceitação (provisório) da obra, muitas famílias beneficiadas serão contabilizadas somente no ano posterior.

### **Dos principais problemas:**

Para realização da presente ação apresentou os seguintes entraves:

- a) O reduzido recurso humano lotado no setor, que sempre tem ficado assoberbado nos exercícios de suas atribuições profissionais: de elaborações dos projetos básicos, peças técnicas e documentais dos certames licitatórios, acompanhamento, fiscalização, medição, recebimento e instruções processuais dos compromissos firmados, além das necessidades que se fazem necessárias de atendimento ao público, análises e informações de expedientes administrativos diversos, além de dar suporte de apoio de demandas de outros órgãos divisionais da Autarquia e a instituições públicas atuantes nas áreas rurais;
- b) Em decorrência da sobrecarga de atividades o corpo técnico tem ficado impossibilitado de participar de cursos de atualização e capacitação técnica, ao dinamismo da legislação e normas técnicas adotadas na administração pública;
- c) Pouca disponibilidade de viaturas para apoio aos deslocamentos dos técnicos às áreas de execução das obras, levado pelo número de veículos insuficientes para atender todas as atividades demandadas pela Regional;
- d) Os períodos de deslocamentos de parte dos servidores, lotados no Serviço de Infraestrutura, para prestação de serviços na área de jurisdição da Superintendência Regional do Oeste do Pará - SR-30/PA (Santarém), agravando ainda mais a sobrecarga de atividades;
- e) O curto período climático favorável de cinco meses do ano para execução física das metas compromissadas, reduzindo o período de efetiva execução das atividades;
- f) Morosidade por parte dos órgãos de gestão ambiental para liberação das licenças para execução das obras, impossibilitando o início de quaisquer ações;
- g) Falta de uma compatível integração interdisciplinar dos Serviços (unidades administrativas) com as diversas chefias na gestão das atividades das competências regimentais.

### **Dos principais resultados:**

Indubitavelmente que o principal resultado foi a conclusão da construção e recuperação de estradas no interior dos projetos de assentamento do Estado de Rondônia, o que possibilitou proporcionar considerável melhoria para as famílias assentadas e de outras que indiretamente foram beneficiadas, visto que com as execuções vem possibilitando a implementação outros Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e de diversos órgãos das esferas Municipal, Estadual e Federal e da própria iniciativa privada.

### 2.3.1.2.2. Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

**Tabela XLIX. Dados Gerais da Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.
<b>Descrição</b>	Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).
<b>Coordenação</b>	Vinícius Ferreira de Araújo.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela L. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8398**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Família Atendida (unidade)	1.316	1.720	130,69	5.640

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela LI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8398**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
590.458	187.022,00	172.498,65	92,23	172.498,65	92,23	77.398,65	41,38

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela LII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8398**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C0137839820	339014	38.000,00	23.476,65	23.476,65	0,00
	339030	9.600,00	9.600,00	9.600,00	0,00
	339039	104.000,00	104.000,00	10.400,00	93.600,00
D0137839820	339014	27.550,00	27.550,00	27.550,00	0,00
D0137839824	339014	5.310,00	5.310,00	5.310,00	0,00
	339030	1.062,00	1.062,00	1.062,00	0,00
D0137839840	339139	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00
<b>Total</b>		<b>187.022,00</b>	<b>172.498,65</b>	<b>77.398,65</b>	<b>95.100,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 590.458,00 (quinhentos e noventa mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 187.022,00 (cento e oitenta e sete mil, vinte e dois reais), que representa 31,67% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 172.498,65 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais, sessenta e cinco centavos), sendo efetivamente pago R\$ 77.398,65 (setenta e sete mil, trezentos e noventa e oito reais, sessenta e cinco centavos), perfazendo 41,38% de execução

orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 95.100,00 (noventa e um mil e cem reais), conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi o atendimento de 1.316 (um mil trezentos e dezesseis) famílias com serviços topográficos, contudo foram atendidas 1.720 (um mil setecentos e vinte) famílias, representando uma execução física de 130,69%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela LIII. Serviço Topográfico Realizado (Atividades iniciadas em exercícios anteriores)**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Família</b>
PA Pau D'Arco	Porto Velho	239
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	278
PA Igarapé das Araras	Porto Velho	232
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	200
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	200
PA Ribeirão	Nova Mamoré	250
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	221
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	100
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	104
PA Imigrantes	Ariquemes	64
PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	66
PA Chico Mendes	Presidente Médici	72
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	70
PA Chico Mendes III	Presidente Médici	101
PA Margarida Alves	Nova União	258
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	200
PA Palmares	Nova União	318
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	161
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	76
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	105
PA Antonio Conselheiro	Theobroma	22
PA Lamarca	Theobroma	33
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	312
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	221
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	394
PA Nilson Campos	Porto Velho	217
PA Rio Madeira	Porto Velho	157
PA São Francisco	Porto Velho	141
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	597
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	278
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	672
<b>Total</b>		<b>6.359</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Ao longo do exercício de 2010 foram realizados acompanhamento dos serviços de demarcação topográfica contratados em exercício anteriores, e conforme demonstrado acima serão 6.359 (seis mil trezentos e cinquenta e nove) famílias atendidas em 31 (trinta) Projetos de Assentamentos nas modalidades demarcação de perímetro e dos lotes individuais.

Importante ressaltar que os referidos contratos apresentaram entraves ou atrasos em decorrência de diversos fatores, tais como: pedidos de dilação de prazos; curto período de execução em decorrência de condições climáticas favoráveis; não cumprimento de prazos de execução; entrega intempestiva ou parcial de peças técnicas; paralisação ou não início das atividades contratadas, em que esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi compelida a adotar todas as medidas legais e necessárias ao fiel cumprimento ou



avanço das atividades, como acompanhamento, fiscalização, notificações e aplicação de multas.

Ao final do exercício foi realizado novo certame licitatório (modalidade adesão a Ata de Registro de Preços), visando ampliar o atendimento em Demarcação Topográfica nos Projetos de Assentamentos no Estado de Rondônia, conforme planejado quando da elaboração da Programação Operacional do exercício de 2010, e detalhamento abaixo:

**Tabela LIV. Quadro de Demanda de Demarcação Topográfica Trabalhada no Exercício de 2010**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Família</b>
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	114
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	43
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	190
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	153
PA União	Machadinho do Oeste	549
PA Lamarquinha	Rio Crespo	10
PA Madre Cristina	Ariquemes	33
PA Novo Progresso	Ariquemes	18
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia	59
PA Rio São Pedro	Parecis	43
PA Boa Esperança	Parecis	15
<b>Total</b>		<b>1.227</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Não obstante terem sido adotados os procedimentos para a contratação desses serviços em cumprimento ao que fora planejado para o exercício de 2010, através da realização de Adesão a Ata de Registro de Preço nº 0016/2010, originada na Superintendência Regional de São Paulo - SR/08-SP, tal intento restou infrutífero vez que houve grande demora na liberação dos recursos orçamentários sem os quais não seria possível a conclusão do processo com a consequente contratação da empresa prestadora do serviço.

Quando da liberação do recurso orçamentário, o que ocorreu nos últimos dias do exercício, verificou-se ter se expirado o prazo de vigência da referida Ata. Assim, o processo foi arquivado por perda de objeto.

#### **Dos principais problemas:**

Foi possível verificar que muitos dos problemas evidenciados quando da execução física dos serviços se agravam por ineficiência de acompanhamento por parte dos membros das Comissões de Fiscalização Local que obrigatoriamente deveriam se fazer presentes com mais constância em campo, ineficiência essa decorrente de diversos fatores, tais como: o reduzido quadro de servidores, o que impossibilita que o servidor dedique-se exclusivamente a uma atividade de cada vez; a inexistência de recursos orçamentários suficientes para pagamentos de diárias; bem como a indisponibilidade de viaturas para atender às demandas de fiscalização no tempo devido tem comprometido o acompanhamento com a constância necessária.

Outro fato preocupante e que em muito afeta a qualidade no acompanhamento e fiscalização mais eficiente dos trabalhos, é a inexistência de técnicos qualificados na área específica de agrimensura no quadro de servidores desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, nos últimos concursos promovidos pelo INCRA não foram disponibilizadas vagas para os mesmos, e a ausência desses profissionais nos acompanhamentos e fiscalizações das obras tem se tornado um dos fatores preponderantes para ocorrências de vários problemas ocorridos como nestas ora analisadas.



Mesmo as peças técnicas resultantes dos trabalhos de demarcações topográficas contratadas e concluídas terem sido entregues, restando assim conferência e homologação, que pelo quantitativo existente de servidores, como ressaltado no item anterior, a atividade não pode ser considerada concluída.

A previsão inicial do orçamento para essa ação atenderia boa parte da demanda acumulada no âmbito desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. No entanto, o contingenciamento ou mesmo o cronograma de desembolso estabelecido pelo Decreto 7.144 de 30/3/2010, causou impacto significativo ao obrigar a redução da quantidade de assentamentos a serem demarcados, porém, há que se considerar a limitada capacidade operacional para dar vazão ao volume de trabalho que seria gerado caso fosse mantido o orçamento inicialmente previsto.

#### **Dos principais resultados:**

O principal resultado identificado foi a conclusão dos trabalhos em 8 (oito) projetos de assentamentos atendendo a 1.720 (um mil setecentos e vinte) famílias, conforme apresentado na tabela abaixo:

**Tabela LV. Serviço Topográfico**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Família</b>
Pau D'Arco	Porto Velho	239
Igarapé Taquara	Porto Velho	278
Igarapé das Araras	Porto Velho	232
Igarapé Azul	Nova Mamoré	200
Marechal Rondon	Nova Mamoré	200
Ribeirão	Nova Mamoré	250
Pau Brasil	Nova Mamoré	221
Rosana Lecy	Nova Mamoré	100
<b>Total</b>		<b>1.720</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Não obstante a essa análise, verificou-se a entrega de todas as peças técnicas contratadas, exceto para os Projetos de Assentamentos Flor do Amazonas I, II e III.

### 2.3.1.2.3. Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

**Tabela LVI. Dados Gerais da Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.
<b>Descrição</b>	a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redesignação; e d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.
<b>Coordenação</b>	Silvia Regina Barguil.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela LVII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4358**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Documento de Titulação Expedido (unidade)	558	748	134,05	900

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela LVIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4358**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
80.906	80.905,00	80.876,23	99,96	80.876,23	99,96	80.876,23	99,96

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela LIX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4358**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D0137435840	339014	40.453,00	40.424,23	40.424,23	0,00
	339030	20.226,00	20.226,00	20.226,00	0,00
	339039	20.226,00	20.226,00	20.226,00	0,00
<b>Total</b>		<b>80.905,00</b>	<b>80.876,23</b>	<b>80.876,23</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 80.906,00 (oitenta mil, novecentos e seis reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 80.905,00 (oitenta mil e novecentos e cinco reais), que representa 99,99% do valor inicialmente programado; sendo empenhados e efetivamente pagos R\$

80.876,23 (oitenta mil, oitocentos e setenta e seis reais, vinte e três centavos), perfazendo 99,96% de execução orçamentária, não ficando assim, inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi a expedição de 558 (quinhentos e cinquenta e oito) documentos de titulação, contudo foram expedidos 748 (setecentos e quarenta e oito) documentos, representando uma execução física de 134,05%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela LX. Documento de Concessão de Uso Expedido**

Projeto	Município	Documentação Concedida (unidade)
PA 13 de Outubro	Ariquemes	2
PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes	49
PA 14 de Agosto Fase II Coletivo	Ariquemes	8
PA Agostinho Becker	Cujubim	2
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	12
PA Américo Ventura	Cujubim	2
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	7
PA Antonio Pereira Néri	Vale do Paraíso	2
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	4
PA Bom Princípio	Seringueiras	2
PA Bom Princípio II	Seringueiras	1
PA Buriti	Buritis	8
PA Cachoeira de Samuel	Candeias do Jamari	2
PA Caladinho	Pimenta Bueno	5
PA Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	5
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	9
PA Chico Mendes	Presidente Médici	18
PA Chico Mendes III	Presidente Médici	38
PA Colina Verde	Governador Jorge Teixeira	8
PA Djaru Uaru	Jaru	1
PA Edmilson Pastor	Espigão do Oeste	12
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	1
PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste	2
PA Flor do Amazonas 1	Candeias do Jamari	7
PA Flor do Amazonas 2	Candeias do Jamari	4
PA Flor do Amazonas 3	Candeias do Jamari	8
PA Flor do Amazonas 4	Candeias do Jamari	16
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	6
PA Francisco João	Nova Mamoré	3
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	25
PA Guarajus	Corumbiara	1
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	12
PA Igarapé das Araras	Porto Velho	2
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	7
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	3
PA Jatobá	Buritis	3
PA Jatuarana	Ariquemes	1
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	7
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	17
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	42
PA Joseodon	Ariquemes	2
PA Lagoa Azul	Campo Novo de Rondônia	1
PA Lagoa Nova	Theobroma	5

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Documentação Concedida (unidade)</b>
PA Lajes	Machadinho do Oeste	2
PA Lamarca	Theobroma	1
PA Lamarquinha	Rio Crespo	1
PA Machadinho	Machadinho do Oeste	6
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	7
PA Matim Pescador	Alvorada do Oeste	26
PA Massangana	Ariquemes	1
PA Menezes Filho	Buritis	1
PA Migrantes	Ariquemes	4
PA Nilson Campos	Porto Velho	6
PA Norte Sul	Campo Novo de Rondônia	7
PA Norte Sul I	Buritis	1
PA Nova Conquista	Vilhena	3
PA Nova Vida	Campo Novo de Rondônia	1
PA Oriente	Buritis	2
PA Oziel dos Carajás	Nova Brasilândia do Oeste	4
PA Palma Arruda	Vale do Jamari	3
PA Palmares	Nova União	4
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	2
PA Pau Darco	Porto Velho	8
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia do Oeste	2
PA Pedra do Abismo	Buritis	1
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	7
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	11
PA Primavera	Theobroma	24
PA Prozolina	Campo Novo de Rondônia	1
PA Rabo do Tamanduá	Buritis	12
PA Reviver	Buritis	13
PA Ribeirão	Nova Mamoré	7
PA Ribeirão Grande	Pimenta Bueno	4
PA Rio Branco	Theobroma	4
PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste	2
PA Rio Madeira	Porto Velho	2
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	52
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	1
PA Sagrada Família	São Francisco do Guaporé	3
PA Santa Bárbara	Alta Floresta	19
PA Santa Catarina	Theobroma	3
PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	2
PA Santa Cruz	Ariquemes	18
PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	10
PA Santa Helena	Buritis	1
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	12
PA São Francisco	Porto Velho	2
PA São Domingos	Buritis	7
PA São Francisco	Porto Velho	2
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	3
PA São João	Ariquemes	5
PA São José do Buritis	Buritis	9
PA São Pedro	Buritis	4
PA Serra Grande	Costa Marques	4
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	1
PA União	Machadinho do Oeste	6
PA União I	Parecis	23

Projeto	Município	Documentação Concedida (unidade)
PA Vale do Jamari	Candeias do Jamari	3
PA Várzea Alegre	Cabixi	1
PA Verde Seringal	Chupinguaia	3
PAD Marechal Dutra	Ariquemes	2
<b>Total</b>		<b>748</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

O Serviço de Titulação expediu somente documentos de titulação provisórios, ou seja, Contratos de Concessão de Uso - CCU, uma vez que a expedição de documentos de titulação em caráter definitivo (Título de Domínio), face às exigências impostas pela Lei nº 10.267 de 28/8/2001, está condicionando aos procedimentos de registros Cartorários, entre esses o georreferenciamento do perímetro dos Projetos de Assentamento vez que a somatória da área excede ao estipulado pela legislação acima citada.

Para resolução deste problema a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO concentrou todos os esforços na tentativa de contratar, através de processos licitatórios, empresas para execução desse serviço especializado. Alguns processos de licitação para demarcação topográfica em projetos de assentamentos foram firmados, e estão em execução, no entanto, nenhum foi totalmente encerrado, devido a diversas falhas, como por exemplo, serviços não executados em acordo com estipulado no contrato e edital, entre outros, portanto, somente após a conclusão desses é que será possível a emissão de documentos de titulação definitiva nos projetos de assentamentos do Estado de Rondônia.

Outro fator que contribuiu para o não cumprimento das atividades tal qual inicialmente planejada na Programação Operacional do exercício de 2010, em especial quanto às atividades relativas à titulação definitiva e supervisão da situação ocupacional em Projetos de Assentamentos foi o corte orçamentário feito pelo Poder Executivo através do Decreto nº 7.144 de 30/3/2010, assim o recurso a ser disponibilizado conforme estabelecido no referido Decreto seria insuficiente para atendimento de todas as ações previstas. Para isso foi solicitado suplementação orçamentária e o recurso foi provido. No entanto, esse recurso somente foi disponibilizado no quarto trimestre de 2010, motivo pelo qual não foi possível a expedição de títulos definitivos até o encerramento do exercício, tendo em vista que a instrução processual de acordo com as normas legais requer um tempo maior para sua conclusão.

Foram realizadas vistorias para fins de titulação definitiva nos diversos Projetos de Assentamento, conforme detalhamento a seguir:

**Tabela LXI. Vistorias realizadas para fins de titulação definitiva**

Projeto	Município	Quantidade de Imóveis Vistoriados (unidade)
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	18
PA Rio Branco	Theobroma	33
PA Lagoa Nova	Campo Novo de Rondônia	16
PA Santa Catarina	Theobroma	6
PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	2
<b>Total</b>		<b>75</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Outra atividade realizada com recurso orçamentário suplementar disponibilizado para a ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamentos visou ao cumprimento da Instrução Normativa nº 47 de 16/9/2008, que estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em Projetos de Reforma

Agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores, que teve como objetivo principal a identificação das áreas disponíveis ao efetivo assentamento de famílias de trabalhadores rurais e verificação da situação ocupacional das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Santa Maria II, município de Machadinho do Oeste - RO, conforme detalhamento a seguir:

**Tabela LXII. Resultados na IN 47 de 16/9/2008**

Projeto	Município	Quantidade de Imóveis Vistoriados (unidade)
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	145
<b>Total</b>		<b>145</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Quanto à destinação de bens remanescentes na forma de doação, cessão e concessão de uso as entidades descritas na Norma de Execução Nº 33, de 14/07/2003, não foi utilizado nenhum recurso para realização vistorias de avaliação, pois estas ainda não ocorreram. Foram formalizados 8 (oito) processos administrativos a diversos interessados e que estão em fase de instrução processual de acordo com o rito estipulado pela citada norma. Esta instrução deve ser bem criteriosa e requer que sejam apresentados diversos documentos por parte dos interessados, além de exigir que sejam realizadas vistorias para avaliação do bem requerido e autorização do da destinação do bem pelo Conselho de Decisão Regional, o que tem demandado bastante tempo. Por isso, não foram expedidos nenhum documento de destinação de bens no exercício de 2010.

#### **Dos principais problemas:**

Como fatores negativos que influenciaram diretamente no comprimento das metas, destacamos:

- a) A insuficiência de recursos orçamentários para execução de todas as ações constantes da Programação Operacional de 2010 devido corte orçamentário feito pelo Poder Executivo através do Decreto nº 7.144 de 30/3/2010;
- b) O atraso na suplementação orçamentária que influenciou na não conclusão de todas as atividades ainda no exercício de 2010; e
- c) O não encerramento dos processos de licitação para demarcação topográfica em Projetos de Assentamentos que foram firmados, o que implica na impossibilidade de regularização dos projetos de assentamento junto aos cartórios de registro de imóveis e conseqüentemente na titulação definitiva de parcelas.

Observamos ainda algumas dificuldades operacionais para execução das ações de titulação conforme a seguir:

- a) Quadro insuficiente de servidores lotados no serviço de titulação frente à demanda de documentos a serem expedidos; e
- b) A falta de treinamento para os servidores responsáveis pela instrução processual dos processos administrativos que visam à expedição de documentos.

#### **Dos principais resultados:**

Como resultado das ações de titulação descritas acima se destaca como fator positivo a expedição de 747 (setecentos e quarenta e sete) documentos provisórios, superando assim a meta inicialmente estabelecida, fato esse decorrente do Setor conseguir atender as demandas apresentadas, para emissão de documentos provisórios, assim como das vistorias ocupacionais, muitas vezes motivadas pelas Unidades Avançadas.

### 2.3.1.2.4. Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

**Tabela LXIII. Dados Gerais da Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.
<b>Descrição</b>	Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação / cercamento) das Áreas de Reserva.
<b>Coordenação</b>	Celso Lisboa de Lacerda.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela LXIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2B06**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Unidade Familiar de Produção Atendida (unidade)	12	0	0	882

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela LXV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2B06**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
29.986	229.985,86	24.882,03	10,82	24.882,03	10,82	24.882,03	10,82

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela LXVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2B06**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C01372B0613	334041	200.000,0	0,00	0,00	0,00
	339014	13.806,58	13.702,75	13.702,75	0,00
	339030	5.522,63	5.522,63	5.522,63	0,00
	339039	8.283,95	3.283,95	3.283,95	0,00
T01372B0613	339014	1.359,70	1.359,70	1.359,70	0,00
	339033	1.013,00	1.013,00	1.013,00	0,00
<b>Total</b>		<b>229.985,86</b>	<b>24.882,03</b>	<b>24.882,03</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.



A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 29.986,00 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e seis reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 229.985,86 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais, oitenta e seis centavos), que representa 766,97% do valor inicialmente programado; sendo empenhados e efetivamente pagos R\$ 24.882,03 (vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais, três centavos), perfazendo 10,82% de execução orçamentária, não ficando assim, inscrições de restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi o atendimento a 12 (doze) unidades familiares de produção, contudo não houve conclusão de atividades no exercício de 2010, representando uma execução física de 0%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela LXVII. Projeto de Recuperação de Recursos Naturais**

Projeto	Município	Área (ha)	Família
PA Chico Mendes I	Presidente Médici	111,0000	100
PA Chico Mendes II	Presidente Médici		
<b>Total</b>		<b>111,0000</b>	<b>100</b>

Fonte: Serviço de Meio Ambiente.

A atividade acima identificada representa contratação, em exercícios anteriores, do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD nos projetos de assentamentos Chico Mendes I e Chico Mendes II, em 111,0000 hectares de áreas de preservação permanente, na modalidade de mata ciliar, correspondente a 41,0 Km dos respectivos cursos d'água. Entretanto, por diversas questões, como o período em que o contrato foi efetivado e realizado o primeiro desembolso financeiro, o início dos trabalhos em campo, entre outros ocasionaram que o cronograma de implantação e execução das obras, serviços e pagamentos do projeto, conforme originalmente planejado fosse comprometido.

Tornou-se necessária readequação do projeto, em função do ciclo de produção de sementes das espécies florestais que florescem no primeiro semestre.

Assim, o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD representa uma interação direta com o meio-ambiente, portanto, sofre influencia direta de todas as variações da natureza, como ocorreu nos últimos anos em função da estiagem prolongada e aumento da temperatura média, que prejudicou a coleta de sementes e todas as etapas de implantação e execução do mesmo dentro do seu cronograma previsto.

Esse conjunto de fatores justificou a prorrogação dos prazos, mas fez com que muitos assentados inicialmente adeptos voluntariamente ao Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD desistissem da adesão alegando descrédito para com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Novas adesões foram feitas, porém, como a extensão das áreas dos novos adeptos era diferente da extensão da área dos desistentes, a configuração e a abrangência do projeto passaram por ajustes e adequações à medida que os trabalhos avançaram, assim, ao longo do exercício de 2010.



**Tabela LXVIII. Educação e Conscientização Ambiental**

Projeto	Município	Participantes
PA Francisco João	Nova Mamoré	63
PA Igarapé Araras	Porto Velho	32
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	26
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	18
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	28
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	22
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	65
<b>Total</b>		<b>254</b>

Fonte: Serviço de Meio Ambiente.

Com a disponibilização de recursos orçamentários foi possível a realização de trabalhos visando a educação e conscientização quanto a importância ambiental para 264 (duzentos e sessenta e quatro) famílias em 7 (sete) projetos de assentamento da reforma agrária, conforme planilha acima.

Atividade essa resultante de algumas análises quanto a demanda existente, tais como a existência de registros nos órgãos ambientais referentes ao mau uso dos recursos naturais, bem como esses estarem inseridos nos municípios abrangidos pelo programa Território da Cidadania.

#### **Dos principais problemas:**

Foram diversos os problemas identificados na realização da presente ação, dentre eles destacam-se:

a) Desistência na adesão ao Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD em decorrência dos atrasos na contratação, ocasionando descrédito junto às comunidades assentadas, e comprometendo ainda a configuração original do projeto;

b) Falta de uma cultura, ou tendência institucional interna em prol da recuperação ambiental, tornando todas as etapas do processo mais lentas e difíceis, uma vez que nem sempre a matéria foi analisada, ou depende unicamente de pareceres de técnicos comprometidos e conhecedores das causas ambientais;

c) Incapacidade de acompanhamento e fiscalização adequada das obras, no primeiro semestre de 2010, por indisponibilidade de recursos orçamentários específicos para tal finalidade, o que certamente comprometeu o controle, o acompanhamento e a orientação das obras e serviços do projeto; e

d) Expressivo período de seca e calor que ocorreu em 2009 e 2010, aumentando o índice de mortalidade de mudas e de replantio além dos índices normais e previstos no projeto básico.

Muitos outros fatores provocaram impacto negativo na execução física das ações realizadas. Em face disso até mesmo as metas físicas sofreram alterações, sendo necessário realizar trabalhos na determinação do índice de alterações.

Os trabalhos de elaboração e de constituição dos custos do projeto básico foram desenvolvidos no decorrer de 2008, quando o contrato foi assinado em junho de 2009, os valores já apresentavam defasagem, que se ampliou durante o primeiro ano de execução. A situação foi agravada com a expressiva inflação que se verificou em 2010, notadamente nos últimos meses, pois os custos previstos para o projeto foram naturalmente ampliados, aumentando a defasagem.

#### **Dos principais resultados:**

Mesmo ocorrendo os problemas acima identificados alguns fatores superaram com sucesso o planejado para a ação, assim como a conscientização ambiental caracterizado

pelo desenvolvimento do conhecimento das fragilidades ambientais e da importância do manejo e uso adequado dos recursos naturais em prol da sustentabilidade;

A Pré-disponibilidade para novas adesões em projetos de recuperação de áreas degradadas possibilitando a continuidade do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD;

A realização da capacitação aos assentados para suprir necessidade de mão-de-obra nas operações de recuperação de áreas degradadas;

Bem como o alcance de 45,0000 ha (quarenta e cinco hectares) de abrangência do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD em áreas recuperadas.

### 2.3.1.2.5. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

**Tabela LXIX. Dados Gerais da Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Operações especiais.
<b>Finalidade</b>	Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.
<b>Descrição</b>	Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.
<b>Coordenação</b>	Vinicius Ferreira de Araújo.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela LXX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0427**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	OP	3	Família Atendida (unidade)	936	320	34,19	1.930

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela LXXI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 0427**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
11.547.125	16.603.200,00	16.244.000,00	97,83	16.244.000,00	97,83	5.363.200,00	32,30

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela LXXII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 0427**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C0137042731	459066	518.000,00	444.800,00	0,00	444.800,00
C0137042733	459066	1.516.000,00	1.336.000,00	1.216.000,00	120.000,00
C0137042734	459066	3.418.000,00	3.418.000,00	1.992.000,00	1.426.000,00
D0137042731	459066	665.200,00	659.200,00	588.800,00	70.400,00
D0137042733	459066	3.685.800,00	3.591.400,00	576.400,00	3.015.000,00
D0137042734	459066	6.625.000,00	6.619.400,00	815.000,00	5.804.400,00
D0137042738	459066	175.200,00	175.200,00	175.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>16.603.200,00</b>	<b>16.244.000,00</b>	<b>5.363.200,00</b>	<b>10.880.600,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 11.547.125,00 (onze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, cento e vinte e cinco reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 16.603.200,00 (dezesseis milhões, seiscentos e três mil, duzentos reais), que representa 143,78% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 16.244.000,00 (dezesseis milhões, duzentos

e quarenta e quatro mil reais), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 5.363.200,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos reais), perfazendo 32,30% de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 10.880.600,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos reais), conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi o atendimento de 936 (novecentos e trinta e seis) famílias com a concessão de crédito instalação nas diversas modalidades, contudo foram atendidas 320 (trezentos e vinte) famílias, representando uma execução física de 34,19%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela LXXIII. Concessão de Crédito Apoio Inicial**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Empenhado	Valor Pago
PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes	29	92.800,00	0,00
PA Caladinho	Pimenta Bueno	8	25.600,00	0,00
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	10	32.000,00	0,00
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	13	41.600,00	0,00
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	4	12.800,00	0,00
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	18	57.600,00	0,00
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	33	105.600,00	0,00
PA Santa Bárbara	Alta Floresta do Oeste	23	73.600,00	0,00
PA União I	Pimenta Bueno	23	73.600,00	0,00
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	184	588.800,00	588.800,00
<b>Total</b>		<b>345</b>	<b>1.104.000,00</b>	<b>588.800,00</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2010.

Mesmo ocorrendo o empenho de R\$ 1.104.000,00 (um milhão cento e quatro mil reais), foram efetivamente transferidos para as contas correntes das associações ou representantes dos projetos de assentamento o total de R\$ 588.800,00 (quinhentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais), representando assim o atendimento a 184 (cento e oitenta e quatro) famílias em concessão de crédito na modalidade apoio inicial, conforme ilustrado na tabela acima.

**Tabela LXXIV. Concessão de Crédito Aquisição de Materiais para Construção**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Empenhado	Valor Pago
PA Antonio Conselheiro	Theobroma	20	300.000,00	300.000,00
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	8	120.000,00	0,00
PA Lamarca	Theobroma	17	255.000,00	255.000,00
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	17	255.000,00	0,00
PA Margarida Alves	Nova União	7	105.000,00	0,00
PA Martim Pescador	Alvorada do Oeste	10	150.000,00	0,00
PA Nova Vida	Campo Novo de Rondônia	5	75.000,00	0,00
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	1	15.000,00	15.000,00
PA Paulo Freire	Alta Floresta do Oeste	41	615.000,00	0,00
PA Primavera	Theobroma	2	30.000,00	0,00
PA Reviver	Buritis	14	210.000,00	0,00
PA São José do Buriti	Buritis	7	105.000,00	0,00
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	98	1.470.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>247</b>	<b>3.705.000,00</b>	<b>570.000,00</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2010.

Houve o empenho do montante equivalente a R\$ 3.705.000,00 (três milhões setecentos e cinco mil reais), no entanto devido a indisponibilidade financeira foi possível efetuar a transferência para as contas das associações dos projetos de assentamentos de R\$

570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), representando assim o atendimento a 38 (trinta e oito) famílias em concessão de crédito na modalidade aquisição de materiais para construção, conforme demonstrado na tabela acima.

**Tabela LXXV. Concessão de Crédito Recuperação de Materiais para Construção**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Empenhado	Valor Pago
PA Agostinho Becker	Cujubim	52	416.000,00	0,00
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	64	512.000,00	0,00
PA Buriti	Buritis	62	496.000,00	0,00
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	79	632.000,00	0,00
PA Flor do Amazonas IV	Porto Velho	17	54.400,00	0,00
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	39	312.000,00	0,00
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	40	320.000,00	0,00
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	54	432.000,00	0,00
PA Lagoa Nova	Theobroma	1	8.000,00	8.000,00
PA Margarida Alves	Nova União	12	96.000,00	0,00
PA Martim Pescador	Alta Floresta do Oeste	158	1.264.000,00	0,00
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	16	128.000,00	0,00
PA Palmares	Nova União	24	192.000,00	0,00
PA Pedra do Abismo	Buritis	56	448.000,00	0,00
PA Primavera	Theobroma	23	184.000,00	148.000,00
PA Santa Catarina	Theobroma	2	16.000,00	0,00
PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	1	8.000,00	8.000,00
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	59	472.000,00	0,00
PA São Carlos	Campo Novo de Rondônia	32	256.000,00	0,00
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	49	392.000,00	0,00
PA São José do Buriti	Buritis	74	892.000,00	0,00
RESEX Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim	25	200.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>939</b>	<b>7.730.400,00</b>	<b>164.000,00</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2010.

Conforme demonstrado na tabela acima foram empenhados R\$ 7.730.400,00 (sete milhões setecentos e trinta mil e quatrocentos reais), no entanto e devido a indisponibilidade de recursos financeiros foi possível o pagamento, ou seja, envio de valores para as contas das associações ou representações dos projetos de assentamentos o valor total de R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais), representando assim o atendimento a 25 (vinte e cinco) famílias com a concessão de crédito na modalidade recuperação de materiais para construção.

**Tabela LXXVI. Concessão de Crédito Apoio Mulher**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Empenhado	Valor Pago
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	15	36.000,00	36.000,00
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	23	55.200,00	55.200,00
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	35	84.000,00	84.000,00
<b>Total</b>		<b>73</b>	<b>175.200,00</b>	<b>175.200,00</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2010.

A modalidade de concessão de crédito apoio mulher, regulamentada através da Instrução Normativa nº 54 de 22/7/2009, e implementada nesta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a partir do exercício de 2010, conforme demonstrado na tabela acima foram beneficiadas 73 (setenta e três) famílias com o montante de R\$ 175.200,00 (cento e setenta e cinco mil e duzentos reais). A referida modalidade estabelece como valor unitário o montante de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) a ser liberado em três

parcelas, sendo cada uma no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), por exercício; concedidas para utilização exclusiva da mulher titular do lote, que compõe a unidade familiar, residente e domiciliada no projeto de assentamento, visando o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou comerciais no âmbito dos projetos de assentamento da reforma agrária.

**Tabela LXXVII. Complementação de Crédito Instalação**

Modalidade	Projeto	Município	Família
Aquisição	PA Igarapé Taquara	Porto Velho	160
Recuperação	PA Antonio Pereira Nery	Vale do Paraíso	15
	PA Asa do Avião	Machadinho	8
	PA Bom Princípio II	Seringueiras	59
	PA Conceição	Costa Marques	64
	PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste	19
	PA José Carlos	Vale do Anari	22
	PA Joseodon	Ariquemes	45
	PA Lages	Machadinho do Oeste	227
	PA Lagoa Nova	Theobroma	30
	PA Nelson Alves	Nova Brasilândia do Oeste	18
	PA Palma Arruda	Vale do Anari	80
	PA Rio Branco	Theobroma	64
	PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste	23
	PA Santa Catarina	Theobroma	4
	PA Santa Catarina Expansão	Theobroma	30
	PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	7
	PA Santa Vitória	Alta Floresta do Oeste	5
	PA Serra Grande	Costa Marques	22
	PA União	Machadinho	86
	PA Zenon	Monte Negro	41
<b>Total</b>			<b>1.029</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

As complementações de créditos nas modalidades Aquisição e Recuperação de Material de Construção foram executadas conforme preceitua a Instrução Normativa nº 53 de 19/6/2010 e posterior Instrução Normativa nº 54 de 22/7/2010, sendo que as 1.029 (um mil e vinte e nove) famílias identificadas na tabela acima, não foram contabilizadas no alcance da meta física, uma vez que as mesmas famílias já foram atendidas no exercício anterior e o montante disponibilizado no total de R\$ 3.829.400,00 (três milhões oitocentos e vinte e nove mil e quatrocentos reais) representa somente a complementação prevista nas referidas instruções, para as modalidades aquisição e recuperação de materiais para construção.

**Tabela LXXVIII. Casas com conclusão na construção ou reforma no exercício de 2010**

Projeto	Município	Casas construídas	Casas reformadas
PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	11	0
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	32	0
PDS Rolim de Moura	Alta Floresta do Oeste	3	0
PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste	1	19
PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste	2	19
PA Santa Vitória	Alto Alegre do Parecis	0	5
PA Igarapé Azul	Campo Novo de Rondônia	6	0
PA Igarapé da Araras	Porto Velho	25	0
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	10	0
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	10	0
PA Pau D'Arco	Porto Velho	11	0

Projeto	Município	Casas construídas	Casas reformadas
PA Ribeirão	Nova Mamoré	12	0
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	15	0
PA Santa Catarina	Theobroma	0	34
PA Santa Catarina Expansão	Theobroma	0	4
PA Lagoa Nova	Theobroma	0	20
PA Rio Branco	Theobroma	0	24
PA Bom Princípio II	Seringueiras	0	38
PA Conceição	Costa Marques	0	2
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	3	0
PA Santa Maria I	Machadinho do Oeste	13	0
PA Palma Arruda	Vale do Anari	11	43
PA José Carlos	Vale do Anari	0	13
PA União	Parecis	0	46
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	0	6
<b>Total</b>		<b>165</b>	<b>273</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Foi identificada a conclusão na construção de 165 (cento e sessenta e cinco) casas e a reforma de 273 (duzentos e setenta e três) casas, conforme demonstrativo acima detalhado. Sendo essas atividades concluídas no exercício de 2010, com recursos descentralizados em exercícios anteriores. Portanto, a Ação de Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas, em decorrência dos fatores acima salientados bem como dos entraves descritos abaixo, tem a execução com duração superior ao período de um exercício.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, entre Sede e Unidades Avançadas, conta com aproximadamente 40 (quarenta) servidores aplicadores de créditos, que realizaram no exercício de 2010 com êxito as atividades administrativas e de campo, dentro dos prazos a eles estabelecidos pelo Setor de Crédito, atividades essas que vão desde o levantamento das demandas até o acompanhamento da entrega dos materiais, como a fiscalização da conclusão das unidades habitacionais.

Importante informar que no exercício de 2010 em decorrência de diversos fatores, entre eles a construção de duas usinas hidrelétricas no Estado de Rondônia, observou-se escassez inédita de materiais de construção em especial nos municípios de Machadinho do Oeste, Jaru, Guajará-Mirim entre outros, ocasionando atrasos na entrega desses materiais e em consequência a construção das habitações pelos assentados.

### **Dos principais problemas:**

Com relação aos resultados alcançados durante o exercício de 2010 consideram-se como satisfatórios dentro das limitações financeiras e operacionais enfrentadas, mas alguns problemas se apresentaram durante a execução da ação:

a) Falta de material de construção em diversos municípios, mas em especial em Machadinho do Oeste, Jaru e Guajará-Mirim, sendo tijolo e cimento os materiais que mais faltaram no mercado;

b) Falta de recurso financeiro na ordem de R\$ 10.880.600,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta mil e seiscentos reais), recursos esses necessários para atender a demanda orçamentária, e conseqüentemente à disponibilização dos valores nas contas correntes das associações para posterior aplicação;

c) Disponibilização de servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para outras Regionais visando atender demandas dessas;

d) Problemas de logística, em especial, a falta de viaturas exclusivas para as equipes de aplicadores de crédito para realizarem fiscalização, visto que se trata de uma ação fundamentalmente de campo, sendo necessário acompanhamento constante;

e) Impossibilidade efetiva de aplicação das modalidades de Aquisição e Recuperação no período de um exercício, visto que entre planejamento, realização de reuniões, assinaturas de contrato, empenhos, pagamentos, entregas de materiais, construções e vistorias não ocorrem em apenas 01 (um) ano; e

f) Alguns problemas com representantes dos assentados, empresas fornecedoras, assentados, Banco do Brasil se apresentaram, mas sendo qualificados como normais, visto que em decorrência do volume de serviços e das características da aplicação que a Normativa pertinente em vigência prevê, oportuna o acontecimento de alguns desses problemas.

### **Dos principais resultados:**

Indubitavelmente que o principal resultado alcançado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, através do Setor de Crédito e 40 (quarenta) aplicadores de crédito, trabalhando nas diversas modalidades, foram os R\$ 11.241.176,00 (onze milhões duzentos e quarenta e um mil cento e setenta e seis reais) pagos às empresas fornecedoras de alimentos, materiais de construção e ferramentas disponibilizados aos assentados nos diversos projetos de assentamentos da reforma agrária no Estado de Rondônia. O que em comparação ao exercício anterior, esse montante representou aproximadamente R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), alcançando assim o aumento de 149%.

Significando superação no desempenho da presente ação, quase que na proporção do dobro em recursos pagos, contando com a mesma quantidade de servidores responsáveis pela sua execução. Superação essa decorrente, ou verificada através da possibilidade da otimização dos trabalhos pelos aplicadores de crédito de Rondônia, ou seja, realização de diversas atividades concomitantes, bem como as constantes orientações, capacitações e empenho entre a equipe.

O montante de recurso empenhado na ordem de R\$ 16.244.000,00 (dezesseis milhões, duzentos e quarenta e quatro mil reais) representa 16,64 % superior que os empenhos realizados no exercício anterior, mostrando assim que os trabalhos de campo como, vistorias ocupacionais, reuniões de adesões, reuniões de assinatura de contratos, reuniões de abertura de envelopes de pesquisas de preços, vistorias de construções, vistorias de reformas, vistorias de desvios de crédito, e demais atividades, foram realizadas satisfatoriamente pelos aplicadores, visto que o número efetivo de servidores nesta ação não aumentou.

Também se destaca a realização do 3º Encontro de Aplicadores de Crédito ocorrido no município de Porto Velho, no mês de abril, onde foram discutidas as novas determinações e procedimentos a serem seguidos durante o exercício, homogeneizando o método de trabalho no Estado de Rondônia, e refletindo na qualidade dos trabalhos executados. Assim, desde a realização do 1º Encontro de aplicadores de crédito em Rondônia, em 2008 diminuíram os erros nos processos e os erros de aplicação no campo, o que proporcionou eliminar os processos administrativos disciplinares abertos envolvendo quaisquer servidores envolvidos na ação, mostrando o quão importante são os encontros entre esses aplicadores.



### 2.3.1.2.6. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

**Tabela LXXIX. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Coordenação</b>	Vinícius Ferreira de Araújo.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela LXXX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	A	4	-	Não há	-	-	-

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela LXXXI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
555.559	1.074.096,34	1.058.810,57	98,57	1.058.810,57	98,57	1.054.601,32	98,18

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela LXXXII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D0137227240	339014	656.452,38	652.919,53	652.919,53	0,00
	339030	175.597,97	175.597,97	175.597,97	0,00
	339033	16.265,99	16.265,99	12.486,74	3.779,25
	339039	110.000,00	101.283,47	100.853,47	430,00
E0137227211	339014	2.530,00	1.193,61	1.193,61	0,00
	339030	66.000,00	66.000,00	66.000,00	0,00
	339033	1.750,00	1.750,00	1.750,00	0,00
	339039	21.880,00	21.880,00	21.880,00	0,00
G0137227207	339014	3.800,00	3.800,00	3.800,00	0,00
	339033	100,00	100,00	100,00	0,00
J0137227240	339014	8.320,00	6.620,00	6.620,00	0,00
	339033	11.400,00	11.400,00	11.400,00	0,00
<b>Total</b>		<b>1.074.096,34</b>	<b>1.058.810,57</b>	<b>1.054.601,32</b>	<b>4.209,25</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A programação operacional do exercício de 2010 estabeleceu para essa ação o montante de R\$ 555.559 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 1.074.096,34 (um milhão, setenta e quatro mil, noventa e seis reais, trinta e quatro centavos), o que representa 193,33% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 1.058.810,57 (um milhão cinquenta e oito mil, oitocentos e dez reais, cinquenta e sete centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 1.054.601,32 (um milhão, cinquenta e quatro mil, seiscentos e um reais, trinta e dois centavos), perfazendo 98,18% de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 4.209,25 (quatro mil, duzentos e nove reais, vinte e cinco centavos), conforme demonstrado acima.

Com a disponibilização orçamentária na ação de gestão e administração do programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, foi possível a realização das seguintes atividades:

- a) Custear deslocamentos oficiais do Superintendente Regional, bem como dos procuradores federais e demais servidores dos Setores vinculados diretamente ao gabinete;
- b) Participação em eventos nacionais e regionais visando planejamento das ações a serem realizadas ao longo do exercício de 2010;
- e) Custear despesas de Tomada de Contas Especiais - TCE bem como das comissões administrativo disciplinares;
- f) Acompanhamento e fiscalização dos contratos realizados em exercícios anteriores nas ações de infraestrutura e demarcação topográfica;
- g) Adesão, acompanhamento, fiscalização e aplicação de concessão de crédito-instalação;
- h) Publicação dos certames licitatórios, bem como publicações diversas em jornais de grande circulação local; e
- c) Proporcionar logística necessária ao deslocamento dos técnicos responsáveis pelas atividades finalísticas, ou seja, toda questão operacional do programa.

### 2.3.1.3. Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0138

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0138		Denominação: Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.						
Gerente: Richard Torsiano / Carlos Mario Guedes de Guedes.				Responsável: Joyce Kellen Ferreira Buna / Francisco Sales Pinto.		
Público Alvo: Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registraes de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	2.657 - Taxa de Destinação de Terra Pública	31/12/2006	62,000	95,800	84,780	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a área total de terras públicas destinadas e a área total de terras matriculadas no INCRA.						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2010 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO regularizou 72 imóveis, no entanto, incluiu 7.695 imóveis a serem regularizados. Pode-se apontar ineficiência na conclusão das atividades. De outro lado, cumpre destacar que diversas são as etapas ou atividades a serem realizadas para que a titulação definitiva ocorra.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	2383 - Taxa de Ocupação Territorial Aparente	31/12/2006	65,000	68,500	68,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a área total cadastrada dos imóveis rurais no SNCR e a superfície total do território brasileiro.						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2010 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO cadastrou 7.804 (sete mil oitocentos e quatro) imóveis, estando assim cadastrado na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR o total de 87.269 (oitenta e sete mil duzentos e sessenta e nove) imóveis ou 30.613.159 hectares, e a superfície total do território do Estado de Rondônia representa 23.757.621,20 hectares. Verifica-se assim que o indicador representa 128,9%, não sendo um indicador favorável o que representa a existência de sobreposição de imóveis rurais cadastrados na base de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR para o Estado de Rondônia.						

Fonte: PPA 2008-2011 / Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

### **Das principais ações do Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas:**

As principais ações do programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foram:

- 1) 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural;
- 2) 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional;
- 3) 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais;
- 4) 8380 - Retomada de Terras Públicas;
- 5) 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas;
- 6) 2272 - Gestão e Administração do Programa - GAP.

A missão de gerenciar a Estrutura Fundiária brasileira, bem como a necessidade de aprimorar os instrumentos para essa gestão, se dá em meio à vasta dimensão do território nacional e as suas diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais, evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira.

A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e não integradas ao Serviço de Registro Imobiliário, a falta de um Sistema de Informações Geográficas - SIG agrava o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e o equívoco na escolha das áreas objeto de intervenção pelo INCRA.

O desconhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social do país, gerando altos custos ao erário na implantação de programas e projetos. A gestão eficaz da estrutura fundiária, por meio da identificação, caracterização, localização e classificação do imóvel rural respaldam legalmente a aplicação dos instrumentos de correção dessa estrutura e a promoção do controle social.

A destinação das terras públicas é um instrumento fundamental de combate à degradação ambiental e a grilagem de terras, sobretudo na Amazônia Legal e nas faixas de fronteira. Os recursos naturais também são ameaçados pela grilagem e ocupação desordenada nestes territórios, comprometendo a sustentabilidade quando da sua destinação futura.

Então, o programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas tem por objetivo conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária e a destinação das terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária. O público alvo são os detentores de imóveis rurais a qualquer título, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Nesse sentido as ações desenvolvidas no exercício de 2010 objetivaram a promoção da reforma agrária, acesso à terra e proporcionar conhecimento para a produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Tabela LXXXIII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0138**

<b>Ação</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Percentual de Execução (%)</b>
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	54.000,00	49.370,31	49.370,31	0,00	91,42
4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	450.329,65	429.476,47	417.525,73	11.950,74	92,71
2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	92318,75	92.289,71	92.289,71	0,00	99,96
8380 - Retomada de Terras Públicas	8.850,00	4.253,98	4.253,98	0,00	48,06
8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	476.902,60	465.868,20	454.347,27	11.520,93	95,27
2272 - Gestão e Administração do Programa	275.802,58	273.434,40	250.813,55	22.620,85	90,94
<b>Total</b>	<b>1.358.203,58</b>	<b>1.314.693,07</b>	<b>1.268.600,55</b>	<b>46.092,52</b>	<b>93,40</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas foram à ordem de R\$ 1.358.203,58 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, duzentos e três reais, cinquenta e oito centavos), dos quais foram empenhados R\$ 1.314.693,07 (um milhão, trezentos e catorze mil, seiscentos e noventa e três reais, sete centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 1.268.600,55 (um milhão, duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos reais, cinquenta e cinco centavos), representando 93,40% de execução orçamentária e ficando inscritos em restos a pagar o montante de R\$ 46.092,52 (quarenta e seis mil, noventa e dois reais, cinquenta e dois centavos), conforme demonstrado acima.

### 2.3.1.3.1. Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

**Tabela LXXXIV. Dados Gerais da Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário, de controle de aquisição de terras por estrangeiro, de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.
<b>Descrição</b>	a) Captação, análise e crítica aos dados literais e gráficos dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais; c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país; d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.
<b>Coordenação</b>	Luciméri Selivon.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela LXXXV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2105**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado (unidade)	6.000	7.804	130,06	6.000

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela LXXXVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2105**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
54.000	54.000,00	49.370,31	91,42	49.370,31	91,42	49.370,31	91,42

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela LXXXVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2105**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
F0138210527	339014	14.800,00	10.286,41	10.286,41	0,00
	339030	12.200,00	12.198,93	12.198,93	0,00
F0138210540	339014	7.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00
	339030	4.559,30	4.444,27	4.444,27	0,00
	339033	1.600,00	1.600,00	1.600,00	0,00
	339039	13.840,70	13.840,70	13.840,70	0,00
<b>Total</b>		<b>54.000,00</b>	<b>49.370,31</b>	<b>49.370,31</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), sendo esse valor totalmente disponibilizado; dos quais foram empenhados e efetivamente pagos R\$ 49.370,31 (quarenta e sete mil, trezentos e setenta reais, trinta e um centavos), perfazendo 91,42% de execução orçamentária, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi o gerenciamento de 6.000 (seis mil) imóveis, contudo foram gerenciados (realizadas atualizações cadastrais) 7.804 (sete mil oitocentos e quatro) imóveis nos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia, representando uma execução física de 130,06%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Ao longo do exercício de 2010 foi priorizado o gerenciamento de processos de fiscalização, conforme preceitua a Portaria INCRA/P/ nº 12 de 24/1/2006 onde determina, entre outros, que as Superintendências Regionais adotem as medidas administrativas necessárias à convocação, por meio de intimação, do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor a qualquer título de imóveis rurais que ainda não tenham atendido às exigências de recadastramento constantes nas Portarias INCRA/P/nº 558, 596 e 835 (revogadas) de 15/12/1999, 5/7/2001 e 16/12/2004, respectivamente, onde há muito que avançar principalmente quanto as análises jurídicas. Com isso, foram realizados esforços visando sanar questões de duplicidade das áreas cadastradas, mesmo encontrando dificuldades tanto administrativa, humano quanto ao efetivo comparecimento dos detentores de imóveis rurais.

Assim como a realização de atividades inerentes aos processos de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros que perpassam desde a análise processual administrativo e jurídica, notificações, vistorias bem como concordância ou não pela aquisição ora formalizada.

Quanto aos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO emitiu o total de 45.584 (quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro) documentos, sendo 12% realizadas através da Superintendência Regional, Unidades Avançadas, pelas Prefeituras Municipais, e 88% pela internet.

Com a disponibilidade do serviço de emissão de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR na rede mundial de computadores (internet), as facilidades de acesso estão cada vez mais abrangentes, no entanto, dificultam a identificação e quantificação desses ao nível de agregação.

Conforme ilustrado na tabela abaixo, foram realizadas diversas atividades no exercício de 2010, onerosas ou não, que visaram melhorias no serviço quanto ao gerenciamento e fiscalização dos imóveis do Estado de Rondônia.

**Tabela LXXXVIII. Atividades Realizadas no Exercício de 2010**

Atividades	Quantidade (unidade)
Processos de Fiscalização Cadastral Finalizados	1
Processos de Aquisição por Estrangeiros Formalizados	2
Análise Cadastral em Processos de Certificação	234
Unidade Municipal de Cadastramento - UMC Capacitados	18
Servidores Capacitados em Temáticas do Cadastro Rural	9
Monitorias de Unidade Municipal de Cadastramento - UMC	2

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Ainda no exercício de 2010, foram realizados treinamentos com as pessoas que atuarão junto as Unidades de Municipais de Cadastramento - UMC, sendo esses realizados em duas etapas, nos pólos de Guajará-Mirim, Ariquemes e Alto Paraíso, com a coordenação de técnicos desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

**Tabela LXXXIX. Quadro de Variação de Imóveis Cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR**

Superfície Territorial IBGE (hectares)	Extração de 26/1/2010		Extração de 7/2/2010		Extração de 20/1/2011	
	Total de Imóveis Rurais Cadastrados no SNCR	Total de Área Cadastrada no SNCR (hectares)	Total de Imóveis Rurais Cadastrados no SNCR	Total de Área Cadastrada no SNCR (hectares)	Variação Percentual do Total de Imóveis Rurais Cadastrados	Variação Percentual do Total de Área Cadastrada (hectares)
23.757.621,20	83.796	30.750.289	87.269	30.613.159	4,1%	-0,4%

Fonte: Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

O aumento do número de imóveis cadastrados na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e diminuição da área geográfica correspondente no Estado de Rondônia, demonstrados através da tabela acima, decorrem dos trabalhos de georreferenciamento, o que minimizou a ocorrência de sobreposição de imóveis rurais no exercício de 2010.

#### **Dos principais problemas:**

Foram dois os principais problemas identificados na execução da presente ação, a saber: problemas técnicos no sistema de informação, ou seja, falhas no banco de dados que ocasionam bloqueio na emissão de Certificado de Cadastro do de Imóveis Rurais - CCIR via internet, fazendo com que uma atividade criada para facilitar não atenda ao esperado, assim o requerente deve comparecer a Regional para atualização cadastral e conseqüentemente o referido certificado. Assim como a falta de servidores em quantidade suficiente para alcance de melhores resultados.

#### **Dos principais resultados:**

O principal ponto considerado como positivo na realização da presente ação foi a possibilidade de realização de nova capacitação e cadastramento de servidores com acesso ao Sistema Nacional de Informações Rurais - SNCR para as pessoas que atuam junto as Unidades de Municipais de Cadastramento - UMC.

Também se considera o aumento na quantidade de emissão de Certificado de Cadastro do de Imóveis Rurais - CCIR como fator positivo, uma vez que esse significa relevância na atualização cadastral das transações imobiliárias ocorridas no Estado.



### 2.3.1.3.2. Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

**Tabela XC. Dados Gerais da Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 28/8/2001.
<b>Descrição</b>	Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.
<b>Coordenação</b>	Marcelo José Pereira da Cunha.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela XCI. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4426**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Área Medida e Georreferenciada (hectares)	1.051.690	506.436	48,16	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela XCII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4426**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
14.333.638	450.329,65	429.476,47	95,37	429.476,47	95,37	417.525,73	92,71

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela XCIII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4426**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C0138442629	339014	120.324,60	109.240,37	109.240,37	0,00
	339030	31.601,38	31.600,34	31.600,34	0,00
	339033	9.200,38	9.200,38	9.200,38	0,00
F0138442640	339014	2.995,87	2.995,87	2.995,87	0,00
	339033	958,00	958,00	958,00	0,00
S0138442629	339014	198.863,42	189.095,51	189.095,51	0,00
	339030	62.659,03	62.659,03	62.659,03	0,00
	339033	19.762,47	19.762,47	7.811,73	11.950,74
	339039	3.964,50	3.964,50	3.964,50	0,00
<b>Total</b>		<b>450.329,65</b>	<b>429.476,47</b>	<b>417.525,73</b>	<b>11.950,74</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 14.333.638,00 (catorze milhões, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e oito reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 450.329,65 (quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e vinte e nove reais, sessenta e cinco centavos), que representa 3,14% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 429.476,47 (quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais, quarenta e sete centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 417.525,73 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e vinte e cinco reais, setenta e três centavos), perfazendo 92,71% de execução orçamentária, ficando R\$ 11.950,74 (onze mil, novecentos e cinquenta reais, setenta e quatro centavos), inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi a medição e georreferenciamento de 1.051.690 ha (um milhão cinquenta e um mil, seiscentos e noventa hectares), contudo não foram contratadas ações de georreferenciados diretamente pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia ou através da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, no entanto, com a conclusão de serviços contratados em exercícios anteriores em três glebas, no total de 506.436,0000 ha (quinhentos e seis mil quatrocentos e trinta e seis hectares), representando assim uma execução física de 48,16%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

E, mesmo a contratação dos serviços de georreferenciamento, no exercício de 2010, ter sido centralizada na Superintendência Nacional de Regularização Fundiária - SRFA, situada em Brasília-DF, importante informar que no Estado de Rondônia estão sendo realizados o georreferenciamento em 1.357 (um mil trezentos e cinquenta e sete) imóveis, o equivalentes a 175.067,2046 ha (cento e setenta e cinco mil e sessenta e sete hectares, vinte ares e quarenta e seis centiares).

Assim, os recursos orçamentários descentralizados foram utilizados para o acompanhamento e fiscalização desses serviços contratados.

As equipes de fiscalização foram compostas por servidores lotados na Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Estado de Rondônia - SRFA-06/RO, e três servidores lotados em outras Superintendências Regionais, como do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Minas Gerais.

**Tabela XCIV. Imóvel Georreferenciado (atividade iniciada em exercícios anteriores e concluída em 2010)**

Imóvel	Município	Quantidade de Imóveis	Área (hectares)
Gleba Conceição	Costa Marques/São Francisco do Guaporé	700	70.000,0000
Gleba Novo Destino	Alvorada D'Oeste/Mirante da Serra	120	9.600,0000
Gleba Novo Destino	Urupá/Alvorada D'Oeste/Mirante da Serra	Perímetro	426.836,0000
<b>Total</b>			<b>506.436,0000</b>

Fonte: Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Conforme demonstrado na tabela acima, foram contratados serviços de georreferenciamento em exercícios anteriores, que tiveram sua conclusão em 2010, assim, três glebas foram georreferenciadas representando a conclusão de 506.436,0000 ha (quinhentos e seis mil quatrocentos e trinta e seis hectares).

**Tabela XCV. Imóvel Georreferenciado (atividade iniciada em exercícios anteriores e continua em execução)**

Imóvel	Município	Quantidade de Imóveis	Área (hectares)
Gleba Terra Firme	São Francisco do Guaporé/Costa Marques/Seringueiras	Perímetro	770.000,0000
<b>Total</b>			<b>770.000,0000</b>

Fonte: Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Das atividades iniciadas em exercícios anteriores e que continuaram em execução ao longo do exercício de 2010, destaca-se que ainda estão sendo realizados trabalhos visando a conclusão de 770.000,0000 ha (setecentos e setenta mil hectares) de área a serem georreferenciadas.

**Tabela XCVI. Imóveis Certificados**

Nome do Imóvel	Área Peça Técnica (hectares)
90-U Unificado	6.215,9522
Agropecuária Porto Franco	2.530,6294
Agropecuária Porto Franco	3.159,4181
Agropecuária Porto Franco	3.666,0089
Agropecuária Porto Franco	4.293,6672
Baixo Candeias e Igarapé Três Casas	151.302,5419
Bela Vista Gleba 05 - Lotes 02 e 03	10.060,5403
Estância Cajueiro	618,2204
Faz Seringal S Francisco e Faz Progresso	1.520,9176
Fazenda Alto Barão do Melgaço	259,4047
Fazenda Alto Garças	705,5121
Fazenda Aponoê	1.654,1503
Fazenda Arco Ires e Paraíso	1.763,4108
Fazenda Arizona I	1.200,3598
Fazenda Avaiete	400,7100
Fazenda Bárbara	778,1781
Fazenda Barretos	1.656,1805
Fazenda Bela Manhã	1.265,9931
Fazenda Bela Vista	1.008,3083
Fazenda Bentivi	1.835,7764
Fazenda Besouro	1.468,3592
Fazenda Boa Vereda	498,9459

Nome do Imóvel	Área Peça Técnica (hectares)
Fazenda Bom Futuro	1.980,2415
Fazenda Bom Jardim	497,1607
Fazenda Bom Jesus	654,0514
Fazenda Bom Jesus	3.951,8042
Fazenda Cafelândia	3.520,6393
Fazenda California I e II	1.080,6192
Fazenda Canaã	1.236,7823
Fazenda Canaã	1.887,8117
Fazenda Chaparral	1.987,1928
Fazenda Chupinguaia	1.970,0328
Fazenda Cisne	2.118,6128
Fazenda Codorna I	986,7820
Fazenda Codorna II	1.501,1685
Fazenda Cristo Rei	1.966,7535
Fazenda Estrela Dalva	869,3798
Fazenda Estrela do Norte	789,9172
Fazenda Floresta	638,0489
Fazenda Fortaleza	838,4968
Fazenda Fortuna - Lotes 21 e 22 do Setor 04	1.171,3306
Fazenda Ipuã II	2.035,5351
Fazenda IRM	975,2945
Fazenda Itumbiara	1.011,5207
Fazenda Ivipitã - Área Desmembrada	1.335,1656
Fazenda Jaraguá	1.801,7080
Fazenda Jardim II	634,0194
Fazenda Jardim-Lote 25A	256,5761
Fazenda Jaú	2.068,8453
Fazenda Jequitibá	1.890,7389
Fazenda Jussara	3.057,7787
Fazenda Laranja Doce	1.935,2252
Fazenda Liberdade	316,7131
Fazenda Limão Azedo	1.972,3401
Fazenda Mãe do Céu	630,2171
Fazenda Mequens, Lotes 10,11 e 13	1.371,8324
Fazenda MG 1A	2.826,4501
Fazenda Mirassol	2.095,9090
Fazenda Monte Azul	1.979,3353
Fazenda Morada Nova	1.381,9841
Fazenda Naviraí	5.981,7746
Fazenda Nelore	1.216,3571
Fazenda Nelore da Realeza	1.180,1472
Fazenda Nhuporã	994,3459
Fazenda Nicomar II	1.850,1124
Fazenda Nossa Senhora Aparecida	4.069,2448
Fazenda Nossa Senhora da Paz	636,2774
Fazenda Nossa Senhora de Loredó	1.384,4900
Fazenda Nova Aliança	505,6533
Fazenda Novo Rio	505,9277
Fazenda Padrão	1.933,7473
Fazenda Palhada	2.007,9234
Fazenda Pantanal	534,5632
Fazenda Paraná	4.076,0533
Fazenda Parecis	984,4373
Fazenda Pau Dalho	768,7342
Fazenda Pau Dalho	2.000,5157

Nome do Imóvel	Área Peça Técnica (hectares)
Fazenda Pedra Azul	2.267,8341
Fazenda Ponato	406,4618
Fazenda Prainha	3.016,1089
Fazenda Presidente Hermes	1.476,1196
Fazenda Raiza	1.089,9476
Fazenda Rio Preto	192,3795
Fazenda Rio Preto	407,2176
Fazenda RO	1.539,3784
Fazenda Santa Ana	627,3847
Fazenda Santa Cecília	1.576,7581
Fazenda Santa Paula	2.115,3528
Fazenda Santa Rosa	1.292,5193
Fazenda São Domingos	2.068,5625
Fazenda São Francisco de Assis	1.005,8980
Fazenda São José	528,5723
Fazenda São Valentim	730,1565
Fazenda Seringal do Ouro	1.991,3547
Fazenda Serra Azul 2	1.987,1650
Fazenda Sossego	1.964,2382
Fazenda Toc-Fone	1.150,9452
Fazenda Toc-Fone	2.121,6507
Fazenda Toledense	450,6208
Fazenda Torrão de Ouro	1.529,7103
Fazenda Três Guris	955,9191
Fazenda Três Irmãos	269,4545
Fazenda Vale Verde	138,1911
Fazenda Vale Verde	2.143,3811
Fazenda Vilhena	1.289,6335
Fazenda Xanadu - Lote 30 - Setor 05	614,1615
Fazendas Dois Irmãos eE Miguel Pereira	1.971,7397
Fazendas Flamboyant I, II e Lote 07	1.003,7037
Fazendas Nicomar e Nicomar III	4.234,0135
Fazendas Norbrasil e Arco-Íris	30.089,9539
Fazendas São Paulo e Aliança Pascana dos Patos	4.612,1480
Gleba Cachoeirinha Parte A e Parte B	8.767,8175
Gleba Novo Destino	405.942,6786
Ilha Madeira	256,7599
Ilha Niterói	465,0200
Imóvel Bela Vista - Gleba 02	20.888,8386
Imóvel Bela Vista - Gleba 03	9.714,2374
Imóvel Bela Vista - Gleba 03	14.264,6511
Imóvel Bela Vista - Gleba 05 - Lote 01	3.736,2463
Independência II	2.959,3251
Lote 04 do Setor 09-Fazenda Coruja	1.984,8560
Lote 05/07 e 06/08 Unificados	2.020,1138
Lote 13 do Setor 02	419,6144
Lote 13 do Setor 09	1.959,7842
Lote 131E	490,9717
Lote 1da Sítio São Miguel	21,2431
Lote 25 do Setor 06	849,7825
Lote 26 Setor Manoa	242,6259
Lote 36 do Setor Colorado	634,7410
Lote 38B do Setor 04	95,6081
Lote 40 Setor 07 e Lote 31 Setor 08	3.945,1924
Lote 55, Setor 04 - Garças	743,3538

Nome do Imóvel	Área Peça Técnica (hectares)
Lote 552 Remanescente	1.032,9380
Lote 64A do Setor 11 - Corumbiara	1.455,6313
Lote 84 do Setor 12	2.000,7121
Lote 91 do Setor 12	1.983,0619
Lote 92 do Setor 12	1.977,1668
Lote 96 do Setor 03	1.975,4752
Lotes 07 e 08 do Seringal Bom Futuro	5.724,6850
Lotes 1/20B,15R Gleba 35, 04-A2, Gleba 06	1.833,8386
Lotes 10, 08A, 08B, 07 e 08D	1.175,8019
Lotes 16, 17 e 18 do Setor 09	5.945,3125
Lotes 21R, 22 e 23 Unificados	4.399,4263
Lotes 44 e 55 do Setor 10	3.977,8855
Lotes 45A, 45B e 56 do Setor 10	3.998,2667
Lotes 67 E 77 do Setor 09 da Gleba Corumbiara	4.013,9439
Lotes 99A/99B e 99D	977,5888
Parte E-G-H-I Desmembrada	1.232,6403
Parte J Desmembrada	1.937,8173
Parte L Desmembrada	1.069,4548
Seringais Piquiá IV(Rem) e Piquiá V	6.047,5384
Seringal Assunção - Lote 06	447,1154
Seringal Boa Hora	1.678,0522
Seringal Cavalcante	2.862,5700
Seringal Maravilha	1.983,8435
Seringal Pedras e Outros	26.902,0912
Seringal Progresso e Outros	15.169,4054
Seringal Santo Emidio - Lote 2	1.968,8198
Seringal Santo Emidio - Lote 3	1.980,4727
Seringal Santo Emidio - Lote 4	1.932,9720
Seringal Santo Emidio - Lote 5	2.028,5537
Seringal São Francisco - Remanescente	989,8127
Seringal São Raimundo	3.560,0463
Seringal São Sebastião - Lote 02 MD	1.003,5498
Seringal São Sebastião - Lote 07 - MD	983,2165
Seringal São Sebastião - Lote 08 - MD	1.000,4676
Seringal São Sebastião - Lotes 05 e 06 - MD	2.053,6913
Seringal São Sebastião Lotes 01 e 02 - MD	1.972,6121
Seringal Urupá	21.202,4929
Sítio Santa Fé	63,3494
Sítio Santo Antonio	199,0895
<b>Total</b>	<b>989.721,0116</b>

Fonte: Sistema de Certificação de Imóveis Rurais / <http://200.252.80.40/Certifica/abertura.asp>

Outra atividade realizada em complementação ao georreferenciamento, que demanda recurso humano técnico qualificado, e representa peça fundamental para toda alteração de área ou de titulares em Cartórios Registrais, criada pela Lei nº 10.267 de 28/8/2001 e segundo prazos estabelecidos no Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, bem como a efetiva titulação, é a certificação dos imóveis, ou seja, certificação de que a poligonal referente ao memorial descritivo, planta do imóvel, não sobrepõe, nenhuma outra poligonal constante no cadastro de georreferenciamento, e que a execução dessa foi efetuada em atendimento às especificações técnicas estabelecidas nas Notas Técnicas para Georreferenciamento de Imóveis Rurais aprovadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e conforme dados acima foram certificados no exercício de 2010 o total de 171 (cento e setenta e um) imóveis equivalentes a 989.721,0116 ha (novecentos e oitenta e nove mil setecentos e vinte e um hectares, cento e dezesseis centiares).

**Dos principais problemas:**

Nas atividades de acompanhamento e fiscalização dos trabalhos contratados de georreferenciamento foram identificados alguns problemas para o bom desempenho da presente ação, em especial, aquelas relacionadas com as empresas vencedoras do certame licitatório que não cumprem o cronograma pactuado nos contratos, resultando atrasos na entrega do material técnico necessário a regularização.

**Dos principais resultados:**

O principal resultado dos esforços desempenhados no exercício de 2010 para a presente ação foi a contratação dos serviços de georreferenciamento diretamente pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária - SRFA, situada em Brasília-DF, o que acelerou os tramites licitatórios, e sua conclusão visa a regularização de mais de vinte mil propriedades rurais e núcleos urbanos em terras públicas da União no Estado de Rondônia.

### 2.3.1.3.3. Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

**Tabela XCVII. Dados Gerais da Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.
<b>Descrição</b>	Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.
<b>Coordenação</b>	Márcio Marreck Berbigier.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela XCVIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2110**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Área Regularizada (hectares)	8.692	6.404,9717	73,68	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela XCIX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2110**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.625.917	92.318,75	92.286,71	99,96	92.289,71	99,96	92.289,71	99,96

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela C. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2110**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
F0138211040	339014	2.655,00	2.655,00	2.655,00	0,00
	339030	398,25	398,25	398,25	0,00
	339039	265,50	265,50	265,50	0,00
S0138211028	339014	54.000,00	54.000,00	54.000,00	0,00
	339030	19.000,00	18.974,96	18.974,96	0,00
	339033	5.500,00	5.500,00	5.500,00	0,00
	339039	10.500,00	10.496,00	10.496,00	0,00
<b>Total</b>		<b>92.318,75</b>	<b>92.289,71</b>	<b>92.289,71</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 3.625.917,00 (três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e dezessete reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 92.318,75 (noventa e dois mil, trezentos e dezoito reais, setenta e cinco centavos), que representa 2,54% do valor inicialmente programado; sendo empenhados e efetivamente pagos R\$ 92.289,71 (noventa e dois mil, duzentos e oitenta e nove reais, setenta e um centavos), perfazendo 99,96% de



execução orçamentária, não ficando inscrições de restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi a regularização de 8.692,0000 ha (oito mil seiscentos e noventa e dois hectares), contudo foram regularizados 6.404,9717 (seis mil quatrocentos e quatro hectares, noventa e sete ares, dezessete centiares), representando uma execução física de 73,68%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Esta ação visa propiciar a destinação de terras públicas baseando-se no princípio da democratização de acesso a terra, por meio da regularização da situação jurídica de posseiros com a expedição de títulos de domínio ou licença de ocupação aos ocupantes, incluindo a ratificação de títulos em faixa de fronteira, objetivando o ordenamento fundiário.

Cumprir destacar que a partir do exercício de 2009 ocorreram importantes modificações, as quais reestruturaram a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal, criado por meio da MP nº. 458, de fevereiro de 2009, convertida na Lei nº. 11.952 de 25/6/2009.

O Programa Terra Legal tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na Amazônia Legal, principal demanda para promoção do desenvolvimento sustentável na região. Para que isso ocorra foi necessária a mudança do marco legal, a construção de parcerias entre os entes federais, estaduais, municipais e uma maior participação da sociedade civil organizada.

Uma mudança primordial foi a transferência para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em caráter extraordinário, pelo prazo de cinco anos, prorrogável por igual período, a competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, conforme definido pela Lei 11.952 de 25/6/2009, sendo que a competência para a operacionalização dos procedimentos administrativos a serem realizados até a finalização da titulação das ocupações foi delegada à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária - SRFA, por meio da Portaria MDA Nº. 20 de 8/4/2009.

Portanto, a ação de regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF/INCRA - os trabalhos fora da Amazônia Legal, e à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária - SRFA a regularização de áreas da União no âmbito da Amazônia Legal.

**Tabela CI. Imóvel / Posse Rural Regularizado**

<b>Imóvel</b>	<b>Município</b>	<b>Área</b>	<b>Imóvel / Posse Regularizado</b>
Gleba Cachoeirinha	Itapuã do Oeste	1.335,6138	16
Gleba Machadinho	Machadinho	39,9405	1
Gleba Novo Destino	Alvorada	355,9332	6
Gleba Novo Destino	Mirante da Serra	3.710,6534	43
Gleba Novo Destino	Urupá	101,4325	3
<b>Total</b>		<b>5.543,5734</b>	<b>69</b>

Fonte: Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

No Estado de Rondônia, ao longo do exercício de 2010, foram regularizadas 5 (cinco) glebas, representando o total de 69 (sessenta e nove) imóveis / posses rurais regularizadas, e 5.543,5734 ha (cinco mil quinhentos e quarenta e três hectares, cinquenta e sete ares, trinta e quatro centiares), conforme demonstrado na tabela acima.

Em relação à regularização de áreas urbanas foram realizados, em 2009 e 2010, Seminários Regionais em Belém-PA, Manaus-AM, Imperatriz-MA, Porto Velho-RO, Cuiabá-MT e Boa Vista-RR, com a participação das Coordenações Estaduais do Programa Terra Legal, do Ministério das Cidades, da Secretária do Patrimônio da União, dos Governos

Estaduais, das Prefeituras Municipais e de Associações de Municípios, de Moradores e de Bairros locais, onde as mudanças legais e metodológicas foram apresentadas, bem como a forma de participação que os municípios terão no processo como um todo.

Com as mudanças processuais e com ao novo realinhamento institucional criado com a edição da Lei 11.952 de 25/6/2009, o tempo médio de tramitação até a entrega do Título Urbano foi significativamente reduzido, sendo que, da entrega do requerimento e documentação pela prefeitura à titulação, são decorridos aproximadamente em oito meses, bem diferente dos, também em média, cinco anos de antes. Nesse mesmo sentido, o Decreto nº 7.341 de 22/10/2010, que substitui o Decreto nº 6.829 de 27/4/2009, trouxe novidades no sentido de facilitar e desburocratizar ainda mais o processo de doação como, por exemplo, o fim da exigência de densidade populacional mínima para áreas urbanas.

Por fim, a participação conjunta do Ministério das Cidades, por meio da Secretária Nacional de Programas Urbanos - SNPU, da Secretária do Patrimônio da União, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MMA - com o conjunto das prefeituras e com o MDA/INCRA/Terra Legal tem sido o diferencial em todo o processo de gestão da Regularização Urbana. Um trabalho conjunto, em que as competências institucionais são ressaltadas e que, no somatório das ações, têm permitido que a transferência de dominialidade das terras federais ocorra de forma célere, responsável e com respeito e apoio mútuos.

No quadro abaixo são detalhadas as informações das cinco áreas que tiveram sua efetiva doação aos municípios, representando 861,3983 (oitocentos e sessenta e um hectares, trinta e nove ares, oitenta e três centiares).

**Tabela CII. Área Urbana Regularizada**

<b>Imóvel</b>	<b>Município</b>	<b>Área (hectares)</b>
Sede do Município	Cujubim	433,8555
Sede do Município	Vale do Anari	264,1907
Sede do Distrito do 5º BEC	Machadinho do Oeste	99,7932
Sede do Município de Tabajara	Machadinho do Oeste	23,0428
Sede do Município	Novo Horizonte	40,5161
<b>Total</b>		<b>861,3983</b>

Fonte: Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

#### **Dos principais problemas:**

A ação de regularização fundiária de imóveis rurais não obteve os resultados esperados em razão de entraves encontrados no decorrer da atividade, entre estes a falta de material técnico homologados para a instrução processual, em vista da contratação dos serviços de georreferenciamento terem sido feitos a partir do segundo semestre de 2010, acarretando a não entrega das peças técnicas em tempo hábil para a utilização nos processos cadastrados.

#### **Dos principais resultados:**

E na superação dos problemas identificados a ação de regularização fundiária de imóveis rurais teve avanços significativos levando-se em consideração o quantitativo de famílias beneficiadas, em especial na destinação de áreas urbanas aos municípios, onde foram tituladas 5 (cinco) municípios com população aproximada de 19.581 habitantes.

Na atividade houve participação dos municípios que resultou no alcance dos objetivos traçados na programação operacional.

Ainda havendo 37 (trinta e sete) processos com aprovação Nacional para a expedição de títulos, equivalendo a uma área de 1.586,1100 (um mil quinhentos e oitenta e seis hectares e onze ares).

### 2.3.1.3.4. Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

**Tabela CIII. Dados Gerais da Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.
<b>Descrição</b>	Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.
<b>Coordenação</b>	Marcio Marreck Berbigier.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8380**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Área com Processo Impetrado (hectares)	7.190	5.534,4572	76,97	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8380**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
320.254	8.850,00	4.253,98	48,06	4.253,98	48,06	4.253,98	48,06

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8380**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
F0138838041	339014	8.850,00	4.253,98	4.253,98	0,00
<b>Total</b>		<b>8.850,00</b>	<b>4.253,98</b>	<b>4.253,98</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 320.254,00 (trezentos e vinte mil, duzentos e cinquenta e quatro reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 8.850,00 (oito mil oitocentos e cinquenta reais), que representa 2,76% do valor inicialmente programado; dos quais foram empenhados e efetivamente pagos R\$ 4.253,98 (quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais, noventa e oito centavos), perfazendo 48,06% de execução orçamentária, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi de 7.190,0000 ha (sete mil, cento e noventa hectares) de áreas com processos impetrados, contudo impetrados processos referente

a 5.534,4572 ha (cinco mil quinhentos e trinta e quatro hectares, quarenta e cinco ares, setenta e dois centiares), representando uma execução física de 76,97%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela CVII. Área Pública com Processo de Retomada Impetrado**

<b>Imóvel</b>	<b>Município</b>	<b>Área (hectares)</b>
Gleba Baixo Candeias / Igarapé Três Casas (Parte)	Candeias do Jamari	76,8414
Gleba Corumbiara (Parte)	Porto Velho / Ariquemes	2.972,6826
Gleba Burareiro (Parte)	Porto Velho / Ariquemes	2.485,1732
<b>Total</b>		<b>5.534,6972</b>

Fonte: Procuradoria Federal Especializada.

Uma vez que o produto almejado pela ação é área com processo impetrado, conforme texto do PPA 2008 - 2011, esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realizou no exercício de 2010 ações, mormente voltada para a análise processual, e somente com a deliberação do Comitê de Decisão Regional - CDR quanto a possibilidade ou não de retomada de determinado imóvel é que a Procuradoria Regional Especializada ajuizou ações, que visam subsidiar a retomada de terras públicas, e assim com a possibilidade desses imóveis serem declarados de interesse social e utilizados para fins da Reforma Agrária.

No entanto, essa conclusão (imóvel retomado ou imissão na posse) depende de decisão judicial, perpassando assim as competências dessa Autarquia, situação que habitualmente ocorre após longos períodos, gerando conflitos entre terceiros e inviabilizando a destinação desses.

Importante esclarecer que um dos itens necessários para a correta instrução dos processos é a realização de vistoria nos imóveis objetos de análise, no entanto, como verificado acima, a disponibilidade orçamentária não é suficiente para atender todas as demandas.

#### **Dos principais problemas:**

Esta ação é uma atividade que está diretamente associada aos serviços da Procuradoria Federal Especializada, sediada na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, assim, os processos de retomada impetrados na justiça identificados acima foram àqueles oriundos da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - F.

No entanto, a competência regimental sobre a ação foi transferida para a Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal - SRFA através do advento do Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009 (regimento interno), não produzindo no exercício de 2010 nenhum resultado, uma vez que não foram publicados os normativos direcionando a sua execução.

Somada a essa falta de clareza sobre o direcionamento da presente ação, no exercício de 2010, foram identificadas outras dificuldades para sua realização, das quais se destacam:

a) Os trâmites processuais, que necessariamente são efetuados de acordo com os instrumentos legais vigentes quanto à dominialidade e regularidade dos imóveis rurais, o que torna o trabalho deveras moroso;

b) A indisponibilidade orçamentária e insuficiência de corpo técnico para realizar um dos itens considerados como imprescindíveis para a instrução processual, que é a vistoria nos imóveis rurais;

c) Assim como a pouca disponibilidade de procuradores federais para efetuar as análises processuais; e

d) As ações executadas pelo Programa 'Terra legal' não atendem áreas onde existam conflitos agrários de qualquer natureza, portanto, permanecendo indefinidas situações

que assim se apresentaram.

**Dos principais resultados:**

A presente ação tem apresentado nos últimos anos modestos resultados, no entanto, e mesmo atravessando os percalços acima identificados, esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO conseguiu imperar alguns processos na justiça.

E, entende-se que com o advento da Lei nº 11.952 de 25/6/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, e sua efetiva aplicação minimizará as situações de conflitos, uma vez que a referida lei dilata o prazo para regularizar esses imóveis, em especial aqueles com área até 15 (quinze) módulos fiscais.

### 2.3.1.3.5. Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

**Tabela CVIII. Dados Gerais da Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.
<b>Descrição</b>	Levantamento do ambiente natural, sócio econômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.
<b>Coordenação</b>	Marcio Marreck Berbigier.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CIX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8378**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Área Diagnosticada Destinada (hectares)	362.000	1.049.059,41	289,79	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8378**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.200.000	476.902,60	465.868,20	97,68	465.868,20	97,68	454.347,27	95,27

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CXI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8378**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
S0138837842	339014	349.879,10	338.844,70	338.844,70	0,00
	339030	74.736,23	74.736,23	74.736,23	0,00
	339033	29.245,41	29.245,41	17.724,48	11.520,93
	339039	23.041,86	23.041,86	23.041,86	0,00
<b>Total</b>		<b>476.902,60</b>	<b>465.868,20</b>	<b>454.347,27</b>	<b>11.520,93</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 476.902,60 (quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e dois reais, sessenta centavos), que representa 39,74% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 465.868,20 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais, vinte centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 454.347,27 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais, vinte e sete centavos), perfazendo 95,27% de execução orçamentária, ficando assim R\$ 11.520,93 (onze mil, quinhentos e vinte reais, noventa e três centavos), inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada visando diagnosticar e destinar áreas no

total de 362.000,00 ha (sete mil, cento e noventa hectares), contudo foi diagnosticado o equivalente a 1.049.059,4054 ha (um milhão quarenta e nove mil, cinqüenta e nove hectares, quarenta ares, cinqüenta e quatro centiares) de área, representando uma execução física de 285,89%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

O Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal instituído pela Medida Provisória 458 de 20/2/2010 e convertida na Lei 11.952 de 25/6/2010, que criou o Programa Terra Legal, definiu em 3 (três) etapas no processo de regularização fundiária das posses: 1ª etapa - Cadastramento das posses; 2ª etapa - Georreferenciamento das posses e 3ª etapa - Titulação.

A Ação denominada de Ações Preparatórias para Destinação de terra Publica se enquadra na 1ª etapa, ou seja, Cadastramento das Posses, que tem como principais objetivos a identificação e localização das pessoas que ocupam terras públicas, permitindo a inclusão dos cadastros no Sistema Terra Legal - SISTERLEG, e que permite a seleção destes posseiros através da triagem nos sistemas SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária e Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, e possibilite a titulação dos imóveis com área de até 4 (quatro) módulos fiscais, por simples ato declaratório, dispensado portanto, a vistoria prévia. A atividade de cadastramento dessas posses está amparada pela Portaria MDA nº. 37/2010 de 18/6/2010.

A realização da ação de cadastramento de posseiros, no exercício de 2010, teve como resultado o total de 8.478 (oito mil quatrocentos e setenta e oito) imóveis cadastrados em 50 (cinqüenta) município, o equivalente a 1.049.059,4054 ha (um milhão quarenta e nove mil, cinqüenta e nove hectares, quarenta ares, cinqüenta e quatro centiares), conforme detalhamento a seguir.

**Tabela CXII. Cadastros Realizados**

<b>Município</b>	<b>Área (hectares)</b>	<b>Quantidade (Unidade)</b>
Alta Floresta do Oeste	91.603,0771	404
Alto Alegre dos Parecis	56.122,0522	306
Alto Paraíso	35.171,8676	220
Alvorada do Oeste	2.317,5338	40
Ariquemes	7.294,6170	61
Buritis	20.703,4718	74
Cabixi	16.721,4519	141
Cacaulândia	712,2991	23
Cacoal	965,1058	35
Campo Novo de Rondônia	45.010,2415	467
Candeias do Jamari	43.392,3851	415
Castanheiras	468,7120	12
Cerejeiras	30.707,8259	74
Chupinguaia	27.137,5142	520
Colorado do Oeste	3.662,5407	20
Corumbiara	6.967,3030	101
Costa Marques	8.290,6276	71
Cujubim	6.705,9663	41
Espigão do Oeste	12.748,5295	240
Governador Jorge Teixeira	6.920,0693	161
Guajará-Mirim	25.330,4573	234
Itapuã do Oeste	1.849,3948	7
Jaru	1.170,1920	31
Ji-Paraná	67,4554	3
Machadinho do Oeste	5.546,3510	20



<b>Município</b>	<b>Área (hectares)</b>	<b>Quantidade (Unidade)</b>
Ministro Andreazza	1.381,2580	41
Mirante da Serra	2.607,7938	32
Monte Negro	9.384,5034	33
Nova Brasilândia do Oeste	1.986,1814	32
Nova Mamoré	11.3946,5692	952
Novo Horizonte do Oeste	383,5900	14
Ouro Preto do Oeste	130,4468	2
Pareci	26.585,9330	298
Pimenta Bueno	14.061,3595	115
Pimenteiras do Oeste	67.763,7748	307
Porto Velho	136.676,5554	856
Presidente Médici	1.832,0533	92
Primavera de Rondônia	1.250,4669	56
Rio Crespo	2.396,5131	29
Rolim de Moura	803,1400	3
Santa Luzia do Oeste	31.260,5650	116
São Felipe do Oeste	1.959,3776	106
São Francisco do Guaporé	16.876,8159	95
São Miguel do Guaporé	7.521,7945	241
Seringueiras	4.224,5565	36
Teixeirópolis	37,5700	1
Theobroma	1.337,0948	6
Urupá	1.243,5122	10
Vale do Paraíso	51,6000	4
Vilhena	145.769,3384	1280
<b>Total</b>	<b>1.049.059,4054</b>	<b>8.478</b>

Fonte: Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

### **Dos principais problemas:**

O Programa Terra legal parece de uma ação de marketing para divulgação de suas ações, e essa, ao longo do exercício de 2010, foi considerado como o principal complicador para massificar as informações, de forma que o alcance de toda a clientela objeto da regularização fundiária poderia ter sido melhor.

Na realização da ação nos municípios foram utilizados os meios locais de comunicação, onde estes foram abertos para convocação dos posseiros e divulgação do Programa, entretanto, além de pequeno o alcance via rádio nem todos os municípios dispunham desse meio, sendo preciso utilizar outras formas de divulgação, como carros com som volante, reuniões em comunidades, entre outros.

### **Dos principais resultados:**

No Estado de Rondônia a Primeira etapa praticamente encerrou-se no exercício de 2010, uma vez que em parceria com 50 (cinquenta) municípios desta unidade da Federação, com o Governo do Estado de Rondônia, Entidades civis como Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos Patronais foram concluídos o cadastramento dos posseiros que ocupam terras publicas, atividade essa realizada na modalidade de mutirões.

Alcançando nos dois exercícios de atuação (2009 e 2010) do Programa Terra Legal o total de 19.106 (dezenove mil e cento e seis) posseiros identificados. Possibilitando assim o início de atividades pontuais de apoio a ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária, para cadastramento dos posseiros remanescentes que não compareceram aos mutirões realizados em cada ente municipal.



### 2.3.1.3.6. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

**Tabela CXIII. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Coordenação</b>	Lucimeri Selivon.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CXIV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	A	4	-	Não há	-	-	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CXV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
30.256	275.802,58	273.434,40	99,14	273.434,40	99,14	250.813,55	90,94

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CXVI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
F0138227240	339014	6.180,42	6.180,42	6.180,42	0,00
	339033	6.603,00	6.603,00	6.603,00	0,00
S0138227240	339014	70.260,06	70.260,06	70.260,06	0,00
	339030	137.961,10	135.592,92	129.845,04	5.747,88
	339033	29.798,00	29.798,00	12.925,03	16.872,97
	339039	25.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>275.802,58</b>	<b>273.434,40</b>	<b>250.813,55</b>	<b>22.620,85</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 30.256,00 (trinta mil, duzentos e cinquenta e seis reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 275.802,58 (duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e dois reais, cinquenta e oito centavos), que representa 911,56% do valor inicialmente

programado; sendo empenhados R\$ 273.434,40 (duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais, quarenta centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 250.813,55 (duzentos e cinquenta mil, oitocentos e treze reais, cinquenta e cinco centavos), perfazendo 90,94% de execução orçamentária, ficando R\$ 22.620,85 (vinte e dois mil, seiscentos e vinte reais, oitenta e cinco centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

Com a disponibilização orçamentária na ação de gestão e administração do programa, foi possível a realização das seguintes atividades:

a) Participação de representantes da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal em diversos eventos, encontros e reuniões visando o planejamento e estruturação do novo cenário demandado pelo Programa Terra Legal;

b) Participação de servidor em curso de Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV demandado pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal;

c) Proporcionar logística necessária ao deslocamento dos técnicos responsáveis pelas atividades finalísticas do Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas no Estado de Rondônia, bem como, a instalação de armários e confecção de capas para processos, ou seja, toda questão operacional do programa.

d) Proporcionar treinamento a 3 (três) servidores da Divisão estadual de regularização Fundiária - SRFA-06 para operacionalizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural nas ações de Regularização Fundiária - SNCR.

e) Deslocamento de 4 (quatro) servidores da Divisão estadual de Regularização Fundiária - SRFA-06 para as Unidades Avançadas de Guajará Mirim, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Colorado do Oeste com o objetivo de formalizar e cadastrar 8.478 (oito mil quatrocentos e setenta e oito) processos referentes aos cadastros de posseiros realizados no estado de Rondônia no exercício de 2010.

#### 2.3.1.4. Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

##### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0139

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0139		Denominação: Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário				
Tipo do Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.						
Gerente: Eva Maria Sardinha			Responsável: Elias Donadon Batista			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Não há.						
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Fonte: PPA 2008/2011 / Divisão de Administração.

##### Das principais ações do Programa 0139 - Gestão da Política do Desenvolvimento Agrário:

A principal ação do programa 0139 - Gestão da Política do Desenvolvimento Agrário executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, é:

1) 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

O presente programa tem a finalidade de promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Bem como a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Assim a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO busca a realização de ações diversas voltadas ao treinamento dos servidores, tais como custeio dos eventos de capacitação, pagamento de passagens e diárias para deslocamentos, taxa de inscrições em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal, quando exigidos.

**Tabela CXVII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0139**

Ação	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Percentual de Execução (%)
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	122.696,13	114.739,73	100.953,88	13.785,85	82,28
<b>Total</b>	<b>122.696,13</b>	<b>114.739,73</b>	<b>100.953,88</b>	<b>13.785,85</b>	<b>82,28</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 0139 - Gestão da Política do Desenvolvimento Agrário foram na ordem de R\$ 122.696,13 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais, treze centavos), sendo empenhados R\$ 114.739,73 (cento e catorze mil, setecentos e trinta e nove reais, setenta e três centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 100.953,88 (cem mil, novecentos e cinquenta e três reais, oitenta e oito centavos), representando 82,28% de execução orçamentária e ficando R\$ 13.785,85 (treze mil, setecentos e oitenta e cinco reais, oitenta e cinco centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

#### **2.3.1.4.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

**Tabela CXVIII. Dados Gerais da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
<b>Coordenação</b>	Ronaldo Alves de Sousa.
<b>Unidades Executoras</b>	INCRA/SEDE e Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### **EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ**

**Tabela CXIX. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4572**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	A	3	Servidor Capacitado (unidade)	204	151	74,02	330

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CXX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4572**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
194.039	122.696,13	114.739,73	93,51	114.739,73	93,51	100.953,88	82,28

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CXXI. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4572**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
A0139457202	339039	28.100,00	24.740,00	19.140,00	5.600,00
	339139	491,02	491,02	0,00	491,02
A0139457240	339014	59.511,29	55.714,89	55.714,89	0,00
	339033	34.593,82	33.793,82	26.098,99	7.694,83
<b>Total</b>		<b>122.696,13</b>	<b>114.739,73</b>	<b>100.953,88</b>	<b>13.785,85</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 194.039,00 (cento e noventa e quatro mil, trinta e nove reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 122.696,13 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais, treze centavos), que representa 63,23% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 114.739,73 (cento e catorze mil, setecentos e trinta e nove reais, setenta e três centavos), dos quais foram efetivamente R\$ 100.953,88 (cem mil, novecentos e cinquenta e três reais, oitenta e oito centavos), perfazendo 82,28% de execução orçamentária, ficando R\$ 13.785,85 (treze mil, setecentos e oitenta e cinco reais, oitenta e cinco centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi a capacitação de 204 (duzentos e quatro) servidores, contudo foram capacitados 151 (cento e cinquenta e um) servidores, representando uma execução física de 74,02%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela CXXII. Capacitações realizadas**

Curso	Mês de Conclusão	Carga Horária (horas)	Quantidade de Servidores
II Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.	Fevereiro	40	1
V Congresso Brasileiro de Pregoeiros - Cenário de Mudanças: Legislações, Regulamentações Complementares e Inovações Tecnológicas.	Março	26	2
Oficina de Capacitação para Asseguradores de PRONERA.	Abril	32	1
III Encontro de Aplicadores de Crédito Instalação.	Abril	20	40
Curso de Comunicação e Políticas Públicas.	Abril	12	1
Encontro Regional da Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária em Rondônia.	Abril	20	45
Curso Avançado de Licitações e Contratos.	Abril	26	3
SICONV - Treinamento em Serviço.	Maio	16	1
Congresso Internacional de Contratações Públicas Sustentáveis.	Junho	24	1
Fórum de Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor - Consolidando Conceitos e Caminhos.	Junho	20	1
Noção de AUTOCAD Voltada para Mapas de Uso de solo com Auxílio de Imagem de Satélite.	Julho	20	4

Curso	Mês de Conclusão	Carga Horária (horas)	Quantidade de Servidores
Oficina sobre Concessão de Aposentadoria e Pensão com	Julho	44	2

Ênfase no Sistema SIAPE / SISAC.			
MCTS - Microsoft Certified Technology Specialist em Windows Server 2008.	Agosto	120	1
Semana Nacional de Estudos Avançados Sobre Pregão.	Agosto	36	1
Análise de Pontos de Função - 4.3: Medições e Estimativas de Software e Workshop em “Análise de Pontos de Função Avançado: Metodologia e Práticas de Medição”.	Agosto	16	2
Efetividade na Implementação da Política de Reforma Agrária; Administração Pública Federal; Tomada de Decisão; Licitações e Contratos.	Agosto	36	1
Treinamento em tomada de Contas Especial - TCE.	Agosto	40	2
Curso de Membro para Compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.	Agosto	30	1
Videoconferência Sobre os Exames Médicos Periódicos da Administração Pública Federal.	Agosto	4	2
XI Seminário de Ética na Gestão.	Agosto	16	3
MCTS Visual Studio 2005 / 2008.	Outubro	104	1
Orientações Referente a Área de Patrimônio.	Outubro	16	2
Curso a Distância de Inferência Estatística Aplicada na Engenharia de Avaliações.	Outubro	60	2
Curso Básico de engenharia de Avaliações a Distância.	Outubro	60	2
Curso Sobre Processos Administrativos Disciplinares.	Outubro	55	4
II Oficina de Capacitação para Asseguradores do PRONERA - IV Seminário Nacional do PRONERA.	Novembro	24	2
Curso de Operacionalização do SICONV.	Novembro	16	1
Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais.	Novembro	40	10
Noções de Licitações e Diretrizes Gerais Sobre Contratação de Serviços na Administração Pública Federal.	Novembro	28	2
Curso em SICONV Avançado.	Novembro	24	2
Curso de SIAFI Gerencial.	Novembro	24	1
Seminário Nacional Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável.	Novembro	28	3
Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Tecnologia da Informação.	Novembro	30	3
Curso de Assistência à Saúde Suplementar.	Dezembro	24	1
<b>Total</b>		<b>1.131</b>	<b>151</b>

Fonte: Divisão de Administração.

Durante o exercício de 2010 as capacitações dos servidores públicos no âmbito desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO estiveram voltadas às competências sugeridas pelos servidores e chefes de Divisão, visando benefício tanto para a instituição como para o servidor, ou seja, não realizando as demandas aleatórias, e sim aquelas que fortalecessem as competências capazes de agregar valores a organização e ao indivíduo, onde foi possível identificar resultado expressivo, principalmente quanto à quantidade de cursos oferecidos e de servidores participantes. Sendo contabilizado o total de 34 (trinta e quatro) cursos realizados, em 1.131 horas/aula, capacitando 151 (cento e cinquenta e um) servidores, conforme detalhamento acima.

#### **Dos principais problemas:**

A meta física inicialmente estabelecida para a presente ação não foi alcançada na sua totalidade, fato esse decorrente da quantidade de aposentadorias registradas no exercício de 2010, o que representou a soma de tarefa aos servidores que permaneceram ativos, assim a sobrecarga de atribuições e a impossibilidade dos servidores se afastarem para participar de capacitações ocasionou problemas na execução dessas.

Assim como outros fatores identificados como problema na execução da presente ação, tais como: cursos oferecidos somente fora do Estado de Rondônia, o que onera os cofres públicos; servidores que demandam capacitações que não refletirão em ações a serem implementadas na Regional, resultando em trabalhos de conscientização crítica e autorização somente para capacitações que serão transformadas em melhorias para a Autarquia; e indicação de servidores a participar de capacitação que não executarão as ações.

**Dos principais resultados:**

Para iniciar as atividades de capacitação na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi feita análise crítica das demandas, assim possibilitando captar necessidades que irão influenciar no alcance das metas estabelecidas na Programação Operacional para os demais programas e ações.

Portanto, o principal resultado da presente ação é fortalecer, através de capacitações direcionadas a soluções operacionais, as competências capazes de agregar valores para a organização e ao indivíduo de forma qualitativa.

Destaca-se também como fator positivo para a ação, ao longo do exercício de 2010, foi a possibilidade de realizar parcerias para proporcionar capacitações sem onerar os cofres públicos.

### 2.3.1.5. Programa 1120 - Paz no Campo

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1120

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1120		Denominação: Paz no Campo				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.						
Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.						
Gerente: Gercino José da Silva Filho				Responsável: Márcia do Nascimento Pereira		
Público Alvo: Famílias no campo nas condições de acampadas, assentadas, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	1792 - Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.	31/12/2003	42,000	0,000	4,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de homicídios decorrentes de conflitos agrários.						
Análise do Resultado Alcançado						
No Estado de Rondônia foram registrados 6 (seis) homicídios em áreas rurais (projetos de assentamentos da reforma agrária e acampamentos), dos quais somente um foi decorrente de conflitos agrários.						

Fonte: PPA 2008 - 2011 / Ouvidoria Agrária Regional e Nacional.

#### Das principais ações do Programa 1120 - Paz no Campo:

A principal ação do programa 1120 - Paz no Campo executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi:

- 1) 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas;

Historicamente o campo brasileiro tem sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas tem dificultado os excluídos expor seus anseios nas pautas governamentais, tendo por consequência a fragilidade destes grupos sociais.

Como condição favorável à implementação da paz no campo evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional como uma decisiva ação de Governo.

O presente Programa identifica-se com a dimensão democrática das orientações estratégicas e com o Mega Objetivo do governo no sentido de fortalecer a inclusão social.

No Estado Rondônia ainda é grande o número de famílias de trabalhadores rurais sem-terra que demandam providências do poder público para acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária, bem como as políticas públicas inerentes ao exercício da cidadania, que representam o total de 6.796 (seis mil setecentos e noventa e seis) famílias em 93 (noventa e



três) acampamentos situados nos diversos municípios do Estado, conforme registros do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

Alguns desafios surgiram e foram enfrentados com muito afinco levando em consideração as competências e aporte operacional dos entes públicos envolvidos. Tem-se ainda diversos fatores identificados diariamente no trato com o público-alvo, como: falta de conhecimento dos atos normativos que os beneficiam ou lhes imputam penalidades por ocuparem terras que oficialmente não são destinados a eles ou ainda a falta de compreensão das restrições legais impostas aos indivíduos que optam por infringir leis.

Ao longo do exercício de 2010 observou-se que a origem do 'Conflito no Campo' ocorre principalmente quando se tem de um lado as famílias com um nível baixo de escolaridade e conseqüentemente a margem da sociedade e dos núcleos básicos que as constituem, tais como: saúde, educação, moradia, alimentação e segurança, demandando o acesso a terra, e de outro lado os proprietários rurais que buscam "resguardar ou exercer sua posse a qualquer custo".

E é nessa relação de direitos e acesso a terra, que esta Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO, através do Programa Paz no Campo, executado no âmbito da Ouvidoria Agrária Regional, busca estabelecer a paz entre os envolvidos, bem como contribuir para minimizar o sofrimento das famílias promovendo a assistência necessária até a concretização do objetivo, no caso, o acesso a terra.

**Tabela CXXIII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1120**

<b>Ação</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Percentual de Execução (%)</b>
2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	438.615,00	434.694,88	302.250,40	132.444,48	68,91
4284 - Prevenção de Tensão Social no Campo	6.323,00	6.323,00	6.323,00	0,00	100
4304 - Mediação de Conflitos Agrários	7.965,00	7.965,00	7.965,00	0,00	100
4288 - Capacitação de Mediadores de Conflitos	2.627,76	1.970,25	1.970,25	0,00	74,98
<b>Total</b>	<b>455.530,76</b>	<b>450.953,13</b>	<b>318.508,65</b>	<b>132.444,48</b>	<b>69,92</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 1120 - Paz no Campo foram na ordem de R\$ 455.530,73 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta reais, setenta e seis centavos), sendo empenhados R\$ 450.953,13 (quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e três reais, treze centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 318.508,65 (trezentos e dezoito mil, quinhentos e oito reais, sessenta e cinco centavos), representando 69,92% de execução orçamentária e ficando, portanto inscritos em restos a pagar R\$ 132.444,48 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais, quarenta e oito centavos), conforme demonstrado acima.

### 2.3.1.5.1. Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

**Tabela CXXIV. Dados Gerais da Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Articular, junto à Ouvidoria Agrária Nacional e às diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.
<b>Descrição</b>	a) Apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) Apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão, c) Apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) Apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológico e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.
<b>Coordenação</b>	Nilton Bezerra Guerra.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CXXV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2109**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Família Acampada Assistida (unidade)	309	6.748	2.183,82	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CXXVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2109**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
34.600	438.615,00	434.694,88	99,10	434.694,88	99,10	302.250,40	68,91

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CXXVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2109**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C1120210944	339014	43.495,00	43.418,00	43.418,00	0,00
	339030	3.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00
	339039	3.000,00	2.055,00	2.055,00	0,00
O1120210944	449052	130.000,00	130.000,00	0,00	130.000,00
	339014	54.198,00	51.354,46	51.354,46	0,00
	339030	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00
	339039	3.000,00	3.000,00	555,52	2.444,48
C1120210951	339014	25.600,00	25.600,00	25.600,00	0,00
	339030	12.000,00	11.998,76	11.998,76	0,00
IR8402999TC	339014	50.542,00	50.489,14	50.489,14	0,00
	339030	43.000,00	42.999,52	42.999,52	0,00
	339033	14.000,00	14.000,00	14.000,00	0,00
	339039	52.280,00	52.280,00	52.280,00	0,00
<b>Total</b>		<b>438.615,00</b>	<b>434.694,88</b>	<b>302.250,40</b>	<b>132.444,48</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 438.615,00 (quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e quinze reais), que representa 1.267,67% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 434.694,88 (quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais, oitenta e oito centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 302.250,40 (trezentos e dois reais, duzentos e cinquenta reais, quarenta centavos), perfazendo 68,91% de execução orçamentária, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 132.444,48 (cento e trinta e dois reais, quatrocentos e quarenta e quatro reais, quarenta e oito centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi assistir 309 (trezentos e nove) famílias acampadas, contudo foram assistidas 6.748 (seis mil setecentos e quarenta e oito) famílias, representando uma execução física de 2.183,82%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Através do Programa Fome Zero foi promovida distribuição de Cestas de Alimentos às famílias que padecem de carência alimentar e nutricional, onde uma quantidade expressiva de famílias acampadas é atendida, como observado no detalhamento abaixo, e ao longo do exercício de 2010 foram 1.846 (um mil, oitocentas e quarenta e seis) famílias atendidas, pois mesmo não sendo essa realizada através da distribuição em todos os meses do ano, os acampados contam com esse “benefício” como forma mínima de subsistência.

Enquanto acampadas essas famílias alojam-se em pequenos espaços territoriais, somente para construção de suas moradias, constituídas por pequenos barracos cobertos por lonas e palha de babaçu, as margens de estradas e/ou em terrenos cedidos por moradores circo-vizinho à área pretendida.

Importante destacar que há acampamentos que por existirem ou mesmo resistirem por grandes períodos, e como forma de manterem as características de produtores rurais, esses produzem diversos alimentos, como: mandioca, milho, café, abóbora, abacaxi, caju, cacau, criação de galinhas e entre outras culturas, criação de galinhas, que não só os ajudam na subsistência, como também desmistifica idéias pré-concebidas de que sem-terra são marginais.

Ao longo do exercício de 2010 foi possível realizar 7 (sete) entrega de cestas de alimento, ocorridas nos meses de março, abril, maio, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro. Sendo ainda possível a realização de uma quarta etapa com produtos

remanescentes no mês de dezembro, perfazendo a entrega do total de 8 (oito) entregas de cestas de alimentos.

Estas cestas remanescentes são oriundas dos acampamentos: Che Guevara, Florestan Fernandes e Emerson Rodrigues, os quais estão instalados no município de Alto Alegre dos Parecis, de forma organizada, ainda que não criasse o assentamento oficial, os trabalhadores rurais implantaram uma produção agrícola que possibilitou, inclusive, a venda de produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, que prima por adquirir alimentos produzidos pela agricultura familiar. Como houve a identificação dessa realidade produtiva, optou-se por suspender as cestas destinadas aos referidos acampamentos, uma vez que se entende desnecessária a destinação do benefício da entrega de cestas de alimentos, frente a produção por eles realizadas. Com isso, outros acampamentos foram beneficiados.

**Tabela CXXVIII. Família Assistida com Entrega de Cestas Básicas**

Acampamento / Projeto de Assentamento	Município	Família (unidade)
02 de julho	Cujubim	70
Agrifam	Candeias do Jamari	12
Águia Azul	Parecis	34
Antonio Conselheiro II	Theobroma	41
Antonio Conselheiro III	Theobroma	43
Aromaf	Candeias do Jamari	18
Arraial do Cajueiro	Parecis	38
Asdeflam	Candeias do Jamari	10
Barro Branco	Chupinguaia	47
Boa Esperança	Castanheiras	28
Canaã	Ariquemes	100
Canaã II	Machadinho do Oeste	30
Conquista da Ref. Agrária	Buritis	130
Coopdeflam	Candeias do Jamari	18
Cristo Rei	Cacaulandia	30
Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	20
Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	13
Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	16
Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	08
Gonçalo	Machadinho do Oeste	61
Lamarca	Theobroma	144
Lamarquinha	Rio Crespo	11
Nosso Sonho	Pimenta Bueno	24
Nova Canaã	Candeias do Jamari	32
Nova Mutum	Parecis	16
PA Lajes	Machadinho do Oeste	14
Paulo Freire II	Nova Brasilândia	24
Paulo Freire IV	Seringueiras	100
Raio de Sol	Theobroma	40
Rio das Pedras	Corumbiara	52
Santa Elina	Corumbiara	32
Silvio Rodrigues	Alvorada	115
Sol Nascente	Cujubim	200
Terra Boa	Chupinguaia	08
Terra Boa	Rio Crespo	60
Terra Prometida	Ariquemes	80
Thomaz Müntzer	Vilhena	27
Vale Encantado	Theobroma	100
<b>Total</b>		<b>1.846</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

Dada às características e formas que se organizam no campo: moradia e alimentação; a ação de Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas também assiste essas famílias com a distribuição de lonas para cobertura dos barracos, nos períodos de chuvas mais intensas, ou seja, entre os meses de outubro a abril. Entretanto, no exercício de 2010, não houve a distribuição deste benefício, visto que não houve aquisição de lonas em tempo hábil.

As famílias de trabalhadores rurais também são assistidas com outras formas de atendimentos, tais como: recepção de denúncias; gestões ou intermediação na esfera judiciária; reuniões entre trabalhadores rurais acampados entre representantes desta Superintendente Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e autoridades policiais (Militar e Civil), que se destacam por ter colaborado para que a paz no campo fosse possível.

A disponibilização de certidão de acampados para aqueles que precisam comprovar o endereço do acampamento junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS visou proporcionar demais políticas públicas, como: auxílio maternidade, auxílio doença ou mesmo auxílio a aposentadoria, possibilitando, com esses instrumentos, o acesso à cidadania dessas famílias. Vale ressaltar, que esta Superintendente Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO é a única a realizar este atendimento, porquanto ao ser identificada a demanda, construiu-se este mecanismo de elaboração de certidão de acampado, fazendo constar somente para aqueles devidamente cadastrados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

As ocorrências de crimes contra trabalhadores rurais sem terra ou fazendeiros e seus funcionários não ficam no esquecimento, as denúncias são encaminhadas para os órgãos competentes visando apuração de responsabilidades. Registrou-se, no exercício de 2010, conforme informação da Ouvidoria Agrária Nacional que acompanha mensalmente os casos ocorridos, para o que, encontram-se confirmada como decorrente de conflito no campo um homicídio e não decorrentes cinco, totalizando em seis mortes.

Assim as diversas atividades acima identificadas resultaram no total de 4.902 (quatro mil novecentos e dois) famílias atendidas, ao longo do exercício de 2010.

No tocando ao fato de terem ocorrido descentralizados de recursos com planos internos específicos das ações 4284 - Prevenção de Tensão Social no Campo, 4304 - Mediação de Conflitos Agrários, 4288 - Capacitação de Mediadores de Conflitos, conforme Tabela CXXIII, assim necessário informar que não foram estabelecidas metas físicas, bem como limites orçamentários na programação operacional do exercício de 2010, portanto, as referidas descentralizações ocorreram devido às disponibilidades orçamentárias visando atender complementações das atividades anteriormente citadas, visando à promoção da 'Paz no Campo'.

Uma das atividades de grande destaque no exercício de 2010 realizada com o recurso disponibilizado no Programa Paz no Campo, inicialmente semelhante aos demais recursos descentralizados e posterior especificidade de plano interno, conforme detalhamento acima foram os mutirões visando ao atendimento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR.

Os atendimentos foram realizados através de mutirões nos municípios do Estado de Rondônia, tais como: Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã, São Carlos, Demarcação, Calama, Nazaré e Comunidade Ribeirinha Papagaio, Alvorada do Oeste, Ji-Paraná, Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Jacinópolis, e Distritos do município de Porto Velho (PA Joana D'Arc e PA Rio Madeira). Perfazendo assim o total de 11 (onze) mutirões realizados.

Há que se destacar que essas atividades foram realizadas em conjunto com servidores da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - DFDA e desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, bem como contou com a

parceria de diversos órgãos federais, estaduais, municipais, sindicatos e movimentos sociais, e mesmo esses não participando diretamente em todos os mutirões realizados, foi considerado de grande avanço e aprendizado para o Estado de Rondônia quanto a metodologia empregada, na forma de mutirões itinerantes, visando a documentação dos trabalhadores rurais. E, com a realização dos mutirões foi possível o atendimento de 10.479 (dez mil quatrocentos e setenta e nove) pessoas, atendimentos esses demonstrados conforme dados a seguir:

**Tabela CXXIX. Documento Concedido**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Quantidade (unidade)</b>
Carteira de Identidade	1.856
Certidão de Nascimento	601
CPF	3.494
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	2.931
Registro INSS	1.069
Registro de Pesca	144
Nota de Produtora Rural	26
Declaração de Aptidão de Produtor - DAP	27
<b>Total</b>	<b>10.148</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

Conforme demonstrado na tabela acima, foram 10.148 (dez mil cento e quarenta e oito) os atendimentos realizados através da emissão de documentos diversos.

**Tabela CXXX. Pessoa Atendida com Documento**

<b>Gênero</b>	<b>Quantidade (unidade)</b>
Mulher	5.690
Homem	4.789
<b>Total</b>	<b>10.479</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

Mesmo tendo o programa a denominação de ‘Documentação da Trabalhadora Rural’, com a realização dos mutirões foi possível o atendimento a todas as pessoas, independente de gênero ou idade, que precisavam dos documentos, o que contribuiu entre outros para a igualdade entre homens e mulheres, bem como ao alcance da cidadania, no conceito mais amplo que a palavra possa expressar através da abertura para os demais direitos do trabalhador rural. Contudo, ressalta-se que a mesma pessoa possa ter sido beneficiada com diversas formas de atendimento e ainda de documentação.

**Tabela CXXXI. Outros Serviços Prestados**

<b>Tipo de Atendimento</b>	<b>Quantidade (unidade)</b>
Fotos 3X4	18.042
Bolsa Famílias	316
Passe Livre	105
Fotocópias	9.305
Cadastro de Agricultoras Familiares e Ribeirinhas	147
Atendimento e cadastramento para o Programa Terra Legal	124
Distribuição de mudas de essência florestal e frutíferas (SEDAM)	76
Balcão de Atendimento da ATES / EMATER / INCRA	82
Atendimento de Saúde (consultas médicas, aplicação de flúor, entrega de kits odontológicos, verificação de pressão arterial, distribuição de preservativos, avaliação nutricional, entre outros)	97
Atendimento e encaminhamento referente a Lei ‘Maria da Penha’	260

<b>Tipo de Atendimento</b>	<b>Quantidade (unidade)</b>
Vacinação	74
Corte de Cabelo	24
Atendimento da Saúde Médico e Odontológico (Faculdade São Lucas)	101
Atendimento Jurídico (Faculdade São Lucas)	83
Atividades Recreativas para Crianças e Adolescentes (Faculdade São Lucas)	280
Orientação e Exposição de Animais Peçonhentos (Faculdade São Lucas)	280
Balcão de Atendimento para Negociações de Indenizações nas Áreas Atingidas pela Construção da Barragem da Hidrelétrica - Santo Antonio (Consórcio Santo Antonio Energia)	167
Balcão de Atendimento para Coleta de Documentação para os Processos de Solicitação de Crédito Rural (INCRA)	69
Emissão de Carteirinhas de Pescador Amador (SEDAM / Secretaria de Estado de Desenvolvimento)	41
<b>Total</b>	<b>29.673</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

Além da emissão de documentos os mutirões realizados trouxeram em sua estrutura o oferecimento de outros diversos atendimentos, conforme tabela acima, bem como a apresentação de palestras oferecidas pelas entidades parceiras, e também algumas que tiveram como palestrantes servidores desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

#### **Tabela CXXXII. Palestras Realizadas**

<b>Entidades Palestrantes</b>	<b>Quantidade de participantes (unidade)</b>
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	3.224
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON	47
Comissão Pastoral da Terra - CPT	1.963
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alvorada do Oeste - STTR	440
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (Palestra sobre Crédito Rural)	48
Polícia Ambiental (Palestra sobre Queimadas e Práticas de Manejo)	26
Polícia Ambiental (outras palestras)	57
Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER (Palestra sobre Assistência Técnica nos Assentamentos)	82
Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER (outras palestras)	238
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM (Palestra sobre Licença Ambiental e Plano de Manejo)	42
Coordenadoria Municipal de Mulheres (Palestra sobre a Lei 'Maria da Penha' e demais encaminhamentos)	18
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDAROM (Palestra sobre Febre Aftosa e Brucelose)	47
Eletronorte (Palestra sobre o Programa 'Luz para Todos')	32
<b>Total</b>	<b>6.264</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

As entidades parceiras dos mutirões realizaram palestras tendo como tema as diversas atividades realizadas por esses, bem como as políticas públicas oferecidas, tendo como foco aqueles em possam beneficiar famílias rurais. E, através da tabela acima se pode observar que as palestras contaram com o total de 6.264 (seis mil duzentos e sessenta e quatro) participantes.

### **Dos principais problemas:**

Podem ser apontadas como problemas, no alcance de melhores resultados na realização da presente ação, as informações constantes no Sistema de Informação de Projeto de Reforma Agrária - SIPRA, não encontrar-se atualizadas, a realidade em campo é outra, ou seja, existem acampamentos que se tornaram projetos de assentamento e não foram extraídos do sistema, ou tiveram mudado seu status.

Outro problema é o fato de que não possui no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA um instrumento balizador que possa direcionar a atuação dos servidores juntos aos acampamentos, respaldando-os; o que possibilitaria maior qualidade ao serviço apresentado, inclusive, restringindo ou autorizando o cadastramento e recadastramento de novos acampados.

Quanto as atividades referente ao atendimento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR também encontrou-se algumas questões que vêm dificultando a sua realização, em especial as de cunho administrativo, como por exemplo a morosidade na tramitação de processos para a aquisição de bens ou serviços. Assim como a responsabilidade de coordenação dos mutirões ser da equipe dos servidores da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - DFDA e desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ocasionando a sobrecarga de tarefas, sendo necessário o empenho e desdobramento da reduzida equipe para não ocorrer atrasos nas atividades inicialmente planejadas.

### **Dos principais resultados:**

Considera-se como sendo um dos principais resultados da realização da presente ação o atendimento em oito etapas de distribuição de cestas de alimentos no ano de 2010, não sendo registrada em outros exercícios tamanha quantidade de etapas de distribuição.

A satisfação das famílias de trabalhadores rurais sem terra que alcançam benefícios como salário - família, auxílio doença e aposentadoria, ao comprovarem sua situação como trabalhadores rurais acampadas, exercendo sua cidadania, também é considerada como relevante na continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria Agrária Regional.

Assim, outra atividade considerada relevante é a participação em audiência de justificação prévia ou instrução, quando convidados a participar, pela oportunidade em que são apresentadas as informações, esclarecimentos e/ou documentos que tem possibilitado ao judiciário a emissão de juízo condizente com a realidade do imóvel ou posseiro junto a Autarquia.

Do período de realização dos mutirões foram diversos os fatores que influenciam no êxito das atividades realizadas visando ao atendimento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR, em especial para a criação de um Comitê Gestor Estadual, que no exercício de 2010 passou por reestruturação, reforçando o compromisso dos parceiros junto ao planejamento e execução das ações, e possibilitando ainda que outras entidades atuantes no meio rural contribuíssem para que os mutirões acontecessem de modo pleno no atendimento às comunidades.



### 2.3.1.6. Programa 1336 - Brasil Quilombola

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1336

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1336		Denominação: Brasil Quilombola				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.						
Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.						
Gerente: Givânia Maria da Silva				Responsável: Joyce Kellen Ferreira Buna		
Público Alvo: População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	1981 - Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável.	31/12/2005	15,52	10,00	10,00	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de comunidades atendidas no ano em apuração e o número total de comunidades existentes no país.						
Análise do Resultado Alcançado						
A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não dispõe de assegurador para implementar o programa, portanto não são realizadas ações de fomento ao desenvolvimento local e sustentável nas Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado de Rondônia.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	2513 - Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos.	31/12/2005	142,69	100,00	100,00	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de comunidades existentes certificadas no ano em apuração e o número de comunidades existentes certificadas no ano anterior.						
Análise do Resultado Alcançado						
No Estado de Rondônia existem 7 (sete) Comunidades Remanescentes de Quilombos, sendo 6 (seis) o número de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos, no entanto, todas foram certificadas em exercícios anteriores a 2010, portanto não há cálculo para o presente indicador.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	2512 - Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.	31/12/2006	450,00	100,00	100,000	-
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Relação percentual entre o número de comunidades existentes tituladas no ano em apuração e o número de comunidades existentes tituladas no ano anterior.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O primeiro título expedido para Comunidade Remanescente de Quilombos no Estado de Rondônia ocorreu em agosto de 2010, portanto não há cálculo para o presente indicador.						

Fonte: PPA 2008-2011 / Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

### **Das principais ações do Programa 1336 - Brasil Quilombola:**

A principal ação do programa 1336 - Brasil Quilombola executada pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foi:

1) 1642 - Reconhecimento, Demarcação, e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

As comunidades remanescentes de quilombos, alvo das ações propostas pelo Programa Brasil Quilombola, configuram núcleos de resistência com diferentes históricos de formação, abrigando, na sua origem, a população negra escravizada e desprovida de qualquer acesso a políticas públicas, impossibilitada de manifestar sua cidadania e vivendo na absoluta miséria. Internamente, os quilombolas estão agregados, portanto, a partir de uma necessidade de sobrevivência e de uma ancestralidade étnica comum, representada em seus elementos lingüísticos, religiosos, culturais e na sua organização político-social. A terra que ocupam possui um forte significado simbólico, na medida em que se tornou o espaço geográfico necessário para a continuidade e a reprodução do modo de vida quilombola, marcado por modelos produtivos agrícolas e por seu uso coletivo. Conseqüentemente, o território de uma comunidade ficou intimamente relacionado à sua identidade; é o espaço em que se dão as manifestações culturais do grupo, onde se encontram valiosos resquícios arqueológicos e onde acontece a transmissão intergeracional de seu patrimônio material e imaterial. Por outro lado, há várias ameaças que tencionam suas comunidades: a ocupação de suas terras por fazendeiros, empresas ou pelo próprio poder público; a legislação ambiental vigente que não reconhece os direitos das populações tradicionais e, muitas vezes, favorece conflitos nas regiões; o sistema educacional deficitário, em que as escolas não têm a manutenção garantida nem valorizam a cultura local; a completa falta de infraestrutura, como energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico, nos núcleos residenciais; a falta de acesso a programas de saúde.

Com isso a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO objetivou promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos.

### **Tabela CXXXIII. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1336**

Ação	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Percentual de Execução (%)
1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	31.808,22	24.357,80	22.007,00	2.350,80	69,18
<b>Total</b>	<b>31.808,22</b>	<b>24.357,80</b>	<b>22.007,00</b>	<b>2.350,80</b>	<b>69,18</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 1336 - Brasil Quilombola foram na ordem de R\$ 31.808,22 (trinta e um mil, oitocentos e oito reais, vinte e dois centavos), sendo empenhados R\$ 24.357,80 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais, oitenta centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 22.007,00 (vinte e dois mil e sete reais), perfazendo 69,18% de execução orçamentária, ficando R\$ 2.350,80 (dois mil, trezentos e cinquenta reais, oitenta centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

### 2.3.1.6.1. Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

**Tabela CXXXIV. Dados Gerais da Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Projeto.
<b>Finalidade</b>	Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.
<b>Descrição</b>	Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.
<b>Coordenação</b>	Givânia Maria da Silva.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CXXXV. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 1642**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	P	3	Comunidade Titulada (unidade)	Não há	1	-	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CXXXVI. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 1642**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
10.000	31.808,22	24.357,80	76,58	24.357,80	76,58	22.007,00	69,18

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CXXXVII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 1642**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
F1336164230	339014	16.174,50	8.881,14	8.881,14	0,00
	339030	4.323,87	4.323,06	4.323,06	0,00
	339033	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00
	339039	1.021,25	865,00	865,00	0,00
	339139	2.350,80	2.350,80	0,00	2.350,80
F1336164240	339014	2.112,80	2.112,80	2.112,80	0,00
	339033	2.825,00	2.825,00	2.825,00	0,00
<b>Total</b>		<b>31.808,22</b>	<b>24.357,80</b>	<b>22.007,00</b>	<b>2.350,80</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 31.808,22 (trinta e um mil, oitocentos e oito reais, vinte e dois centavos), representando 318,08% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 24.357,80 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais, oitenta centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 22.007,00 (vinte e dois mil e sete reais), perfazendo 69,18% de execução orçamentária, ficando R\$ 2.350,80 (dois mil, trezentos e cinquenta reais, oitenta centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

Em Rondônia a região de ocupação tradicional pelas populações remanescentes de quilombos é o Vale do rio Guaporé, a sudoeste do estado, fronteira com a Bolívia, próximo do limite com o estado de Mato Grosso, onde se localizam as 5 (cinco) comunidades com processos em andamento para a regularização fundiária de territórios quilombolas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela CXXXVIII. Comunidade de Remanescentes Quilombolas no Estado de Rondônia**

Comunidade	Município	Área Pretendida (hectares)	Família (unidade)
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	41.600,0000	21
Jesus	São Miguel do Guaporé / Seringueiras	5.627,3058	12
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé / Alta Floresta Do Oeste	43.911,1000	26
Laranjeiras	Pimenteiras Do Oeste	15.500,0000	5
Santa Fé	Costa Marques	1.509,9588	19
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	Não há	Não há
<b>Total</b>		<b>108.148,3646</b>	<b>83</b>

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Conforme demonstrado na tabela acima, esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui informações quanto a área ou quantidade de famílias da Comunidade Remanescente de Quilombos denominada Forte Príncipe da Beira, uma vez que a referida Comunidade encontra-se em área de domínio do exército.

Ao longo do exercício de 2010 foram realizadas diversas atividades visando o reconhecimento e titulação definitiva das Comunidades de Remanescentes Quilombolas, tais como:

a) Procedimentos que visaram consenso de interesses entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, através da Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - AGU, uma vez que existe interferência entre o Território da

Comunidade Remanescente de Quilombo do Santo Antonio do Guaporé e a Reserva Biologia do Guaporé;

b) Conclusão da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID para a Comunidade Pedras Negras;

c) Emissão do Título Definitivo para a Comunidade Jesus, situado no município de São Miguel do Guaporé e Seringueiras, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela CXXXIX. Comunidade Remanescente de Quilombos Titulada**

Comunidade	Município	Área Pretendida (hectares)	Família (unidade)
Jesus	São Miguel do Guaporé / Seringueiras	5.627,3058	12
<b>Total</b>		<b>5.627,3058</b>	<b>12</b>

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Ressalta-se que apesar da expedição do Título Definitivo para a Comunidade Jesus, esse somente poderá ser registrado em Cartório após o georreferenciamento e certificação do perímetro das glebas Rio Branco e Bom Princípio, onde a referida Comunidade se encontra inserida.

Importante informar ainda a realização do georreferenciamento da Comunidade Remanescente de Quilombos denominada Santa Fé, município de Costa Marques, uma vez que essa está inserida na Gleba cujo trabalho foi contratado pelo Programa ‘Terra Legal’.

#### **Dos principais problemas:**

Destacam-se dentre as dificuldades encontradas na execução da presente ação:

a) Ausência de servidor responsável em tempo integral para o acompanhamento e desenvolvimento das demais atividades necessárias ao bom andamento da ação. Ressaltou-se aqui a palavra ‘tempo integral’, uma vez que o antropólogo anteriormente lotado nesta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ora transferido, continua desenvolvendo trabalhos demandados pelo programa, conforme lhe é demandado. Assim não há disponibilidade de servidor que assegure a ação, bem como não há como envolver outros profissionais para composição de equipe técnica multidisciplinar, conforme preceitua a norma de execução vigente; e

b) Outro ponto relevante é a ausência de recursos orçamentários, uma vez que a prioridade é a regularização fundiária de Comunidades quilombolas localizadas nos municípios do Território da Cidadania, o que exclui todas as áreas quilombolas do Estado de Rondônia.

#### **Dos principais resultados:**

Ao longo do exercício de 2010 foi possível a realização de algumas atividades que obtiveram êxito, como a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID da comunidade Pedras Negras e a emissão do primeiro Título Definitivo de Comunidades Quilombolas no Estado de Rondônia, outorgado em favor da Comunidade Jesus, localizada nos municípios de São Miguel do Guaporé e Seringueiras, que são conclusões de trabalhos iniciados em exercícios anteriores, uma vez que as atividades da presente ação perpassam a duração de um exercício.

### 2.3.1.7. Programa 1350 - Educação do Campo (PRONERA)

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1350

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1350		Denominação: Educação do Campo (PRONERA)				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.						
Gerente: César José de Oliveira				Responsável: Wânia Maria das Graças Pontes Maramaldo		
Público Alvo: Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	2660 - Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados no Ensino Fundamental.	31/12/2004	49,000	56,480	56,140	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a quantidade de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental e o universo de jovens e adultos em Projetos de Assentamentos do INCRA						
Análise do Resultado Alcançado						
Considerando o universo de 19.522 (dezenove mil quinhentos e vinte e dois) famílias assentadas nos projetos de assentamento que estão em fase de consolidação, no Estado de Rondônia, e o número de 48 (quarenta e oito) trabalhadores rurais que estiveram matriculados no ensino fundamental no exercício de 2010, assim não é possível considerar esse resultado favorável, decorrente também da não realização de novos convênios e da ocorrência de grande evasão escolar.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	2659 - Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados.	31/12/2004	11,000	10,400	11,200	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a quantidade de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária não alfabetizados e o número de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos nos Projetos de Assentamentos do INCRA.						
Análise do Resultado Alcançado						
Ao longo do exercício de 2010 não foram realizadas pesquisas que resultassem no quantitativo de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária que não são alfabetizados ou o levantamento do número de pessoas com idade igual ou superior a 15 (quinze) anos nos Projetos de Assentamentos do INCRA.						

Fonte: PPA 2008-2011 / Divisão de Desenvolvimento.

### **Das principais ações do Programa 1350 - Educação do Campo (PRONERA):**

As principais ações do programa 1350 - Educação do Campo (PRONERA) executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foram:

- 1) 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo;
- 2) 8370 - Capacitação e Formação de Profissional de Nível Médio para a Reforma Agrária; e
- 3) 2272 - Gestão e Administração do Programa - GAP.

Além da geração de emprego, que se constitui numa das prioridades de governo, é necessário o fortalecimento da Agricultura Familiar e avançar na Reforma Agrária, visando construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável. Em relação a infraestrutura físico-funcional, a maioria das escolas é pequena, são construídas com materiais inadequados e possui instalações em situações precárias. Nesse sentido, o Programa se justifica pela premente necessidade de promover a alfabetização e a escolarização dos(as) trabalhadores(as) assentados(as) e a formação e valorização de professores para atuarem nas escolas dos assentamentos.

O PRONERA deve ampliar a oferta de cursos de ensino médio profissionalizante e de cursos de nível superior. A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalharão na assistência técnica e social aos assentados, aliada ao processo de formação pelo qual estes jovens passarão trabalhando nessas áreas, através da participação em uma especialização *lato sensu*, contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

O PRONERA é uma política pública de educação envolvendo trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária. É um programa articulador de vários ministérios, de diferentes esferas de governo e de instituições de ensino, para a qualificação educacional dos assentados (as) da Reforma Agrária.

Tem como objetivo principal fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem.

As ações desenvolvidas por esse Programa ajudam a fortalecer a agricultura familiar, proporcionando condições de melhoria de vida à família assentada por meio das técnicas aprendidas, ao mesmo tempo em que permite, aos jovens e adultos, qualificação profissional bem como conscientização e participação da sociedade em que estão inseridos.

O trabalho realizado no âmbito deste Programa envolve diversas atividades, tais como o contato com possíveis parceiros para identificação das demandas e acompanhamento dos instrumentos já firmados, esse e outros trabalhos evidenciados nos próximos tópicos.



**Tabela CXL. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1350**

<b>Ação</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Percentual de Execução (%)</b>
4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	516.000,00	516.000,00	516.000,00	0,00	100
2272 - Gestão e Administração do Programa	38.960,15	34.006,45	33.993,32	13,52	87,25
<b>Total</b>	<b>554.960,15</b>	<b>550.006,45</b>	<b>549.993,32</b>	<b>13,52</b>	<b>99,10</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 1350 - Educação do Campo (PRONERA) foram na ordem de R\$ 554.960,15 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta reais, quinze centavos), sendo empenhados R\$ 550.006,45 (quinhentos e cinquenta mil e seis reais, quarenta e cinco centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 549.993,32 (quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos), representando 99,10% de execução orçamentária e ficando inscritos em restos a pagar R\$ 13,52 (treze reais e cinquenta e dois centavos), conforme demonstrado acima.

#### **2.3.1.7.1. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo**

**Tabela CXLI. Dados Gerais da Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo**

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.
<b>Descrição</b>	Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.
<b>Coordenação</b>	Clarice Aparecida dos Santos.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.



## EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CXLII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4474**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado (unidade)	Não há	205	-	600

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CXLIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4474**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 não estabeleceu meta física ou limite orçamentário para a presente ação, assim como não foram descentralizados uma vez que as despesas para a execução do último ano do convênio em vigência foi garantido com recursos de exercícios anteriores, conforme demonstrado acima.

Assim, através da tabela abaixo é possível identificar o convênio em vigência, com a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO, para a realização do curso de Ensino Fundamental para atendimento aos alunos das áreas de Reforma Agrária no Estado de Rondônia.

**Tabela CXLIV. Convênios em Vigência**

Convênio	Conveniente	Prazo de Execução	Recursos (exercício 2010)	Trabalhador Rural Escolarizado
21.000/2007	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO	20/12/2007 a 20/12/2010	-	205
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>205</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

A meta pactuada foi a formação na oitava série do ensino fundamental de 226 (duzentos e vinte e seis) trabalhadores rurais, sendo 81 (oitenta e um) alunos no exercício de 2008, 81 (oitenta e um) alunos no exercício de 2009 e 64 (sessenta e quatro) alunos no exercício de 2010.

No entanto, devido às diversas evasões ocorridas ao longo dos exercícios em que o referido convênio esteve em vigência, o total de trabalhadores rurais efetivamente formados foi 205 (duzentos e cinco), e no presente exercício foram 48 (quarenta e oito) alunos a concluírem o curso, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela CXLV. Trabalhador Rural Escolarizado**

Município	Trabalhador Rural Escolarizado
Alta Floresta do Oeste	11
Alto Alegre dos Parecis	1
Jaru	2
Mirante da Serra	1

<b>Município</b>	<b>Trabalhador Rural Escolarizado</b>
Nova Brasilândia do Oeste	4
Nova União	2
Novo Horizonte do Oeste	5
Ouro Preto do Oeste	14
Rolim de Moura	1
São Miguel do Guaporé	1
Theobroma	1
Vale do Paraíso	5
<b>Total</b>	<b>48</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

#### **Dos principais problemas:**

Esta é uma ação para a qual existe grande demanda no Estado de Rondônia, no entanto, os recursos orçamentários disponibilizados nos últimos exercícios foram insuficientes para o início de novos cursos, assim sendo possível somente a manutenção do convênio em vigência.

Outra dificuldade para a garantia da realização da presente ação é o grande número de evasões ocorridas. Infelizmente não é possível prever as desistências ou caracterizá-las, pois decorrem dos mais diversos fatores, e por mais que a instituição de ensino procure encontrar meios de evitar esse quadro, por meio de diálogo e incentivo aos alunos, muitas vezes o fato decorre de problemas de ordem pessoal e não simplesmente da vontade do educando, o que impossibilita a ação dos educadores para minimizar o problema.

#### **Dos principais resultados:**

O principal resultado identificado no exercício de 2010 foi a conclusão do convênio, tendo em vista os diversos problemas encontrados ao longo da sua vigência, foi com o seu término que foi possível identificar que o trabalho realizado pela convenente colaborou para a formação de indivíduos críticos, possibilitando não só para a formação intelectual, mas também social e profissional dos educandos por meio da metodologia utilizada. Sendo assim considerada extremamente importante, principalmente por proporcionar acesso à escolaridade a esses cidadãos do campo, de uma forma que condiz com sua realidade.

### 2.3.1.7.2. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

**Tabela CXLVI. Dados Gerais da Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.
<b>Descrição</b>	Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.
<b>Coordenação</b>	Clarice Aparecida dos Santos.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CXLVII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8370**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	3630	A	3	Profissional Formado (unidade)	120	120	100	180

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CXLVIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8370**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
516.000	516.000	516.000,00	100	516.000,00	100	516.000,00	100

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CXLIX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8370**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C1350837043	335041	258.000,00	258.000,00	258.000,00	0,00
D1350837054	335041	258.000,00	258.000,00	258.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>516.000,00</b>	<b>516.000,00</b>	<b>516.000,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 516.000 (quinhentos e dezesseis mil reais), que foi integralmente disponibilizado, empenhado e efetivamente pago, representando 100% de execução orçamentária.

A meta física inicialmente programada foi a formação de 120 (cento e vinte) profissionais sendo essa integralmente atendida, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela CL. Convênios em Vigência**

Valores em R\$ 1,00

Convênio	Conveniente	Prazo de Execução	Recursos (exercício 2010)	Profissional Formado
20.000/2008	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO	31/12/2008 a 31/12/2012	258.000,00	120
<b>Total</b>			<b>258.000,00</b>	<b>120</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela CLI. Trabalhador Rural Escolarizado**

Município	Profissional Formado
Alta Floresta do Oeste	5
Alto Alegre dos Parecis	6
Alvorada do Oeste	3
Governador Jorge Teixeira	3
Jaru	7
Ji-Paraná	8
Mirante da Serra	4
Nova Brasilândia do Oeste	9
Nova União	9
Novo Horizonte do Oeste	9
Ouro Preto do Oeste	7
Presidente Médici	5
Rolim de Moura	4
Santa Luzia do Oeste	3
São Miguel do Guaporé	3
Theobroma	18
Urupá	10
Vale do Anari	4
Vale do Paraíso	3
<b>Total</b>	<b>120</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Nesta ação destaca-se a execução do curso de nível médio técnico em Agropecuária por meio do convênio nº 20.000/2008, celebrado com a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO, identificado nas tabelas acima.

A metodologia de ensino utilizada é o diferencial do curso ministrado, onde os alunos e suas famílias são acompanhados por monitores, que desenvolvem trabalhos integrados visando o desenvolvimento desses jovens em todos os aspectos de sua formação. Faz-se uso também, dos instrumentos metodológicos da Pedagogia da Alternância, de forma integrada, com o objetivo de proporcionar alternativas por meio de práticas agropecuárias sustentáveis auxiliando a fixação do aluno, bem como de sua família na propriedade.

#### **Dos principais problemas:**

As principais dificuldades identificadas no exercício de 2010 para a realização da presente ação decorrem do advento do Acórdão TCU nº 2.653/2008 que modifica a relação

entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e as instituições de ensino conveniadas para a oferta de cursos no âmbito do PRONERA, uma vez que exige que seja feito um contrato por meio de processo licitatório. O referido instrumento também limita a participação dos movimentos sociais no processo de planejamento, execução e avaliação do programa.

Uma vez que os principais parceiros na execução do PRONERA são as escolas famílias agrícola, entidades privadas sem fins lucrativos, assim não foi possível o início de novos cursos para atender à demanda existente no Estado de Rondônia.

#### **Dos principais resultados:**

A continuidade de convênio com a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO foi considerado como o principal resultado alcançado uma vez que esse está proporcionando a 120 (cento e vinte) jovens ampliar suas possibilidades de criação e recreação de condições de existência da agricultura familiar, ou seja, de se tornarem profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e na promoção do desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária.

### 2.3.1.7.3. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

**Tabela CLII. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Coordenação</b>	Clarice Aparecida dos Santos.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CLIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	A	4	-	Não há	-	-	-

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CLIV. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
30.000	38.960,15	34.006,45	87,28	34.006,45	87,28	33.993,32	87,25

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CLV. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D1350227240	339014	23.861,15	18.908,64	18.908,64	0,00
	339030	6.390,00	6.389,61	6.376,48	13,52
	339033	6.052,00	6.052,00	6.052,00	0,00
	339036	2.657,00	2.656,20	2.656,20	0,00
<b>Total</b>		<b>38.960,15</b>	<b>34.006,45</b>	<b>33.993,32</b>	<b>13,52</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no entanto, foram

disponibilizados R\$ 38.960,15 (trinta e oito mil, novecentos e sessenta reais, quinze centavos), o que representa 129,87% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 34.006,45 (trinta e quatro mil e seis reais, quarenta e cinco centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 33.993,32 (trinta e três reais, novecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos), perfazendo 87,25% de execução orçamentária, ficando R\$ 13,52 (treze reais, cinquenta e dois centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

Por meio dos recursos orçamentários disponibilizados foi possível efetuar acompanhamentos, monitoramento e fiscalização da execução dos convênios vigentes, onde se adotou a metodologia de visitas trimestrais realizadas durante o período letivo. Sendo possível, portanto, verificar de individual o desenvolvimento das atividades de cada turma, bem como proporcionar orientações e obter informações quanto à execução dessas.

Há que se destacar também o evento realizado a nível nacional, que visou nivelamento das informações sobre o Programa, o que proporcionou ao gestor da ação a participação nas discussões em prol da melhoria das atividades realizadas.

### 2.3.1.8. Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 1427

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1427		Denominação: Assistência Técnica e Extensão Rural de na Agricultura Familiar				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.						
Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.						
Gerente: César José de Oliveira			Responsável: Wânia Maria das Graças Pontes Maramaldo			
Público Alvo: Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	3013 - Taxa de Agentes de ATER Formados.	31/12/2006	20,000	80,000	70,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de agentes de ATER capacitados em temas da Política Nacional de ATER e o número total de agentes de ATER.						
Análise do Resultado Alcançado						
No Estado de Rondônia são 93 (noventa e três) o número de agentes de ATER, sendo que todos esses foram capacitados no exercício de 2010, portanto considera-se que o presente indicador possui resultado favorável.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	3012 - Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar.	31/12/2006	37,000	51,000	48,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de agricultores familiares atendidos por organizações de ATER e o número total de agricultores familiares.						
Análise do Resultado Alcançado						
Considerando que o 19.522 (dezenove mil, quinhentos e vinte e dois) é o número de famílias assentadas em projetos de assentamento que ainda estão em fase de consolidação, e 7.980 (sete mil novecentos oitenta) famílias receberam atendimento em assistência técnica, não se pode considerar esse indicador favorável, decorrente principalmente pelo número reduzido de servidores que compõe a equipe de celebração de convênios / contratos, acompanhamento e fiscalização dos instrumentos vigentes no Estado de Rondônia.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	3014 - Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento.	31/12/2006	33,330	61,000	58,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de agricultores familiares rurais beneficiários do crédito de investimento do PRONAF sobre o número total de beneficiários do PRONAF.						
Análise do Resultado Alcançado						
Uma vez que as instituições financeiras responsáveis pela execução do PRONAF consideram as informações sobre os valores disponibilizados e o número de beneficiários do PRONAF como sigilo bancário, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia, não é possível estabelecer o presente indicador.						

Fonte: PPA 2008-2011 / Divisão de Desenvolvimento.



### **Das principais ações do Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar:**

As principais ações do Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura familiar executadas por esta Regional foram:

- 1) 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados; e
- 2) 2272 - Gestão e Administração do Programa - GAP.

Historicamente, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural se constituem em um processo de educação não formal, sendo, portanto, um "bem público" indispensável para o fortalecimento da agricultura familiar e para a implementação de ações que propiciem a produção de alimentos e o desenvolvimento rural sustentável.

A Ater desempenha papel importante na qualificação e convergência das políticas públicas voltadas ao meio rural, presta serviços diretamente aos agricultores e suas famílias, informando, capacitando e apoiando para adequar os recursos disponíveis às condições de cada família. Portanto, a ausência de serviços de ATER qualificados tem consequências negativas na implementação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável, tais como crédito agrícola, seguro rural, inovações tecnológicas e instrumentos de agregação de valor e comercialização, segurança alimentar, aumento da renda, criação de empregos, redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade.

Portanto, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO visou disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, conforme previsto na Lei nº 11.326 de 24/7/2006, para as comunidades tradicionais e aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

**Tabela CLVI. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 1427**

<b>Ação</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Percentual de Execução (%)</b>
4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	6.671.000,00	6.671.000,00	0,00	6.671.000,00	0
2272 - Gestão e Administração do Programa	245.106,00	232.815,60	222.815,60	10.000,00	90,90
<b>Total</b>	<b>6.916.106,00</b>	<b>6.903.815,60</b>	<b>222.815,60</b>	<b>6.681.000,00</b>	<b>3,22</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura foram à ordem de R\$ 6.916.106,00 (seis milhões, novecentos e dezesseis mil, cento e seis reais), sendo empenhados R\$ 6.903.815,60 (seis milhões, novecentos e três mil, oitocentos e quinze reais, sessenta centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 222.815,60 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e quinze reais, sessenta centavos), representando 3,22% de execução orçamentária e ficando inscritos em restos a pagar R\$ 6.681.000,00 (seis milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais), conforme demonstrado acima.

### 2.3.1.8.1. Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

**Tabela CLVII. Dados Gerais da Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados**

Identificação da Ação	
Tipo	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária de forma integral e continuada desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento Municipal e Regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA ou Plano de Recuperação do Assentamento - PRA. Capacitar os assentados e suas organizações visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.
<b>Descrição</b>	Assessoramento técnico, social e ambiental para os assentados de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento do assentamento, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes. Desenvolvimento das habilidades dos assentados por meio da capacitação nas áreas da organização da produção, do associativismo e do cooperativismo nas suas interfaces com o processo de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização de alimentos limpos, levando em consideração as dimensões social, econômica e ambiental dos projetos de assentamento. Elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos - PDA com enfoque Regional, contendo diagnóstico local e regional, levantamento do meio físico e sócio-econômico das famílias assentadas, ensaios dos modelos produtivos e dimensionamento das parcelas e/ou áreas de exploração comunitária, demonstrativo da viabilidade econômica dos modelos produtivos, recursos públicos e créditos necessários; elaboração de Planos de Recuperação dos Assentamentos - PRA, contendo diagnóstico do meio físico e sócio-econômico do projeto, elaboração de projeto de infraestrutura física de exploração e desenvolvimento social e ambiental da área, em caráter complementar e fluxos financeiros com demonstrativos da capacidade de pagamento das unidades de exploração; realização de estudos que identifiquem diferentes canais de comercialização dos produtos de reforma agrária e sobre as técnicas de produção adequada ao bioma e às características destas unidades produtivas.
<b>Coordenação</b>	Vinícius Ferreira de Araújo.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CLVIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4470**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	A	3	Família Assistida (unidade)	3.458	7.980	230,77	8.151

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CLIX. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4470**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.191.330	6.671.000,00	6.671.000,00	100	6.671.000,00	100	0,00	0

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CLX. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4470**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D1427447048	339039	6.671.000,00	6.671.000,00	0,00	6.671.000,00
<b>Total</b>		<b>6.671.000,00</b>	<b>6.671.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.671.000,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 5.191.330,00 (cinco milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e trinta reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 6.671.000,00 (seis milhões, seiscentos e setenta e um mil reais), que representa 128,50% do valor inicialmente programado; sendo esse totalmente empenhado, contudo não foram efetivamente pagos até o final do exercício, ficando assim, todo esse montante inscrito em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física inicialmente programada foi assistir 3.458 (três mil quatrocentos e cinquenta e oito) famílias com assistência técnica, contudo foram atendidas 7.980 (sete mil novecentos e oitenta) famílias distribuídas em 37 (trinta e sete) projetos de assentamentos, nos quatro municípios atingidos pela operação 'Arco Verde', a saber: Porto Velho, Machadinho do Oeste, Nova Mamoré e Pimenta Bueno, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

**Tabela CLXI. Assistência Técnica Inicialmente Contratada**

Projeto	Município	Família Assistida
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	136
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	69
PA Caladinho	Pimenta Bueno	11
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	190
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	97
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	205
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	242
PA Francisco João	Nova Mamoré	180
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	88
PA Igarapé das Araras	Nova Mamoré	147
PA Igarapé Taquara	Nova Mamoré	238
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	149
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	291
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	220
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	502
PA Lajes	Machadinho do Oeste	1.017
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	101
PA Nilson Campos	Porto Velho	177
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	172
PA Pau D'Arco	Nova Mamoré	208

Projeto	Município	Família Assistida
PA pedra Redonda	Machadinho do Oeste	153
PA Porto Seguro	Porto Velho	60
PA Ribeirão	Nova Mamoré	109
PA Rio Madeira	Porto Velho	157
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	57
PA Santa Maria I	Machadinho do Oeste	266
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	615
PA São Francisco	Porto Velho	141
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	608
PA União	Machadinho do Oeste	552
PAF Jequitibá	Porto Velho	516
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	85
PDS Cernambi	Machadinho do Oeste	33
PDS Nazaré e Boa Vitória	Porto Velho	80
RESEX Lago Cuniã	Porto Velho	108
<b>Total</b>		<b>7.980</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

A ação inicial foi o cadastramento das unidades familiares efetivamente existentes nos projetos de assentamentos a serem atendidos, e sendo concluída foi identificado um número menos de famílias que aquele contratado, sendo assim, foi decisão da Superintendência Regional no Estado de Rondônia, o aumento do número de projetos de assentamentos a serem atendidos, e conseqüentemente, a área geográfica, e conservar o número de famílias, passando assim para 55 (cinquenta e cinco) o número de projetos de assentamento atendidos em 12 (doze) municípios no Estado de Rondônia, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela CLXII. Assistência Técnica Expandida**

Projeto	Município	Família Assistida
PA Agostinho Becker	Cujubim	255
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	115
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	56
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	145
PA Chico Mendes	Presidente Médici	69
PA Chico Mendes I	Presidente Médici	69
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	88
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	94
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	130
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	122
PA Francisco João	Nova Mamoré	94
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	23
PA Igarapé das Araras	Porto Velho	82
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	158
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	56
PA Jatobá	Buritis	110
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	179
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	130
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	298
PA José Carlos	Vale do Anari	50
PA Jose Odon	Ariquemes	172
PA Lajes	Machadinho do Oeste	700
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	48
PA Margarida Alves	Ouro Preto do Oeste	231

Projeto	Município	Família Assistida
PA Maria José Rique	Ariquemes	110
PA Maria Mendes	Machadinho do Oeste	23
PA Nilson Campo	Porto Velho	71
PA Oriente	Buritis	95
PA Palma Arruda	Vale do Anari	364
PA Palmares	Ouro Preto do Oeste	262
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	152
PA Pau D'Arco	Nova Mamoré	130
PA Pedra do Abismo	Buritis	200
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	87
PA Renascer	Cujubim	200
PA Reviver	Buritis	140
PA Ribeirão	Nova Mamoré	75
PA Rio Madeira	Porto Velho	123
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	49
PA Santa Maria I	Machadinho do Oeste	155
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	200
PA São Domingos	Buritis	350
PA São Francisco	Porto Velho	82
PA São José dos Buritis	Buritis	170
PA São Paulo	Buritis	90
PA São Pedro	Buritis	157
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	408
PA União	Machadinho do Oeste	274
PA Zumbi	Ouro Preto do Oeste	69
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	200
PCA Caladinho	Pimenta Bueno	17
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	71
PDS Nazaré e Boa Vitória	Porto Velho	99
RESEX Lago Cuniã	Porto Velho	83
<b>Total</b>		<b>7.980</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela CLXIII. Plano de Recuperação de Projetos de Assentamento Contratado**

Projeto	Município	Família Assistida
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	136
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	69
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	190
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	97
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	205
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	242
PA Francisco João	Nova Mamoré	180
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	88
PA Igarapé das Araras	Porto Velho	147
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	238
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	149
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	291
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	220
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	502
PA Lajes	Machadinho do Oeste	1.017
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	101
PA Nilson Campos	Porto Velho	177
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	172
PA Pau D'Arco	Porto Velho	208

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Família Assistida</b>
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	153
PA Ribeirão	Nova Mamoré	109
PA Rio Madeira	Porto Velho	157
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	57
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	266
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	615
PA São Francisco	Porto Velho	141
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	608
PA União	Machadinho do Oeste	552
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	516
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	85
PDS Cernambi	Machadinho do Oeste	33
PDS Nazaré e Boa Vitória	Porto Velho	80
PDS Porto Seguro	Porto Velho	60
RESEX Lago do Cuniã	Porto Velho	108
<b>Total</b>		<b>7.969</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela CLXIV. Plano de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento Contratado**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Família Assistida</b>
PA Caladinho	Pimenta Bueno	11
<b>Total</b>		<b>11</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

As atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - ATEs ao longo do exercício de 2010 foram voltadas a fiscalização da execução dos serviços contratados, obedecendo a Lei nº 8.666 de 21/6/1993.

Ao final do exercício de 2010 o contrato foi aditivado, para que a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia - EMATER/RO continuasse o atendimento as 7.980 (sete mil novecentos e oitenta) famílias com assistência técnica, mantendo 96 (noventa e seis) técnicos nos 55 (cinquenta e cinco) projetos de assentamentos, estando previsto, no mesmo instrumento, a elaboração de outros planos de recuperação de projetos de assentamento, conforme detalhamento acima.

#### **Dos principais problemas:**

Dentre todos os percalços atravessados no exercício de 2010, destacamos como principais: a falta de capacitação de todos os técnicos envolvidos no Programa, haja vista, a nova abordagem de diferentes temas, que engloba desde a formalização do contrato até a fiscalização e acompanhamento deste; falta de conscientização e gestão do órgão central sobre a importância do monitoramento e fiscalização de contratos, principalmente de ATEs, por se tratar de desenvolvimento rural, e por isso, ser uma ação decisiva na erradicação da pobreza em nosso país, traduzindo-se na falta de servidores para executarem o serviço; atraso no repasse financeiro para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO; e problemas com logística, dificultando todos os trabalhos relacionados ao serviço culminando com o recorrente atraso no pagamento das faturas apresentadas.

#### **Dos principais resultados:**

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATEs é de fundamental importância no desenvolvimento dos projetos de assentamento, uma vez que colabora com a transformação da realidade das famílias assentadas, fortalecendo o elo entre os assentados e o meio onde estão inseridos.

No exercício de 2010 a presente ação atendeu 7.980 (sete mil novecentos e oitenta) famílias, em vários municípios do Estado de Rondônia, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis.

Contribuindo, ainda, na viabilização do desenvolvimento econômico, sócio-ambiental e solidário dos assentamentos apoiando as ações destinadas à qualificação e ao aumento da produção agropecuária.

Desenvolveu ações de educação ambiental que levam à preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais dos assentamentos.

Viabilizou o acesso dos agricultores(as) às diferentes modalidades do crédito produtivo.

Em 2010 foi elaborado um Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e 33 (trinta e três) Planos de Recuperação do Assentamento - PRA, fortalecendo o processo de construção da autonomia social dos agricultores(as), promovendo uma relação participativa e gestão compartilhada, pautada na co-responsabilidade entre os agentes do processo de desenvolvimento, estabelecendo interações efetivas e permanentes com os assentamentos.



### 2.3.1.8.2. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

**Tabela CLXV. Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

Identificação da Ação	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Coordenação</b>	Vinícius Ferreira de Araújo.
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CLXVI. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	A	4	-	Não há	-	-	-

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CLXVII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
185.106	245.106,00	232.815,60	94,98	232.815,60	94,98	222.815,60	90,90

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CLXVIII. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D1427227240	339014	115.689,91	105.412,25	105.412,25	0,00
	339030	69.501,57	69.489,13	69.489,13	0,00
	339033	11.340,52	11.340,52	11.340,52	0,00
	339039	3.540,00	3.540,00	3.540,00	0,00
	339139	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
D1427227256	339014	16.000,00	14.000,00	14.000,00	0,00
	339030	4.000,00	3.999,70	3.999,70	0,00
	339033	3.200,00	3.200,00	3.200,00	0,00
	339036	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
D1427227270	339014	5.034,00	5.034,00	5.034,00	0,00
	339033	4.800,00	4.800,00	4.800,00	0,00
<b>Total</b>		<b>245.106,00</b>	<b>232.815,60</b>	<b>222.815,60</b>	<b>10.000,00</b>

Fonte: SIAFI 2010.



A Programação Operacional do exercício de 2010 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$ 185.106,00 (cento e oitenta e cinco mil, cento e seis reais), no entanto, foram disponibilizados R\$ 245.106,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e seis reais), representando 132,41% do valor inicialmente programado; sendo empenhados R\$ 232.815,60 (duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e quinze reais, sessenta centavos), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 222.815,60 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e quinze reais, sessenta centavos), perfazendo 90,90% de execução orçamentária, ficando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

Mesmo os recursos garantidos na Programação Operacional 2010 não serem suficientes para a realização de toda demanda com a disponibilização de recursos orçamentários foi possível a realização de diversas atividades, tais como, alguma logística necessária ao deslocamento dos técnicos responsáveis pelas atividades finalísticas, ou seja, toda questão operacional do programa.

### **Da realização do trabalho denominado ‘Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária’:**

Com a disponibilidade orçamentária na presente ação foi possível efetivar o trabalho denominado ‘Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária’, que envolveu 16 (dezesesseis) servidores desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, atuando também na coordenação, e 10 (dez) técnicos da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER.

A referida pesquisa ocorreu no decorrer do exercício de 2010 junto às famílias assentadas em projetos do Estado selecionadas através de sorteio, alguns dos quais atendidos pelas equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura - ATES.

A pesquisa teve por objetivo reunir um conjunto de dados, traduzíveis em indicadores, que permitisse um conhecimento sistemático e confiável no campo de suas atribuições, possibilitando ao longo do tempo, que esta aferição sirva ao planejamento das políticas e ações institucionais em prol do desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária. Também objetivou a “prestação de contas” das ações e resultados decorrentes da política de reforma agrária.

Por outro lado, a pesquisa teve a pretensão de aportar elementos de conhecimento e análise que fossem úteis aos técnicos de campo que atuam diretamente nos projetos de assentamentos, bem como aos agricultores(as) assentados e suas organizações.

No Estado de Rondônia o universo da pesquisa foi composto de 553 (quinhentos e cinquenta e três) famílias assentadas entre os anos de 1985 (I PNRA) e 2008. Considerando o número de 19.522 (dezenove mil quinhentos e vinte e duas) famílias assentadas em projetos de assentamentos em fase de consolidação, o que representou uma amostra de 2,83%.

O método de amostragem levou em consideração as distintas mesorregiões homogêneas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no Brasil; o período de implantação dos assentamentos em três períodos: a) 1985-1994; b) 1995-2004 e c) 2005-2008, e secundariamente, as categorias de tamanho dos assentamentos (em função do número total de famílias).

Os resultados expressaram questões objetivas relativas às condições de vida, produção e renda, bem como a percepção das famílias assentadas sobre estes temas.

A aplicação dos questionários, no Estado de Rondônia, ocorreu conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela CLXIX. Assentamentos Pesquisados**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Famílias</b>	<b>Questionários</b>
PA Adriana	Corumbiara	Leste rondoniense	79	7
PA Antonio Conselheiro	Theobroma	Leste rondoniense	22	8
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	Leste rondoniense	43	7
PA Buriti	Buritis	Madeira Guaporé	621	70
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	Leste rondoniense	70	14
PA Colina Verde	Governador Jorge Teixeira	Leste rondoniense	489	97
PA Djaru Uaru	Jaru	Leste rondoniense	574	49
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	Madeira Guaporé	128	8
PA Itapirema	Ji-Paraná	Leste rondoniense	179	18
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	Madeira Guaporé	394	65
PA Margarida Alves	Nova União	Leste rondoniense	255	27
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	Leste rondoniense	199	26
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	Madeira Guaporé	172	40
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia do Oeste	Leste rondoniense	59	4
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	Madeira Guaporé	56	16
PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	Madeira Guaporé	42	1
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	Leste rondoniense	608	61
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	Madeira Guaporé	520	18
PDS Dom Xavier Rey	Guajará-Mirim	Madeira Guaporé	77	11
RESEX Rio Cautário	Guajará-Mirim	Madeira Guaporé	14	6
<b>Total</b>			<b>4.601</b>	<b>553</b>

Assim foram 20 (vinte) os projetos de assentamento no Estado de Rondônia representando 318 (trezentos e dezoito) questionários aplicados na mesorregião denominada leste rondoniense, 235 (duzentos e trinta e cinco) questionários aplicados na mesorregião denominada madeira Guaporé, totalizando 553 (quinhentos e cinquenta e três) questionários aplicados, num universo de 4.601 (quatro mil seiscentos e uma) famílias, cujos resultados estão disponíveis na sua forma mais completa através do site: <http://pqra.incra.gov.br/>.

### 2.3.1.9. Programa 0750 - Apoio Administrativo

#### Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - Programa 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais.						
Objetivo Geral: Não definido.						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente: Eva Maria Sardinha			Responsável: Elias Donadon Batista			
Público Alvo: Governo.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Não tem.						
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Fonte: PPA 2008-2011 / Divisão de Administração.

#### Das principais ações do Programa 0750 - Apoio Administrativo:

A principal ação do programa 0750 - Apoio Administrativo executada pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi a seguinte ação:

1) 2000 - Administração da Unidade.

O programa Apoio Administrativo figura como atividade meio, ou seja, atribuições que vão desde a administração das unidades, passando pela manutenção e conservação do patrimônio físico, envoltó aí, os Próprios Públicos, os bens mobiliários, bem como toda a gama de equipamentos de suporte ao exercício das atividades da Autarquia.

Atuando de forma integrada com as demais Divisões e realizando atividades de relevância ímpar no desempenho e cumprimento de metas atribuídas a esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, bem como responsável pela manutenção e funcionamento, da Sede situada na capital Porto Velho, 6 (seis) Unidades Avançadas, e 6 (seis) Escritórios de atendimentos nos diversos municípios do Estado de Rondônia.

Assim, quando se especifica as demandas enfrentadas por essa estrutura, é que se pode imaginar a complexidade e necessidade de cada uma dessas Unidades, que buscam de maneira eficiente o alcance de metas e objetivos, mesmo demandando melhor estrutura e condições de trabalho.

**Tabela CLXX. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 0750**

<b>Ação</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Percentual de Execução (%)</b>
2000 - Administração da Unidade	3.185.302,67	3.089.820,00	2.894.484,34	165.065,62	90,78
<b>Total</b>	<b>3.185.302,67</b>	<b>3.089.820,00</b>	<b>2.894.484,34</b>	<b>165.065,62</b>	<b>90,78</b>

Fonte: SIAFI 2010.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 0750 - Apoio Administrativo foram na ordem de R\$ 3.185.302,67 (três milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e dois reais, sessenta e sete centavos), sendo empenhados R\$ 3.089.820,00 (três milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e vinte reais), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 2.894.484,34 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais, trinta e quatro centavos), representando 90,87% de execução orçamentária, ficando R\$ 165.065,62 (cento e sessenta e cinco mil, sessenta e cinco reais, sessenta e dois centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

### 2.3.1.9.1. Ação 2000 - Administração da Unidade

**Tabela CLXXI. Dados Gerais da Ação 2000 - Administração da Unidade**

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Tipo</b>	Atividade.
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
<b>Descrição</b>	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.
<b>Coordenação</b>	Maria do Socorro Freire de Oliveira.
<b>Unidades Executoras</b>	INCRA/Sede e Superintendências Regionais.

Fonte: PPA 2008-2011.

## EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

**Tabela CLXXII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2000**

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	A	4	-	Não há	-	-	-

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.

**Tabela CLXXIII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2000**

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$ (a)	R\$ (b)	R\$ (c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.952.399	3.185.302,67	3.089.820,00	97	3.089.820,00	97	2.894.484,34	90,87

Fonte: SIAFI 2010.

**Tabela CLXXIV. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2000**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
A0750200001	319008	3.606,39	3.606,39	3.606,39	0,00
A0750200010	339030	50.000,00	49.972,00	38.107,00	11.865,00
	339033	307,28	307,28	307,28	0,00
	339037	1.307.291,47	1.305.740,65	1.305.740,65	0,00
	339039	934.591,00	848.211,11	731.182,44	117.028,67
	339093	11.314,44	11.314,44	11.314,44	0,00
	339139	27.000,00	27.000,00	27.000,00	0,00
A0750200040	339014	13.682,00	13.534,32	13.534,32	0,00
	339030	28.000,00	27.771,60	27.715,60	56,00
	339033	4.200,00	4.200,00	4.200,00	0,00
	339039	186.000,00	185.185,62	184.209,62	976,00
	339091	10.199,32	10.199,32	10.199,32	0,00
	339037	219.538,30	219.538,30	219.538,30	0,00
	339093	14.549,53	14.549,53	14.549,53	0,00
	449052	316.315,89	316.315,19	281.175,24	35.139,95
E0750200011	339014	7.810,00	3.280,05	3.280,05	0,00
	339030	30.324,00	30.324,00	30.24,00	0,00
	339033	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
E0750200040	339014	6.879,65	5.076,80	5.076,80	0,00
	339033	8.693,40	8.693,40	8.693,40	0,00
<b>Total</b>		<b>3.185.302,67</b>	<b>3.089.820,00</b>	<b>2.894.484,38</b>	<b>165.065,62</b>

Fonte: SIAFI 2010.

A programação operacional do exercício de 2010 estabeleceu para essa ação o montante de R\$ 2.952.399,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e nove reais), no entanto foram disponibilizados R\$ 3.185.302,67 (três milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e dois reais, sessenta e sete centavos), ou seja, 107,88% do valor inicialmente programado, sendo empenhados R\$ 3.089.820,00 (três milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e vinte reais), dos quais foram efetivamente pagos R\$ 2.894.484,34 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais, trinta e quatro centavos), perfazendo 90,87% de execução orçamentária, ficando R\$ 165.065,62 (cento e sessenta e cinco mil, sessenta e cinco reais, sessenta e dois centavos) inscritos em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

#### **Dos principais problemas:**

No decorrer do exercício de 2010 foram diversas as dificuldades identificadas para a realização da presente ação, com destaque especial ao reduzido quadro funcional, que registrou ainda mais redução dessa força de trabalho, através de pedidos de exonerações, aposentadorias, e, inclusive requisições de outros Poderes, ocasionando sobrecarga dos poucos servidores que desempenha as atividades administrativas.

Com a criação do Programa 'Terra Legal', verificou-se que em vez de reforçar os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO agravou mais ainda a lastimável deficiência de pessoal, tanto na área técnica como na de apoio administrativo, uma vez que houve a disponibilização de 31 (trinta e um) servidores de todos os setores da Regional, a fim de compor a nova estrutura que funciona fora das instalações do INCRA.

Destaca-se ainda a demora da efetivação do orçamento da Autarquia, que só se consolidou a partir de março, com a definição final da Programação Operacional, também causando transtornos na execução das atividades de início de exercício, bem como o cronograma mensal de desembolso orçamentário estabelecido pelo Decreto 7.144 de 30/3/2010 que dificultou algumas contratações de bens e serviços em tempo hábil para que esses fossem empenhados e pagos no mesmo exercício, ficando assim diversos valores registrados em restos a pagar.

#### **Dos principais resultados:**

Durante o exercício de 2010 a Divisão de Administração através da presente Ação 2000 - Administração da Unidade buscou exaustivamente melhorar as condições de funcionamento de cada uma das Unidades Avançadas jurisdicionadas a esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, oferecendo dentro das possibilidades disponíveis, condições satisfatórias de funcionamento, reconhecendo que há muito que avançar no alcance dos objetivos desejados. Contudo, dentro do que foi disponibilizado pelo Órgão central Brasília-DF, se pode considerar que as distribuições ocorreram de forma justa e equitativa.

Quanto aos demais suportes proporcionados, que vão desde a disponibilidade de equipamentos para a execução dos trabalhos dos técnicos em campo, passando pelo controle das viaturas e seus condutores, munindo-os dos suprimentos necessários para realização das missões institucionais. Neste quesito, estão envoltos os custos de manutenção de viaturas, incluindo os reparos necessários, combustíveis e lubrificantes, sendo ainda demonstrado através da planilha, constante deste relatório, bem como todos os instrumentos firmados no exercício de 2010.

Há ainda que se destacar o esforço contínuo por melhorias nas condições de trabalho de todo seu efetivo, buscando alternativas para melhor atender as demandas da Autarquia, mantendo em funcionamento permanente, os serviços administrativos e os finalísticos, aqueles de necessidade rotineira da Administração, e, este último, de cunho eminentemente social, buscando atender aos anseios do homem do campo.

Finalizando, pode-se destacar a importância da realização do trabalho conjunto, entre todas as Divisões desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ressaltando as especificidades particulares de cada uma, mas sempre buscando um objetivo comum, trabalhando em equipe visando ao alcance das metas e objetivos da reforma agrária no País, principalmente as do Estado de Rondônia.

### 2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ

Apresentamos a seguir, através do Demonstrativo da Execução Física das Ações Realizadas por esta Unidade Jurisdicionada - UJ, de forma relacionada, todas as ações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA 2010 que foram objeto de gestão e / ou atividades durante o exercício em análise.

**Quadro A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família Assentada (unidade)	1.264	649	51,34	710
21	631	0135	8387	A	3	Área Vistoriada (hectare)	40.101	61.312,7751	152,90	54.584
21	631	0135	8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada (unidade)	16	13	81,25	25
21	631	0135	4460	A	3	Área Obtida (hectare)	2.692	2.996,4224	111,31	38.989
21	122	0135	2272	A	4	-	Não há	-	-	Não há
21	631	0137	8396	A	3	Família Atendida (unidade)	570	1.580	277,19	2.394
21	631	0137	8398	A	3	Família Atendida (unidade)	1.316	1.720	130,69	5.640
21	631	0137	4358	A	3	Documento de Titulação Expedido (unidade)	558	748	134,05	900
21	631	0137	2B06	A	3	Unidade Familiar de Produção Atendida (unidade)	12	0	0	882
21	631	0137	0427	OP	3	Família Atendida (unidade)	936	320	34,19	1.930
21	122	0137	2272	A	4	-	Não há	-	-	Não há
21	125	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado (unidade)	6.000	7.804	130,06	6.000
21	127	0138	4426	A	3	Área Medida e Georreferenciada (hectare)	1.051.690	506.436	48,16	Não há
21	127	0138	2110	A	3	Imóvel Regularizado (unidade)	8.692	6.404,9717	73,68	Não há
21	127	0138	8380	A	3	Área com Processo Impetrado (hectare)	7.190	5.534,4572	76,97	Não há
21	127	0138	8378	A	3	Área Diagnosticada Destinada (hectare)	362.000	1.049.059,41	289,78	Não há
21	122	0138	2272	A	4	-	Não há	-	-	Não há
21	128	0139	4572	A	3	Servidor Capacitado (unidade)	204	151	74,02	330
21	631	1120	2109	A	3	Família Acampada Assistida (unidade)	309	6.748	2.183,82	Não há
21	183	1120	4284	A	3	Família Assistida (unidade)	Não há	-	-	Não há
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada (unidade)	Não há	1	-	Não há
21	366	1350	4474	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado (unidade)	Não há	205	-	600

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	3630	1350	8370	A	3	Profissional Formado (unidade)	120	120	100	180
21	122	1350	2272	A	4	-	Não há	-	-	Não há
21	606	1427	4470	A	3	Família Assistida (unidade)	3.458	7.980	230,77	8.151
21	122	1427	2272	A	4	-	Não há	-	-	Não há
21	122	0750	2000	A	4	-	Não há	-	-	Não há

Fonte: Caderno de metas PO/2010, LOA 2010, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR.



### **2.3.3. Análise da Execução Física das Ações Realizadas pela UJ**

Dos 9 (nove) programas e suas respectivas 27 (vinte e ações) ações executadas no âmbito desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, durante o exercício de 2010, somente foram estabelecidas metas físicas para 18 (dezoito) dessas, conforme demonstrado na tabela acima, onde destacamos os seguintes aspectos e análises:

a) Somente a ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária teve execução com porcentagem nula, uma vez que essa perpassa o período de um exercício estando assim com trabalhos contratados ou mesmo com conclusão prevista para o exercício seguinte ao analisado;

b) 2 (duas) ações obtiverem alcance inferior a cinquenta por cento de execução: 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas (34,19%) em decorrência da indisponibilidade financeira apresentada pelo Tesouro Nacional; e 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária de Imóveis Rurais (48,16%) uma vez que a porcentagem representa conclusão de atividades contratadas em exercícios anteriores e a adoção do critérios para contratação direta pela Superintendência Nacional de Regularização na Amazônia Legal, situada em Brasília, estando assim o Estado de Rondônia contemplada com a ação, no entanto, não contabilizando como resultado para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO;

c) 6 (seis) ações tiveram execução entre cinquenta e cem por cento: 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa nacional de Reforma Agrária (51,34%); 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária (81,25%); 8380 - Retomada de Terras Públicas (76,97%); 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais (74,02%); 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária (100%);

d) 9 (nove) ações superaram a meta estabelecida, ou seja, a execução representou porcentagem superior a cem por cento: 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais (152,90%); 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária (111,31%); 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos (277,19%); 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento (130,69%); 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento (134,05%); 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural (130,06%); 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas (285,89%); 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (230,77%); 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas (2.183,82%);

e) 2 (duas) ações que não tiveram metas físicas estabelecidas apresentaram resultados, contudo não foi possível análise da porcentagem de execução, uma vez que não existiam parâmetros regionais de comparação, quais sejam: 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos (uma Comunidade Quilombola Titulada); e 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (205 trabalhadores rurais escolarizados).

Através dos aspectos apresentados acima se verifica o sucesso no atingimento dos objetivos propostos para o exercício de 2010, mesmo ocorrendo diversos problemas de execução como contingenciamento de recursos orçamentários decorrentes do Decreto 7.144 de 30/3/2010 e a reduzida capacidade operacional em comparação a elevada demanda existente no Estado de Rondônia, entre outros.

Contudo, o êxito identificado representa não somente a superação dos entraves expostos no decorrer do presente relatório, ou mesmo os destacados acima, como também às readequações de setores, análises contínuas da gestão com conseqüentes ajustes necessários e ao estabelecimento de metas proporcionais a capacidade operacional.

Assim, maiores detalhamentos e análises quanto aos entraves identificados, potencialidades existentes e demais características específicas de para cada um dos programas desenvolvidos por esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e suas respectivas ações foram realizados no decorrer do presente relatório ao momento em que foram apresentadas as atividades desempenhadas no exercício de 2010.

E, quanto às metas a serem realizadas em cada exercício torna-se importante esclarecer sobre a metodologia utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o estabelecimento dessas, uma vez que o processo inicia-se no exercício anterior, no momento de aprovação nacional do orçamento anual, ou seja, antes da elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, e após definidos valores para cada um dos ministérios proporciona-se encontros visando acordos e ajustes quanto a meta e limite orçamentários das Superintendências Regionais, ainda assim, possíveis alterações ocorrem decorrentes dos habituais decretos de corte orçamentário, como a exemplo do exercício de 2010, portanto ao momento da elaboração do presente relatório os dados da programação operacional para o exercício de 2011, informados no Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ ainda não podem ser considerados oficiais.

## 2.4. Desempenho Orçamentário / Financeiro

### 2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

#### 2.4.1.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

##### Quadro A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	373001	09272008901810001	6.515,97	0,00	0,00
		373001	21606142744700001	0,00	0,00	6.671.000,00
		373001	21122075020000001	3.606,39	0,00	2.875.018,99
		373001	21122013722720001	0,00	0,00	1.226.948,73
		373001	21127013844260001	0,00	0,00	537.829,65
		373001	21363135083700001	0,00	0,00	516.000,00
		373001	21127013883780001	0,00	0,00	514.407,59
		373001	21122013822720001	0,00	0,00	275.802,58
		373001	21122142722720001	0,00	0,00	246.129,67
		373001	2163101372B060001	0,00	0,00	229.985,86
		373001	21631112021090001	0,00	0,00	196.938,86
		373001	21631013783980001	0,00	0,00	196.033,22
		373001	21122013522720001	0,00	0,00	190.377,41
		373001	21631013583740001	0,00	0,00	177.256,78
		373001	21631013583840001	0,00	0,00	169.741,64
		373001	21631013583870001	0,00	0,00	164.421,37
		373001	21128013945720001	0,00	0,00	122.696,13
		373001	21127013821100001	0,00	0,00	92.318,75
		373001	21631013743580001	0,00	0,00	90.876,23
		373001	21122135022720001	0,00	0,00	59.574,55
		373001	21125013821050001	0,00	0,00	54.000,00
		373001	21127133616420001	0,00	0,00	31.808,22
		373001	21631013783960001	0,00	0,00	25.644,00
		373001	21122112043040001	0,00	0,00	10.529,64
		373001	21127013883800001	0,00	0,00	8.850,00
		373001	21183112042840001	0,00	0,00	6.323,00
Movimentação Externa	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	NA	NA	NA	NA	NA
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	373001	21631013544600001	0,00	1.304.290,95	0,00
		373001	21631013704270001	0,00	16.603.200,00	0,00
		373001	21631013783960001	5.267.485,59	0,00	0,00
		373001	21122075020000001	319.615,89	0,00	0,00
		373001	21631112021090001	130.000,00	0,00	0,00
		373001	21122013722720001	8.000,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: SIAFI Gerencial 2010.

#### **2.4.1.1.1. Análise da Programação Orçamentária das Despesas**

Como observado através do Quadro A.2.7 acima esta Superintendência Regional do Estado de Rondônia - SR-17/RO não é uma Unidade Orçamentária - UO e não possui Unidades Gestoras Orçamentárias - UGO consolidadas ou agregadas, ou seja, não é órgão ao qual é consignada dotação própria no Orçamento para a realização de despesas, sendo assim caracterizada como sendo órgão descentralizado.

#### **2.4.1.1.2. Análise Crítica da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Como se pode observar do quadro apresentado acima, esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não figura na LOA - Lei Orçamentária Anual, pois todos os recursos recebidos são de origem interna descentralizados pela Sede em Brasília-DF.

Desta análise ressalta-se que os créditos recebidos são oriundos da Programação Operacional definida pela Diretoria Colegiada desta Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais ao momento em que são definidas prioridades e elaborados quando da discussão e formação do planejamento interno das ações a serem desenvolvidas por cada Divisão desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO no âmbito de suas competências institucionais no exercício sob análise.

No que tange as despesas correntes, os recursos descentralizados foram aplicados de acordo com as ações apresentadas do referido quadro, e, potencializados conforme as condições estruturais e conjunturais desta Autarquia, uma vez que houve ações com resultados integralmente cumpridos, enquanto outras, devido às limitações enfrentadas, tanto de ordem operacional, decorrentes de sérios problemas em seu quadro de pessoal, como relatado em outras análises do presente relatório, quanto aos cortes orçamentários originados do contingenciamento dos recursos implantado pelo Governo Federal no exercício em tela.

Quanto às despesas de capital, as mesmas foram realizadas obedecendo ao cronograma desenvolvido pela Regional, envolvendo inclusive projetos de melhoramento da estrutura física da Instituição, bem como dos acessos aos assentamentos criados por esta Autarquia, com investimentos em infraestrutura e aquisições de equipamentos e outros serviços que proporcionaram melhoramentos significativos aos serviços de atendimento aos beneficiários da Reforma Agrária do Estado de Rondônia.

Neste sentido, extrai-se que a movimentação dos créditos orçamentários descentralizados a esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO atenderam de forma satisfatórias as projeções estabelecidas pela executora no exercício em análise.

## 2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação Recebidos por Movimentação

#### Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373082 - Sede)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	1.001.813,02	772.626,64	1.001.813,02	772.626,64
Concorrência	15.552.375,96	0,00	15.552.375,96	0,00
Pregão	5.503.649,67	4.295.880,36	5.503.649,67	4.295.880,36
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	68.733,59	355.499,38	68.733,59	355.499,38
Inexigibilidade	813.752,66	1.242.089,60	813.752,66	1.242.089,60
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.528.614,70	1.829.614,91	1.528.614,70	1.829.614,91
<b>Outras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI/CPL/ 2009/2010.

#### Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373012 - Ji-Paraná)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	0,00	4.328,60	0,00	4.328,60
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	154.463,03	100.743,84	154.463,03	100.743,84
<b>Outras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI/CPL/ 2009/2010.

**Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373013 - Pimenta Bueno)**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	0,00	3.300,00	0,00	3.300,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	63.931,76	205.636,91	63.931,76	205.636,91
<b>Outras</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/CPL/ 2009/2010.

**Quadro A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373014 - Guajará-Mirim)**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	52.067,27	96.837,65	52.067,27	96.837,65
<b>Outras</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/CPL/ 2009/2010.

#### 2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

**Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373082 - Sede)**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal								
Outros Benefícios Assistenciais	12.514,39	10.122,36	12.514,39	10.122,36	0,00	0,00	12.514,39	10.122,36
Sentenças judiciais	0,00	10.199,32	0,00	10.199,32	0,00	0,00	0,00	10.199,32
Indenização e Restituição	26.908,63	25.863,97	26.908,63	25.863,97	0,00	0,00	26.908,63	25.863,97
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.473.352,06	8.214.591,95	9.473.352,06	1.309.994,23	1.439.913,75	6.904.597,72	9.473.352,06	1.309.994,23
Diárias - Pessoal Civil	1.528.614,70	1.829.868,91	1.528.614,70	1.829.868,91	0,00	0,00	1.528.614,70	1.829.868,91
Locação de Mão de Obra	1.281.846,78	1.525.278,95	1.281.846,78	1.525.278,95	0,00	0,00	1.281.846,78	1.525.278,95
Demais elementos do grupo	1.910.231,92	1.430.452,94	1.910.231,92	1.315.24,89	565.202,03	114.828,05	1.910.231,92	1.315.624,89

Fonte: SIAFI 2009 / 2010.

**Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373012 - Ji-Paraná)**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes								
Diárias - Pessoal Civil	154.463,03	100.743,84	154.463,03	100.743,84	0,00	0,00	154.463,03	100.743,84
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.588,35	0,00	7.588,35	0,00	0,00	0,00	7.588,35	0,00
Material de Consumo	3.925,50	4.328,60	3.925,50	4.328,60	0,00	0,00	3.925,50	4.328,60
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2009 / 2010.



**Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373013 - Pimenta Bueno)**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes								
Diárias - Pessoal Civil	63.931,76	205.636,91	63.931,76	205.636,91	0,00	0,00	63.931,76	205.636,91
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.011,21	0,00	7.011,21	0,00	0,00	0,00	7.011,21	0,00
Material de Consumo	3.925,50	4.328,60	3.925,50	4.328,60	0,00	0,00	3.925,50	4.328,60
Demais elementos do grupo	0,00	2.656,00	0,00	2.656,00	0,00	0,00	0,00	2.656,00

Fonte: SIAFI 2009 / 2010.

**Quadro A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (UG 373014 - Guajará-Mirim)**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes								
Diárias - Pessoal Civil	52.067,27	96.837,65	52.067,27	96.837,65	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.718,03	0,00	3.718,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2009 / 2010.

#### 2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

**Quadro A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (373082 - Sede)**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
Obras e Instalações	9.406.227,31	2.015685,59	9.406.227,31	865.115,57	74.447,19	1.150.570,02	74.447,19	865.115,57
Equipamento e Material Permanente	925.183,57	3.694.815,19	925.183,57	277.875,24	115.815,35	3.416.939,95	115.815,35	277.875,24
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras								
Concessão de Empréstimo e Financiamentos	13.925.600,00	16.244.000,00	13.925.600,00	5.363.400,00	13.925.600,00	10.880.600,00	13.925.600,00	5.363.400,00
Aquisição de Imóveis	0,00	1.304.290,95	0,00	1.304.290,95	0,00	0,00	0,00	1.304.290,95
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2009 / 2010.

**Quadro A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (373013 - Pimenta Bueno)**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
Equipamento e Material Permanente	0,00	3.300,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2009 / 2010.

#### **2.4.2.1.4. Análise Crítica da Execução Orçamentária**

Os principais elementos de despesas utilizados em despesas correntes foram:

a) Outros Servidores de Terceiros - Pessoa Jurídica onde englobam todos os contratos de prestação de serviços, tais como demarcação topográfica e contratações terceirizadas, entre outros, que foram detalhados no anexo ao presente relatório;

b) Diárias - Pessoal Civil representando assim os deslocamentos realizados e necessários a realização das atividades precípua desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO; e

c) Locação de Mão de Obra que representa os contratos administrativos anteriormente destacados.

Quanto aos valores analisados pode-se observar que para as contratações o valor global teve incremento significativo, originado tanto em decorrência dos reajustes de renovação de contratos, bem como da realização de diversos procedimentos licitatórios no decorrer do exercício.

As despesas com deslocamentos dos servidores na realização de atividades que visaram o alcance das metas, mesmo ocorrendo aumento dos valores da diária e incremento de atividades de campo a serem realizadas, apresentaram no valor global, durante o exercício de 2010, representando um aumento natural comparando com o exercício anterior.

No que se refere as despesas de capital, destaca-se as obras e instalações, bem como os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, com um volume de recursos mais significativos, como se pode extrair da tabela acima. Como se vê da comparação com o exercício anterior houve um incremento de valores, conforme demonstra das tabelas apresentadas acima.

No tocante a aquisição de materiais permanentes foram descentralizados recursos conforme proposta apresentada por esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, sendo que os mesmos atenderam as expectativas esperadas para o exercício.

Foram adquiridos diversos equipamentos entre móveis para escritório e aparelhos elétricos eletrônicos, dos quais a grande maioria fez parte do projeto de reestruturação da rede lógica da Superintendência, incluindo suas Unidades Avançadas.

Com referência as inversões financeiras, o montante mais relevante refere-se a concessão dos créditos aos assentados da reforma agrária no Estado, conforme já apresentado na ação apropriada neste Relatório. Quanto aos montantes descentralizados, os mesmos foram aplicados de acordo com a capacidade operacional disponível, vez que a carência no quadro de pessoal limitou a concessão desses créditos, uma vez que a demanda existente supera em muito esses indicadores.

Quanto a aquisição de imóveis o tímido valor constante da tabela em tela refere-se a sobra de Títulos da Dívida Agrária - TDA originados da aquisição de área para fins de assentamento de famílias do programa de reforma agrária, sendo que o montante principal derivados dessas aquisições figuram como títulos da dívida agrária resgatáveis em até 20 (vinte) anos como preceitua a Carta Magna atual.

### 3. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

#### 3.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

##### Quadro A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	22.467.535,74	0,00	0,00	22.467.535,74
2009	18.836.089,76	0,26	16.016.829,83	2.819.259,67
2008	1.600.003,55	0,00	443.644,41	1.156.359,14
...	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observações:</b> Os valores mais relevantes registrados em restos a pagar referem-se a contratações de Infraestrutura, serviços de Assistência Técnica - ATES, Concessão de Créditos nas diversas modalidades, bem como a aquisição da Patrulha mecanizada a fim de atender os municípios do Estado de Rondônia, conforme compromissos realizados pelo 'Programa Arco Verde', do Governo Federal.  Ressalte-se que não houve pagamentos, no exercício de 2010, de Restos a Pagar do exercício de 2007 e anos anteriores, processados ou não processados.				

Fonte: SIAFI 2010.

### **3.2. Análise crítica da situação dos restos a pagar de exercícios anteriores**

Os montantes registrados como 'Resto a Pagar', nos exercícios de 2008 e 2009, possuem basicamente as mesmas características, são originários de contratos de Infraestrutura, serviços de Assistência Técnica - ATES, Concessão de Créditos nas diversas modalidades, bem como a aquisição da Patrulha mecanizada a fim de atender Municípios do Estado de Rondônia, conforme compromissos realizados pelo 'Programa Arco Verde', do Governo Federal.

Ainda no exercício de 2010 merece destaque os recursos destinados a conclusão da estruturação da rede lógica da Superintendência Regional e Unidades Avançadas, justificada pela escassez de pessoal e o significativo volume de procedimentos licitatórios realizados, o que tornou possível a conclusão das contratações somente ao final do exercício, e, tendo em vista a desaceleração do processo produtivo implantado pelas empresas fornecedoras de equipamentos elétrico-eletrônicos diversos no final do exercício, ocasionando atrasos nas entregas dos equipamentos licitados.

Há que se destacar ainda que as 'Obras de Infraestrutura', possui diferencial no volume de recursos, o que tem demandado procedimento licitatório mais amplo, sendo realizado sempre pela modalidade 'Concorrência', exigindo prazo mais extenso, com maior número de participantes, onde se observa o registro de diversos recursos administrativos, provocando assim atrasos significativos nas conclusões desses procedimentos, e, conseqüentemente nas contratações das obras, resultando na inscrição em 'Restos a Pagar'.

Quanto aos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, que em exercícios anteriores era realizado através de convênios, no exercício de 2010 foi necessária medida que visasse a contratação através da licitação na modalidade 'Concorrência', devido ao volume de recursos e número famílias a serem atendidas nos diversos Projetos de Assentamentos criados no Estado de Rondônia, bem como justificativas anteriormente expostas, se destacando as diversas tentativas, sendo possível a contratação somente ao final do exercício, e conseqüente inscrição dos recursos em 'Resto a Pagar'.

Pelas características acima expostas é que se justifica a necessária inscrição em restos a pagar, entendendo que esses não apresentam maiores problemas ou mesmo prejuízos na execução dos trabalhos desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO uma vez que as atividades, pelas suas próprias características, perpassam o período de execução de um exercício fiscal.

**4. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, contemplando as seguintes perspectivas: Composição do quadro de servidores ativos; Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas; Composição do quadro de estagiários; Custos associados à manutenção dos recursos humanos; Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços; Indicadores gerenciais sobre recursos humanos:**

**4.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos**

**Quadro A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

SR-17/RO - UPAG 792

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	0	303	2	32
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	0	0	0	0
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>	0	295	0	27
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	293	0	24
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	3
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>	0	8	2	5
1.4.1 Cedidos	0	5	1	1
1.4.2 Removidos	0	0	1	4
1.4.3 Licença Remunerada	0	1	0	0
1.4.4 Licença não Remunerada	0	2	0	0
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>	0	23	0	1
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>	0	0	0	0
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>	0	22	0	1
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	16	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	5	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
<b>2.3 Funções Gratificadas</b>	0	1	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	1	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>326</b>	<b>2</b>	<b>33</b>

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/2010 e extração SIAPE fev/2011.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA não dispõe de instrumento aprovando lotação; servidores com contrato temporário ou mesmo de servidores celetistas (anistiados através da Lei nº 8.878 de 11/5/1994).



**Quadro A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

SR-17/RO - UPAG 792

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
<b>1 Provimento de Cargo Efetivo</b>	6	12	80	173	32	303
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	4	12	77	170	32	295
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	2	0	3	3	0	8
<b>2 Provimento de Cargo em Comissão</b>	3	3	8	9	0	23
2.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo de Direção e Assessoramento Superior	3	3	7	9	0	22
2.3 Funções Gratificadas	0	0	1	0	0	1
<b>Total Geral</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>88</b>	<b>182</b>	<b>32</b>	<b>326</b>

Fonte: Extração SIAPE fevereiro/2011.

**Quadro A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

SR-17/RO - UPAG 792

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	0	3	40	38	156	66	0	0	0	303
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	3	39	38	153	62	0	0	0	295
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	1	0	3	4	0	0	0	8
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	0	0	0	1	7	15	0	0	0	23
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	6	15	0	0	0	22
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total Geral</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>40</b>	<b>39</b>	<b>163</b>	<b>81</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>326</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE fevereiro/2011.

O nível de escolaridade informado corresponde aos dados constantes na tabela de escolaridade do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

## 4.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

**Quadro A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

SR-17/RO - UPAG 792

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1. Integral</b>	65	22
1.1. Voluntária	54	22
1.2. Compulsório	0	0
1.3. Invalidez Permanente	11	0
1.4. Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	46	0
2.1. Voluntária	44	0
2.2. Compulsório	2	0
2.3. Invalidez Permanente	0	0
2.4. Outras	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>111</b>	<b>22</b>

Fonte: Extração SIAPE fevereiro/2011.

**Quadro A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

SR-17/RO - UPAG 792

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
<b>1 Integral</b>	33	0
<b>2 Proporcional</b>	31	5
<b>Total Geral</b>	<b>64</b>	<b>5</b>

Fonte: Extração SIAPE fevereiro/2011.

### 4.3. Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Valores em R\$ 1,00  
SR-17/RO - UPAG 792

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>	3	5	6	6	20.763,90
• Área Fim	1	2	3	3	9.343,75
• Área Meio	2	3	3	3	11.420,15
<b>Nível Médio</b>	23	21	24	23	94.475,77
• Área Fim	8	7	8	7	31.145,86
• Área Meio	15	14	16	16	63.329,91
<b>Total Geral</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>115.239,67</b>

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR dezembro/2010; Extração SIAPE fevereiro/2011 e Extração DW/2010.

O cálculo do custo do exercício foi realizado proporcionalmente a média do número do quantitativo de contratos de estágio vigentes, pois não é possível extração em sistemas existentes de forma discriminada por cada nível, uma vez que a rubrica referente à bolsa é a mesma para o nível médio e superior, existindo, portanto, somente consultas do valor total da bolsa, ou seja, R\$ 115.239,67 (cento e quinze mil, duzentos e trinta e nove reais, sessenta e sete centavos), conforme o quadro acima.

#### 4.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

##### Quadro A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	19.913.339,82	0,00	1.517.883,86	494.281,98	1.168.343,35	1.229.995,83	6.821,31	24.330.666,15
2009	20.377.605,61	0,00	1.737.763,92	557.718,88	1.578.256,79	1.243.089,86	0,00	25.494.435,06
2010	17.977.856,57	0,00	1.517.572,42	523.870,18	2.374.445,08	2.165.599,94	143,11	24.559.487,30
Servidores com Contratos Temporários (SERVIDORES CELETISTAS)								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	2.009,35	0,00	0,00	2.009,35
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	7.074,85	0,00	0,00	7.074,85
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	10.577,42	0,00	0,00	10.577,42
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0,00	450.233,46	0,00	0,00	103.074,29	0,00	0,00	553.307,75
2009	0,00	472.859,58	0,00	0,00	130.070,74	0,00	0,00	602.930,32
2010	0,00	487.642,31	0,00	0,00	150.669,56	0,00	0,00	638.311,87
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	4.831,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.831,79
2009	0,00	5.052,12	0,00	0,00	1.842,05	0,00	0,00	6.894,17
2010	0,00	5.052,12	0,00	0,00	2.949,22	0,00	0,00	8.001,34

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

#### 4.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

**Quadro A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA INTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO													
UG/Gestão: 373082							CNPJ: 00.375.972/0024-57						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	5.000/2008	TEC LIMP Serviços de Limpeza Ltda. 04.027.773/0001-12	11/8/2010	10/8/2011	8	8	0	0	0	0	P
2008	L	O	26.000/2008	IMPERIAL Rondônia Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos para Terceiros Ltda. 09.134.888/0001-20	6/1/2010	5/1/2011	15	15	0	0	0	0	E
2006	V	O	1.000/2006	NORSEREGL Vigilância e Transportes de Valores Ltda. 06.272.413/0010-00	1/1/2010	31/12/2010	0	0	7	POSTO	0	0	E
2006	V	O	38.000/2006	NORSEREGL Vigilância e Transportes de Valores Ltda. 06.272.413/0010-00	19/12/2009 19/12/2010	18/12/2010 31/12/2010	0	0	2	POSTO	0	0	E
<b>Observação:</b> O Contrato CRT/RO. 38.000/2006 foi prorrogado pelo prazo de 12 (doze) dias, no período de: 19/12/2010 à 31/12/2010. São 9 (nove) Postos de Vigilância, sendo: 2 (dois) Postos de 24 (vinte e quatro) horas (diurno e noturno) de Segunda a Domingo na sede da SR, com 8 (oito) vigilantes; 7 (sete) Postos de 12 (doze) horas (noturno) de segunda a domingo nas sedes da SR e as Unidades Avançadas de Guajará Mirim, Machadinho Do Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Colorado Do Oeste, com 14 (quatorze) vigilantes. Total Geral de Vigilantes dos 9 (nove) Postos, é de 22 (vinte e dois) vigilantes.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração.

### Quadro A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO													
UG/Gestão: 373082							CNPJ: 00.375.972/0024-57						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	13.000/2009	TEC LIMP Serviços de Limpeza Ltda. 04.027.773/0001-12	23/12/2010	23/12/2011	0	0	11	11	0	0	A
2009	3	O	13.000/2009	TEC LIMP Serviços de Limpeza Ltda. 04.027.773/0001-12	23/12/2010	23/12/2011	0	0	2	2	0	0	A
Observação: O contrato CRT/RO. 13.000/2009, refere-se a contratação de Serviços de Apoio Administração (1) e Serviços de Copa e Cozinha (3).													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração.

**Quadro A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
5.000/2008	7	8	Unidades Avançadas de: Guajará Mirim, Machadinho do Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Colorado do Oeste.
26.000/2008	7	15	Sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.
1.000/2006	8	7 Postos 14 Vigilantes	Sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e nas Unidades Avançadas de Guajará Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná e Pimenta Bueno.
38.000/2006	8	2 Postos 8 Vigilantes	Sede das Unidades Avançadas de Machadinho do Oeste e Colorado do Oeste.
13.000/2009	1	12	Sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.
13.000/2009	3	2	Sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

**LEGENDA**

**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Divisão de Administração.

#### 4.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta Superintendência no Estado de Rondônia - SR-17/RO não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, e também não há previsão de desenvolvê-los.

#### 4.7. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO vem atravessando período difícil em relação à sua efetiva força de trabalho.

Muitos servidores do último concurso, realizado no exercício de 2005, já deixaram a Autarquia em virtude de aprovação em outros concursos.

Vale ressaltar que o Plano de Cargos e Salários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA encontra-se totalmente defasado em relação aos demais Órgãos da estrutura federal, sem contar a inexorável discrepância com outros Poderes.

Destaca-se a criação de uma nova estrutura denominada Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que não possuindo quadro específico para funcionamento de suas ações, utiliza-se de 31 (trinta e um) dos servidores lotados nesta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, para cumprimento de suas ações.

Quanto ao fator aposentadoria, foram exatos 22 (vinte e dois) servidores, o que equivale uma redução de 6,75% do total da força de trabalho da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, sem contar com significativo número de servidores que estão em abono de permanência, pois a qualquer momento poderão deixar o Órgão e migrarem para a inatividade.

**Tabela CLXXV. Famílias Assentadas e Execução Orçamentária pelo Número de Servidores, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010**

Valores em R\$ 1,00			
Exercício	Famílias Assentadas	Valor Empenhado / Liquidado	Quantidade de Servidores
2008	1.424	20.840.775	388
2009	723	39.024.374	373
2010	649	37.205.818	326

Fonte: SIPRA / SIAPE.

A tabela acima apresenta o número de famílias assentadas, assim como o montante de recursos utilizado nos últimos três exercícios, com o conseqüente aumento na demanda pelos serviços a serem prestados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, uma vez que esse incremento representa, por exemplo, novas concessões de crédito, demarcações de parcelas, assistência técnica e infraestrutura básica, entre outros; em contrapartida com a redução de servidores desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO responsáveis pela operacionalização desses serviços.

Há de se destacar que faltam incentivos aos servidores no sentido de buscar novos conhecimentos, tais como a inserção em cursos de graduação, bem como cursos de especialização (pós-graduação), mestrados e até doutorado, no intuito de melhor qualificar os recursos humanos disponíveis. Assim, somada a visível e preocupante redução do quadro funcional está a desqualificação ou despreparo de muitos servidores para o desempenho, com a excelência requerida, das atividades sob responsabilidade e competência da Regional.

Outro ponto a ser observado é a idade média dos servidores, que vêm representando significativa queda no rendimento operacional; e por fim, expressivo índice de doenças e desvios comportamentais em função de alcoolismo e outros vícios deletérios à saúde humana.



**5. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência**

**5.1. Transferências Efetuadas no Exercício**

**5.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2010**

**Quadro A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO									
CPNJ: 00.375.972/0001-60					UG/GESTÃO: 373082				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	20.000/2008	63.787.196/0001-26	2.167.200,00	103.200,00	516.000,00	1.032.000,00	31/12/2008	31/12/2012	1
<b>LEGENDA</b> <b>Modalidade:</b> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso					<b>Situação da Transferência:</b> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				

Fonte: Divisão de Administração.

### 5.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**Quadro A.6.2 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO						
CNPJ: 00.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373082		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	0	0	0	516.000,00	516.000,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>516.000,00</b>	<b>516.000,00</b>

Fonte: Divisão de Administração.

### 5.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

**Quadro A.6.3 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373082		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	(Valores em R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	1.032.000,00	1.032.000,00	516.000,0	47,61%
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1.032.000,00</b>	<b>1.032.000,00</b>	<b>516.000,0</b>	<b>47,61%</b>

Fonte: Divisão de Administração.

### 5.1.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

#### Quadro A.6.4 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$, R\$ 0,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO					
CNPJ: 00.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373082	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		3	0
		Montante Repassado		516.000,00 47.000,00	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	8	0
			Montante Repassado (R\$)	3.985.817,78	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	0
			Montante Repassado (R\$)	207.509,63	0
2009	Contas prestadas		Quantidade	12	0
			Montante Repassado (R\$)	3.998.986,05	0
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	1	0
			Montante Repassado (R\$)	207.509,63	0
2008	Contas prestadas		Quantidade	18	0
			Montante Repassado (R\$)	4.136.945,00	0
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	1	0
			Montante Repassado (R\$)	207.509,63	0
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	1	0
			Montante Repassado (R\$)	207.509,63	0

Fonte: Divisão de Administração.

### 5.1.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

**Quadro A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373082		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			12	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		3	0
		Montante repassado (R\$)		563.300,00	4.421.772,21
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	8	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	0
			Montante repassado (R\$)	207.509,63	0
2009	Quantidade de contas prestadas			14	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		12	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		1	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	0
		Montante repassado (R\$)		207.509,63	0
2008	Quantidade de contas prestadas			23	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		18	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		4	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	0
		Montante repassado		207.509,63	0
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	0
		Montante repassado		207.509,63	0

Fonte: Divisão de Administração.

### 5.1.6. Análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

Durante o exercício de 2010 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO adotou medidas visando sanar as transferências identificadas como inadimplentes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela CLXXVI. Tomada de Contas Especiais Instauradas em Exercícios Anteriores com Continuidade em 2010**

Razão Social	CPF / CNPJ	Data de Instauração	Situação
Cooperativa Multiprofissional e Mútua de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	02.486.862/0001-00	15/5/2008	Encaminhado para diligência para atendimento de questões levantadas pelo Núcleo de Prestação de Contas de Convênios - NPCC.
Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia - COOTRARON	01.968.623/0001-15	8/7/2008	Cumprindo notificação de cobrança, aguardando prazo de manifestação da conveniente para efetuar o recolhimento do valor cobrado.
Prefeitura Municipal de Parecis	84.745.363/0001-46	7/5/2009	Sob análise da proposta da prestação de contas, visando o arquivamento da Tomada de Contas Especiais.
Prefeitura Municipal de Porto Velho	05.903.125/0001-45	16/12/2008	Re-análise da prestação de contas.
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista	03.051.008/0001-75	19/3/2008	Conclusão do relatório final.

Fonte: Divisão de Administração.

As transferências realizadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia no exercício de 2010 ocorreram de acordo ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872 de 23/12/1986.

A evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos, de acordo com o demonstrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI houve redução na quantidade de transferências, em virtude do pouco volume de convênios firmados e vigentes.

No âmbito desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram providenciadas todas as medidas visando regularizar as transferências efetuadas.

Uma possível análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares, que pode ser feita é que essas ocorreram de forma satisfatória, sempre no intuito de serem sanadas todas e quaisquer pendências.

Quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, importante esclarecer que esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO através do Núcleo de Convênios buscou atender a IN STN nº 01 de 15/1/1997, bem como as demais normas pertinentes a convênios, visando assim esgotar todas as irregularidades das conveniadas, com disponibilidade suficiente de recursos humanos e materiais.

Esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui estrutura definida para o gerenciamento das transferências, possuindo inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho conveniados.

**6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309 de 9/8/2010.**

**Declaração da área responsável sobre a disponibilidade e atualização das informações dos contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parcerias firmados (registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV).**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **MARLY ALMEIDA MORAIS**, Assistente de Administração, matrícula SIAPE nº. 0727151, CPF nº 161.794.712-15, e **MARIA FÁTIMA MEDEIROS**, CPF nº 422.142.462-15, **RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE FINANCEIRA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS**, conforme Art. 31, § 1º, inciso II da IN STN nº 01 de 15/1/1997 e Art. 61, §§ 1º e 2º, declaramos para os devidos fins que, as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parcerias - SICONV, conforme estabelece o **art. 9 da Lei nº 11.768 de 14/8/2008**.

Porto Velho/RO, 10 de março de 2010.

**Marly Almeida Moraes**  
CPF nº 161.794.712-15

**Maria Fátima de Medeiros**  
CPF nº 422.142.462-15

## **7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730 de 10/11/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.**

Os controles que garantem que as autoridades e servidores públicos alcançados pela Lei nº 8.730 de 10/11/1993 ocorrem mediante arquivamento dos documentos em pasta individuais dos servidores, conforme descrição a seguir: exige-se a apresentação da declaração de bens na ocasião em que o agente é nomeado em provimento de cargo em comissão.

A declaração de bens e rendas não está sendo apresentada ao final de cada exercício financeiro ou no ato da exoneração, no entanto, solicitou-se que o agente autorizasse o acesso a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física, atendendo orientações do Ministério do Planejamento expedida pela Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6/9/2007, constante no anexo V, o que vem sendo feito regularmente.

Entende-se que com a referida autorização afasta a exigência de atualização anual constante na Lei nº 8.730 de 10/11/1993 e Lei nº 8.429 de 2/6/1992, objetivando assim a desburocratização do processo de apresentação da declaração de bens e valores que compõe o patrimônio privado do agente público, tornando o controle mais eficiente, econômico e racional, conforme noticiou o último considerando contextualizado na Portaria. A seguir transcrição da referida Portaria Interministerial:

*Art. 1º. Todo agente público, no âmbito do Poder Executivo Federal, como forma de atender aos requisitos constantes no art. 13 da lei nº 8.429, 2 de junho de 1992, e no art. 1º da lei nº 8.730, 10 de novembro de 1993, deverá:*

*I - autorizar o acesso, por meio eletrônico, as cópias das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas a Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; ou, [...]*

*Por fim, o § 3º do art. 1º da Portaria Interministerial esta a **dispensar a renovação anual da autorização, quando o agente autorizar o acesso a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, na forma do inciso I do referido artigo.***

***(Grifo nosso)***

Considerando as informações prestadas, bem como, a partir da Portaria Interministerial todos os que foram nomeados para funções de confiança firmaram as autorizações preenchendo e assinando o Formulário de Autorização de acesso a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, constante do Anexo I da referida Portaria, entendendo assim, que todos cumpriram as exigências legais previstas no art. 1º da Lei nº 8.730 de 10/11/1993.

**8. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle da UJ, contemplando os seguintes aspectos: Ambiente de controle; Avaliação de risco; Informação e Comunicação; Monitoramento.**

**8.1. Estrutura de Controle Interno da UJ**

**Quadro A9.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				



Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p><b>Considerações gerais:</b>  A metodologia utilizada para o alcance das respostas apresentadas ao presente quadro foi a disponibilização desse a todos os servidores constantes do Rol de Responsáveis desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, para que assim formassem suas próprias opiniões e utiliza-las em debate na reunião de consolidação dos dados, portanto, houve consenso ou conhecimento das respostas apresentadas. Na referida reunião foram apresentadas algumas considerações sobre os itens, a saber:</p> <p>a) O Setor de Planejamento e Controle da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, desempenha algumas funções do Órgão de Controle, conforme atribuições do Regimento Interno. Funções essas de suma importância no contexto operacional da UJ, que mesmo com a deficiência no quadro de pessoal, desenvolve seu papel com eficiência e eficácia, principalmente, no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das ações do Órgão, bem como nas orientações aos gestores quanto a elaboração e detalhamento da Programação Operacional; e</p> <p>b) As questões apresentadas se mostraram bastante subjetivas e as percepções foram diversas, ou seja, diferentes níveis de compreensão sobre essas, o que dificultou o entendimento consensual, considerando assim que as questões elaboradas deveriam ser mais objetivas e diretas.</p>					
<p><b>LEGENDA</b>  <b>Níveis de Avaliação:</b>  <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.  <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.  <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.  <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  <b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços de obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.**

### **9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

**Quadro A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>			X		
<b>Considerações Gerais:</b>  <b>Item 5:</b> Relativamente baixo, tendo em vista a tímida substituição dos equipamentos, já que temos um projeto de reforma geral que contemplará esses quesitos.  <b>Item 12.</b> Por meio de recomendação por escrito da sede da Autarquia.  <p>Não houve muito avanço quanto à efetivação dos aspectos ambientais no âmbito desta Autarquia, em face dos entraves encontrados, tanto nos procedimentos de aquisições, como nas destinações dos descartes dos materiais e resíduos, haja vista a grande carência em nossa Região no que tange as Associações de catadores, já que as poucas que existe, não dispõem de estruturas físicas e econômicas para desempenhar suas atividades nos moldes desejáveis. Falta apoio dos Órgãos governamentais para solução dos problemas relacionados ao meio ambiente, pois envolve a sustentabilidade de todo o planeta.</p>					
<b><u>LEGENDA</u></b> <b>Níveis de Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**10. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.**

**10.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial**

**Quadro A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RONDÔNIA	7	7
	Porto Velho	2	2
	Ariquemes	1	1
	Guajará Mirim	2	2
	Pimenta Bueno	1	1
	Colorado do Oeste	1	1
Subtotal Brasil		7	7
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		7	7

Fonte: SPIU Net / 2010.

**Quadro A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373082	0003004105006	21	bom	0,03	30/8/2002	1.965.051,50	0	0
373082	0003002695000	15	Bom	0,01	30/8/2002	129.143,92	0	0
373082	0007000585006	21	Bom	0,01	30/8/2002	132.320,86	0	0
373082	0023000565007	21	Bom	0,01	30/8/2002	55.690,47	0	0
373014	0001000745004	15	Bom	0,01	30/8/2002	134.299,03	0	0
373014	0001000805007	21	Bom	0,01	30/8/2002	611.890,41	0	0
373013	0011000355009	21	Bom	0,01	30/8/2002	592.051,79	0	0
Total							0	0

Fonte: SPIU Net / 2010.

### **10.1.1. Análise crítica sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros**

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui cadastro dos Bens de uso Especial no SPIUnet, conforme informações constantes nos Subitens acima.

Complementando, os terrenos das Sedes Administrativas das Unidades Gestoras 373082 (Sede da SR-17/RO) e 373014 (UA Guajará Mirim), bem como, as UA Colorado do Oeste e UA Ariquemes, ainda não possuem registros cartoriais em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Quanto ao imóvel identificado pelo RIP nº. 0003003695000, destinado a residência oficial para os Superintendentes Regionais em gestão, encontra-se ocupado por terceiros; sendo a construção tombada em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mas o terreno encontra-se registrado em cartório em nome do terceiro ocupante.

Destaque-se que uma comissão constituída pelo Patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em Brasília procedeu a baixa em todos os imóveis cadastrados no SPIUnet, em razão dos imóveis funcionais não serem de “Uso Especial” e as Sedes Administrativas por razão da emancipação dos Projetos, conforme discriminação abaixo:

- UA Machadinho: 23 (vinte e três) residências funcionais e uma sede Administrativa, onde se encontra em funcionamento;
- UA Cujubim: 8 (oito) residências funcionais e uma Sede Administrativa;
- UA Urupá: 23 (vinte e quatro) e uma Sede Administrativa, onde se encontra em funcionamento, dando apoio administrativo;
- UA Bom Princípio: 11 (onze) residências funcionais e uma Sede Administrativa, onde se encontra em funcionamento dando apoio administrativo;
- UA Jaru: os 4 (quatro) imóveis baixados foram demolidos e o terreno cadastrados no cartório em nome de terceiros;
- UA Costa Marques: 2 (dois) imóveis, sendo uma sede administrativa (em péssimo estado de conservação) e um alojamento. Quanto a utilização do alojamento destaca-se que esse possui diversas finalidades, sendo: moradia de servidor e família; servidores em trânsito; e escritório de atendimento ao público. Vale dizer que foi cadastrado e cancelado junto ao SPIUnet;
- UA PIC Ouro Preto teve sua sede administrativa cadastrada e cancelada junto ao SPIUnet;
- UA Ji-Paraná tem sua sede administrativa sob disputa judiciária quanto sua dominialidade, portanto não foi cadastrado no SPIUnet.

São questões que a Administração desta Autarquia vem tratando de forma prioritária, mas com muita dificuldade, uma vez que não dispõe de pessoal suficiente para dirimir esta situação, além das resistências encontradas por ocupantes desses imóveis que há décadas ocupam os mesmos.

**11. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação - TI da UJ, contemplando os seguintes aspectos: Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de tecnologia da informação - TI.**

**11.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)**

**Quadro A.12.1 - GESTÃO DE TI DA UJ**

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	40%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<b>Considerações Gerais:</b> A metodologia utilizada para preenchimento do presente quadro foi através da análise conjunta entre a equipe da Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação - DET e do analista administrativo lotado no Núcleo de Tecnologia da Informação - TI desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. Dos 3 (três) servidores que atuam na TI da UJ, somente um compõe o quadro efetivo e 2 (dois) Técnicos em Informática, terceirizados da empresa Assistécnica Ltda.					
<p align="center"><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

**12. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n°s 5.355/2005 e 6.370/2008.**

**Quadro A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 373082		Limite de Utilização da UG: R\$ 100.00,00 (Cem mil reais)			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alice Leite Luctembag	387.052.632-20	Não Determinado	0,00	765,00	765,00
Amilton José Freire Guimarães	077.607.102-59	Não Determinado	0,00	16.430,00	16.430,00
Claudionor Rodrigues	040.342.522-00	Não Determinado	0,00	7.000,00	7.000,00
Julimar Lopes de Oliveira	199.534.534-20	Não Determinado	0,00	4.380,00	4.380,00
Maria da Conceição da Silva	060.611.682-68	Não Determinado	0,00	7.215,00	7.215,00
Rober Pinto de Oliveira	168.298.246-72	Não Determinado	0,00	1.734,00	1.734,00
Total utilizado pela UG			0,00	37.524,00	37.524,00
Total utilizado pela UJ			0,00	37.524,00	37.524,00

Fonte: Setor de Contabilidade.

**Quadro A.13.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (Série Histórica)**

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	0,00	0,00	117	18.153,90	18.153,90
2009	0,00	0,00	124	30.105,05	30.105,05
2010	0,00	0,00	114	37.524,00	37.524,00

Fonte: Setor de Contabilidade.

### 13. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

#### 13.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

**Quadro A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA					4139
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	020.184/2006-2	1723/2010	9 AGREGADO	OFÍCIO	OFÍCIO Nº 400/2010-TCU/SSECEX-RO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Incra - SUPERINT. REGIONAL/RO - MDA					4139
Descrição da Deliberação:					
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. IMPROPRIEDADE EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. CITAÇÃO. ACOLHIMENTO PARCIAL. MULTA.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA					4139
Síntese da providência adotada:					
01) Expedido OFICIO/INCRA/SR-17/A/Nº 097/2010 em 26/5/2010, a SECEX-RO, informando a impossibilidade de efetuar os descontos na folha de pagamento referente ao ex servidor, vez que o mesmo fora demitido do quadro de Pessoal do INCRA através da Portaria nº 36, assinada pelo Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário e publicada no D.O.U. de 27/4/2006; 02) Expedido MEMO/INCRA/SR-17/A-1/Nº 727/2010 em 7/10/2010, a Auditoria Interna - INCRA, informando o envio do OFICIO/INCRA/SR-17/A/Nº 097/2010 em 26/5/2010, a SECEX-RO, bem como encaminhando cópia do mesmo e de extrato de consulta processual, dando conta da ação proposta em 2009 e do seu andamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não houve resposta a comunicação expedida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram / prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve conclusão do objetivo uma vez que restam respostas a serem apresentadas pelas instâncias superiores, bem como da SECEX-RO.					

### 14. Outras Informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Esta Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO entende que no decorrer do presente relatório e anexos, estão apresentados todos os elementos considerados como relevantes para a avaliação da conformidade e o desempenho da gestão, não tendo, portanto mais o que acrescentar.



## PARTE B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

**B.I. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**

### Quadro B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA		373082	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Velho (RO)	Data	14/3/2011
Contador Responsável	JOÃO DARKS MORAIS BRANDÃO	CRC nº	AM 2304

## **PARTE C. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

**Informações específicas a constar do Relatório de Gestão - Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**

**C.I. Cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/nº 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:**

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 e alterações realizadas através da Lei nº 6.216 de 30/6/1975, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita:

Os cancelamentos estão sendo promovidos contenciosamente, conforme aportam na Procuradoria Federal Especializada desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, uma vez que a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Rondônia demonstrou, no exercício de 2010, que este procedimento seja adequado. No entanto, não existem instrumentos que consolidem as informações de forma a apresentar relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei nº 6.015 de 31/12/1973 e alterações realizadas através da Lei nº 6.216 de 30/6/1975.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior:

Esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não realizou, no exercício de 2010, medidas administrativas e judiciais junto ao Corregedor-Geral de Justiça, por observar através de experiências dos exercícios anteriores que o procedimento não obteve êxito.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correção e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotada:

Esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não detém informações de forma consolidada visando apresenta-las tal qual solicitada no presente item. Fato esse que decorre principalmente pelo reduzido número de servidores lotados no âmbito desta Regional, uma vez que a prioridade é designá-los para ações que direta ou indiretamente produzam resultados ao alcance das metas, ficando assim prejudicado o atendimento de diversas atividades que não culminam a esse fim.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento:

Existe sistema de controle dos cadastros rurais, nacionalmente instituído, que é o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, onde imóveis selecionados por fiscalização, desapropriação, recadastramento e divergência de informações declaradas, conforme Decreto nº 6.321 de 21/12/2007, que dispõe entre outros sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma da Amazônia, ficando esses impossibilitados de emitir o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, ou seja, com o código inibido.

Não sendo, portanto realizados trabalhos de cancelamentos de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR.

Contudo, o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR não emite relatório constando detalhamentos dos imóveis que se encontram com o código inibido, impossibilitando assim a extração de relação, ao nível de acesso desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, contendo os requisitos do presente item.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s):

Esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO através da Procuradoria Federal Especializada não encaminhou nenhum processo à Procuradoria-Geral do Estado, no exercício de 2010, por observar em exercícios anteriores que o procedimento não obteve êxito, tendo inclusive por vezes realizados despachos diretamente com o próprio Corregedor-Geral, optando assim por aforar todos os casos. Por tal razão tem-se mais de 50% das ações de cancelamento aforadas no país inteiro.

E, complementando a equipe do Setor de Cadastro Rural, composta de 4 (quatro) servidores, foi constituída comissão técnica, através da ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-17/RO/GAB/Nº 105/2010 datada de 29/10/2010, de acordo com a NORMA DE EXECUÇÃO/INCRA/DF/Nº 88 de 23/11/2009, visando a realização de todos os atos necessários à conclusão dos processos, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, quanto a autenticidade e legitimidade do domínio, materialização de imóveis rurais e ao cumprimento da função social da propriedade, bem como, promover as medidas administrativas e judiciais cabíveis, conforme determinado nos instrumentos legais vigentes, onde estão inseridos os imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha objeto da presente questão.

Assim, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2010, não instituiu cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha, no entanto, realizou alguns procedimentos administrativos a um acervo existente e denominado de Relatório de Controle de Processos de Fiscalização da Portaria nº 558/1999 abrangida atualmente pela Portaria nº 12/2006 contendo 90 imóveis rurais que perfazem o total de 2.485.892,8300 hectares, identificados até 31/12/2010. E para esses imóveis foram formalizados processos de fiscalização instruídos com Certidão de Inteiro Teor e Cadeia Dominial com as transações imobiliárias ocorridas e atualizadas após a formalização dos referidos processos, dos quais 27 processos foram encerrados e 63 processos se encontram ainda em trâmite.

O referido relatório apresenta as seguintes informações: código do SNCR, nome do imóvel, área em hectares, município de localização, nome do proprietário, número do processo administrativo, data de intimação, se possui georreferenciamento e elaboração de extrato de cadeia dominial ou não, e andamento atualizado mensalmente. Destacando que a principal causa da morosidade no trâmite desses processos deve-se em especial pelo número reduzido de procuradores federais, assim alguns dos referidos processos nunca aportaram no

Serviço de Fiscalização, mesmo sendo esses solicitados pelo Serviço ou pela Equipe constituída pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-17/RO/GAB/Nº 105/2010.

Assim, esclarece-se que a identificação do quantitativo de imóveis e suas respectivas áreas aproximadas ocorreram através de extração do banco de dados denominado Mapa de Controle de Fiscalização - MCF existente em 2006, e enviado a Superintendência Regional do Estado de Rondônia - SR-17/RO pela Divisão de Fiscalização de Brasília àquela época, visando assim o início das atividades no âmbito deste Estado.

## **C.II. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.**

Antecedendo a apresentação das principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício, é necessária análise de quais os objetivos a serem alcançados, assim, vislumbrando que a extensão escolhida pelo governo da Presidenta Dilma foi a pobreza, para a qual não é possível aceitar outra meta que não a sua erradicação, haja vista seu lema “Brasil - País Rico é País sem Pobreza”.

Convém ressaltar que o presente texto visa dar consequência à missão e aos resultados esperados pela sociedade, mas somente os que estão, de fato, legal e politicamente autorizados. Não tendo a pretensão de responder a reivindicações vazias, ou meramente ideológicas, para as quais não existam instrumentos legais disponíveis e, tão pouco, não seja o objetivo declarado e autorizado para Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

### **Das políticas agrárias de combate à pobreza e à pobreza extrema no meio rural brasileiro**

Inicia-se, com o novo governo, a composição de um grande projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico para o país em bases democráticas, distributivas e sustentáveis.

Sem dúvida, a expectativa dos trabalhadores é muito maior do que as possibilidades do governo em dar respostas, sobretudo em razão de empecilhos legais e a reduzida capacidade operacional do instituto responsável por gerir as questões agrárias.

#### **Das ações de mitigação**

Propor ações possíveis de políticas agrárias de combate à pobreza e à pobreza extrema rurais considerando: concentração; público potencial; local de maior resiliência da pobreza extrema; condição de inclusão injusta na agricultura familiar dos agricultores e agricultoras familiares pobres e extremamente pobres, que não conseguem transpor as barreiras de acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural disponíveis, tão pouco às políticas sociais de direitos universais, donde são invisíveis, obedecendo a subdivisão conforme a presença do principal fator de produção: a terra.

#### **Para Agricultores e Agricultoras com Terra Suficiente**

Ampliação qualificada das atuais políticas públicas de desenvolvimento social e econômico, ressaltando-se a importância da adaptação das ações para a realidade do meio rural e para as características intrínsecas das famílias de agricultores e agricultoras pobres e extremamente pobres, especialmente no que diga respeito às barreiras de acesso.

No tocante ao subconjunto das famílias já assentadas na Reforma Agrária, postula-se identificar aquelas que ainda se encontram em vulnerabilidade e dotá-las de prioridade nacional, com a finalidade de acelerar os processos de implantação e desenvolvimento de seus projetos de assentamento.

#### **Para Agricultores e Agricultoras Sem-Terra**

Aprimorar os processos de cadastramento e identificação de candidatos, diferenciando favoravelmente mulheres, inclusive as jovens e solteiras, foque nas famílias mais pobres e assuma uma postura ativa, capaz de alcançar o conjunto dos demandantes.

Especialmente aqueles que não estão integrados aos movimentos sociais e mobilizados nos acampamentos.

Captar políticas sociais para o período de espera das famílias cadastradas até o acesso à terra, buscando assegurar as condições mínimas de moradia, saneamento e serviços de proteção social.

### **Para Agricultores e Agricultoras com Terra Insuficiente**

Público estimado em 1 milhão de indivíduos sobrevivendo em extrema pobreza em minifúndios de até 2 hectares, configurando o maior desafio do combate à pobreza e à pobreza extrema no meio rural, pois são invisíveis para a maioria das políticas de desenvolvimento sócio-econômico.

Estes indivíduos estão incluídos injustamente na agricultura familiar e, por isso, não conseguem superar as barreiras de acesso às políticas de crédito (inclusive fundiário) e assistência técnica e sua pulverização localizada nas áreas mais remotas contribui para restringir a presença da rede de proteção social, donde a dificuldade de lhes transferir renda e assegurar educação e saúde. Por outro lado, como são possuidores de terra, mesmo que insuficiente, não são facilmente captados pela política de reforma agrária.

Para este público propõe-se um amplo Reordenamento Agrário nas seguintes bases: Estudos preliminares, para encontrar os territórios rurais mais deprimidos e dar-lhes prioridade para o investimento público.

Cadastramento massivo das famílias minifundiárias para iniciar a regularização fundiária dos posseiros e canalizar as ações da rede de proteção social.

Elaborar Planos Locais de Desenvolvimento Agrário para as comunidades identificadas, onde os níveis de pobreza recomendem ações emergenciais. Os Planos Locais de Desenvolvimento Agrário devem visar à captação dos recursos necessários para que cada comunidade alcance a segurança alimentar e um patamar mínimo de qualidade de vida.

Concomitante à elaboração e implantação dos Planos Locais de Desenvolvimento Agrário, promover a massiva titulação das propriedades familiares, para viabilizar o início do processo de inclusão produtiva.

Operar o reordenamento agrário nestas comunidades com base na legislação da colonização, complementando as ações de regularização fundiária obtendo pela compra (ou retomada) grandes propriedades rurais, próximas às comunidades, para implantar Projetos Coletivos de Economia Solidária, voltados para a produção de alimentos e agregação de valor que destravam a baixa produtividade do trabalho e elevem a renda das famílias pobres e extremamente pobres através do trabalho agrícola assalariado.

Desenvolver os Projetos Coletivos de Economia Solidária a partir de uma escala razoável, com financiamentos assegurados e adotar neles tecnologias apropriadas, intensivas em capital e trabalho para contratar neles a mão de obra das próprias famílias, por meio de cooperativas de produção e trabalho solidárias e, incrementar a renda do trabalho agrícola delas, inserindo-as diretamente no processo produtivo, sob um regime de capacitação em trabalho capaz de impactar positivamente a produção familiar.

Estas propostas articulam indissociavelmente terra, trabalho e capital e devem ser tomadas apenas no conjunto, é por isso que são definidas como agrárias.

Elas partem do pressuposto que no meio rural o maior determinante da pobreza de agricultores e agricultoras familiares é a insuficiência (ou ausência) do principal fator produtivo, a terra.

Para desarmar esta armadilha que prende as famílias na miséria é necessário partir da realidade na qual elas estão inseridas, compreendendo-a para agir de forma eficaz sobre as forças presentes, especialmente aquelas que impedem as pessoas de viver como valorizam e de se organizarem para prosperar.

Lembrando ainda que a reforma agrária é estratégica para o desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista econômico, social, político e ambiental. Por outro lado, sua efetiva aplicação trata-se de decisão política.

Necessário esclarecer que a erradicação da pobreza só ocorrerá com a realização da justiça social no campo. Para a produção de qualidade a agricultura familiar é fundamental, e somente a reforma agrária de verdade garantirá a democratização da terra e distribuição de renda levará qualidade de vida ao meio rural.

Por consequência as principais ações mitigadoras são: reestruturação da capacidade operacional do instituto criado para gerir as questões agrárias; capacitação e qualificação dos servidores; e dissolução de quaisquer sobreposições de competências entre ministérios e autarquia.

*“Propostas que articulam indissociavelmente terra, trabalho e capital, são definidas como agrárias.*

...

*O determinante da pobreza de agricultores e agricultoras é a insuficiência (ou ausência) do principal fator produtivo:  
A TERRA.”*

Roberto Kiel  
Diretor de Gestão Estratégica INCRA

### C.III. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>								
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5.868/1972, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividida pela superfície total da área abrangida pela jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha)) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados - disponíveis no SNCR.  Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) - conforme disponível em www.ibge.gov.br.	$\frac{(30.613,159 / 23.757.621,20) * 100}{= 128,85\%}$
Índice de Análise de Processos de Certificação de Imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício - conforme indicado nos Sistemas SISPROT, SIR e Comitês de Certificação Estaduais.  Número de processos de certificação protocolados no exercício - conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês de Certificação Estaduais.	$\frac{(944.869,73 / 362.107,51) * 100}{260,93} =$
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6.992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados - conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.  Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado - conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	$(72 / 7.695) * 100 = 0,93$

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária e Implantação de projetos de Assentamento</b>								
Índice de Gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Reais / hectare	(Valor total de indenizações (desapropriações) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividido pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício) no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras - gastos no Programa 135 / ação 4460 - SIAFI e SIR.	(6.651,951,78 / 2.996,4224) = 2.219,96
							Quantidade de terras obtidas no nível de agregação - conforme a publicação do Decreto - SIR e SIPRA.	
Índice de Protocolos de Licença Ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA (s) com processo de licenciamento ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA (s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de licenças ambientais protocoladas no exercício, dividido pelo número de licenças ambientais expedidas no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de PA (s) com licença ambiental protocolada - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	(13 / 3) * 100 = 433,33
							Quantidade de PA (s) com licença ambiental expedida - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com Licença Ambiental em Vigor	Indica o percentual de PA (s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de assentamentos com licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	(0 / 128) * 100 = 0
							Quantidade total de PA (s) federais - SIPRA.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
-----------	-----------	-----------	---------------	---------------	---------	---------	-------	-----------



**Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento**

Índice de provimento de PDA / PRA	Expressa a quantidade de projetos de assentamento com PDA / PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de projetos de assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de assentamentos jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de assentamentos com PDA / PRA aprovado pelo INCRA - SIR.	(35 / 128) * 100 = 27,34
							Quantidade total de assentamentos jurisdicionados - SIPRA.	
Índice de Acesso a Estradas Transitáveis ou Outras Vias de Transporte Adequado ao Escoamento da Produção até as Unidades Produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício - conforme avaliado pelas equipes de assistência técnica atuantes nos PA (s) e SIR.	(1.580 / 649) * 100 = 243,45
							Número total de famílias assentadas no exercício - SIPRA.	
Índice de Acesso à Moradia nos Assentamentos	Expressa o acesso à moradias nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício - conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR.	(165 / 649) * 100 = 25,42
							Número de famílias assentadas no exercício - conforme constante do Sistema SIPRA.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
-----------	-----------	-----------	---------------	---------------	---------	---------	-------	-----------

**Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento**

Índice de Provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela assistência técnica.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de famílias atendidas por assistência técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por	$\frac{7.980}{19.522} * 100 = 40,87$
							Número de famílias dos A (s) - conforme constante do Sistema SIPRA.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<b>Quantidade de parcelas supervisionadas</b> - conforme informação a ser controlada nos Sistemas SIPRA / SIR.	$\frac{(145 / 19.522)}{100} = 0,74$
							Quantidade total de parcelas por nível de agregação - SIPRA / SIR.	
Número de Projetos Ambientalmente Diferenciados Implantados	Expressa o número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA n°s 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<b>Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período</b> - SIPRA e definição das Portarias INCRA n°s 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006.	17 Reservas Extrativistas.
Índice de Consolidação de Assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de famílias assentadas em PA (s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA (s) criados pelo INCRA, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<b>Número de famílias assentadas em PA (s) consolidados, conforme NE 09/2001</b> - SIPRA e apurado pela assistência técnica.	$\frac{(16.292 / 36.111)}{100} = 45,11$
							Número total de famílias existentes nos PA (s) criados pelo INCRA - SIPRA.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
-----------	-----------	-----------	---------------	---------------	---------	---------	-------	-----------

Área: Gestão Administrativa								
Índice de Abrangência de Capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da autarquia.	$(151 / 348) * 100 = 43,39$
Índice de Horas de Capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Horas / funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$(1.131 / 348) = 3,25$

Dos 194 (cento e noventa e quatro) projetos de assentamento jurisdicionados a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, somente 128 (cento e vinte e oito) projetos de assentamento estão na fase de consolidação, logo, excluiu-se os 45 (quarenta e cinco) projetos de assentamento consolidados e as 21 (vinte e uma) Reservas Extrativistas.

Das 36.111 (trinta e seis mil, cento e onze) famílias assentadas no Estado de Rondônia, somente 19.522 (dezenove mil quinhentos e vinte e duas) famílias estão assentadas em projetos de assentamento em fase de consolidação, logo, excluíram-se as 16.292 (dezesseis mil duzentos e noventa e duas) famílias assentadas nos projetos de assentamento consolidados e as 297 (duzentos e noventa e sete) famílias reconhecidas nas Reservas Extrativistas.

Para o cálculo do Índice de Análise de Processos de Certificação de Imóveis foram consideradas todas as certificações concluídas no exercício, ou seja, 196.973,51 ha referem-se às áreas com análises iniciadas e concluídas no exercício de 2010, e 747.896,22 ha referente às áreas que tiveram o processo de análise iniciado em exercícios anteriores e concluído no exercício de 2010.

Gradativamente os indicadores, na forma como apresentados no item acima, vêm sendo utilizados com instrumento de análise quanto o direcionamento das ações empreendidas ao longo do exercício.

Somada a utilização dos referidos indicadores ainda foram promovidas, no exercício de 2010, reuniões com o objetivo de analisar a gestão das atividades desempenhadas, e o alcance ou não das metas planejadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O problema de acesso à propriedade da terra vem desde a remota antiguidade, processando-se movimentos agrários como a luta da plebe contra os patrícios e a nobreza, tanto na Grécia quanto na Roma.

No Brasil, a ocupação pela dita civilização iniciou-se há pouco mais de meio século, teve a organização agrária, inicialmente durante o período colonial, submetida às ordenações do reino luso, destacando-se a concessão de capitanias hereditárias e o regime de sesmarias, e, as vésperas da proclamação da independência essas concessões foram abolidas.

Na primeira fase do período imperial o Brasil ficou cerca de vinte e oito anos sem instrumentos normativos de concessão de terras, até que fosse promulgada a primeira lei brasileira de terras em 1.850, iniciando o período de legalidade, fundado na lei agrária. A partir de então, as terras devolutas ficam no domínio da fazenda pública nacional.

Proclamada a república e com o advento da primeira constituição republicana (segunda constituição nacional), as terras devolutas passam para o domínio dos Estados federados e assim permanecem até os dias atuais, ficando esses responsáveis pela concessão das terras devolutas, seja pela legitimação de posse, regularização fundiária ou alienação de terras públicas, exceto as localizadas na faixa de fronteira e outras de propriedade da união.

Os atos formais de concessão de terras em território rondoniense apenas ocorreram a partir do período republicano, através dos Estados do Mato Grosso e Amazonas, depois, precariamente, com a criação do Território Federal, até que se instalasse o instituto de reforma agrária, o qual passou por diversas reformulações, chegando a atual estrutura e denominação de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A partir de 1.968 o governo federal assumiu a organização da estrutura fundiária, assim o Estado de Rondônia não teve sob seu domínio as terras devolutas, uma vez que essas inexistiam à época de sua criação, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ter promovido a arrecadação das terras devolutas do então Território Federal de Rondônia para o domínio da União.

Rondônia é um Estado que nasceu sem terras dominiais, conseqüentemente não influi na organização da estrutura fundiária local, ônus exclusivo do governo federal, fato que vem sendo reclamado pelos seus agentes políticos, reivindicando a transferência das terras da União, localizadas fora da faixa de fronteira, para o domínio desta unidade federada.

A ocupação do território rondoniense foi marcada por vários eventos, das expedições exploratórias aos ciclos econômicos, destacando-se, por último, o ciclo agropecuário iniciado há cerca de quarenta anos.

Foi no ciclo agropecuário que ocorreu a destacada participação do governo federal no ordenamento da estrutura fundiária do Estado de Rondônia, notadamente através das ações de discriminação e arrecadação das terras devolutas, legitimação da posse, regularização fundiária, alienação de terras públicas, colonização e assentamentos de trabalhadores rurais nas diversas modalidades de projetos agrários. Em decorrência dessa intervenção estatal federal, a partir de 1.977 teve início as criações de novos municípios, a partir dos dois que integravam o Território Federal à época, chegando aos atuais cinquenta e dois.

Essa intervenção na estrutura fundiária de Rondônia priorizou a organização agrária no sistema de pequenas propriedades rurais, priorizando os grandes Projetos de Colonização Oficial, assentando famílias em áreas médias de cem e depois de cinquenta hectares, assim como as legitimações de posse eram limitadas a essa metragem, e na regularização fundiária ou alienação de terras públicas ocupadas predominava a pequena propriedade.

Resultando no menor índice de concentração fundiária dos Estados da Região Norte e do país, o que indubitavelmente o esforço despendido pelo governo federal foi válido,

transformando os latifúndios compreendidos pelos vastos seringais improdutivos detidos por poucos seringalistas, em uma configuração de pequenas propriedades beneficiando milhares de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Assim, as políticas públicas levadas a termo pelo Estado brasileiro, com destaque para a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA determinaram a melhor distribuição de terras rurais no Estado de Rondônia, resultando na desconcentração dessas, significando que, houve a promoção da justiça social.

E, em continuidade a esse trabalho que historicamente teve destaque no Estado de Rondônia, no exercício de 2010, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA através da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, de forma integrada, prosseguiu a busca pelo atendimento aos anseios do público-alvo, viabilizando ações de criação de projetos de assentamentos; cadastro, seleção e homologação de famílias trabalhadoras rurais; vistoria de avaliação e de levantamento de dados; condutas de conscientização e de recuperação ambiental; concessão de documentos titulatórios (provisórios ou definitivos); gerenciamento e fiscalização de imóveis rurais; concessão de créditos para construção e recuperação de habitações; capacitação e formação profissional; disponibilização de vias de acesso transitáveis; entre outras que representam um universo de atividades planejadas de implementação da Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, contribuindo para o alcance do desenvolvimento rural sustentável e inclusão social, ou seja, foi destaque no presente relatório a realização do conjunto de medidas que buscam promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse e uso, além do acesso aos meios de produção agrícola pelos trabalhadores rurais.

Ressalta-se, a propósito, que a agricultura familiar é uma forma de produção presente em todo mundo, no Brasil e também no Estado de Rondônia é o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas, desta forma, buscou-se ao longo do exercício de 2010, a integração de atividades, que seu êxito não pode ser medido apenas pelo número de famílias assentadas, mas principalmente, pela contribuição dessas no desenvolvimento da região onde estão inseridas, gerando qualidade de vida, influenciando de forma positiva tanto social, econômica como ambientalmente.

Almejou-se também a superação no desafio de harmonizar as estratégias de desenvolvimento Regional, articulando políticas públicas em sintonia com as necessidades das populações, tendo como eixo a agricultura familiar, a Reforma Agrária e o Ordenamento Fundiário, de forma que esses significassem aos atores dessa missão um marco indelegável no processo de constante melhoria.

Conseqüentemente, o presente relatório de gestão não se conteve ao preenchimento das informações requeridas pelos normativos dos órgãos de controle, ou a manifestação de “prestar contas” à sociedade quanto a condução dos gastos públicos, mas também e principalmente ao fornecimento de uma visão ampla das atividades precípuas que esta Autarquia executou no exercício de 2010, e da sua importância social, econômica e ambiental no Estado de Rondônia.

Porto Velho-RO, 15/3/2011.

CARLINO LIMA  
Superintendente Regional  
INCRA/RO

MARIA ELAYNE FRIOZO DE PONTES  
Assistente Técnico  
Planejamento e Controle

## **ANEXOS**

---

## ANEXO I - DESPESAS CONTRATUAIS

**Tabela I.I. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339030)**

Valores em R\$ 1,00

Empresa	Tipo de Serviço Prestado	Valor
S. O. S. CAR Peças e Serviços Ltda.	Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Toyota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar lotados na sede desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia.	255.175,34
DIFRANCO Auto Peças Ltda.	Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Toyota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar lotados na sede desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia.	82.519,93
RONDONORTE Comercio De Peças E Acessórios Automotivos Ltda	Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Toyota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar lotados na sede desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia.	41.522,54
Comercio de Combustíveis E Lubrificantes JK Ltda.	Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais do INCRA na sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	117.050,69
HILGERT & CIA Ltda.	Fornecimento de óleos lubrificantes, destinados aos veículos oficiais do INCRA na sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e suas Unidades subordinadas.	10.666,80
Eduardo Lino da Silva	Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais do INCRA na sede da Unidade Avançada de Machadinho do Oeste - RO.	28.317,52
Marechal Auto Posto Ltda.	Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais do INCRA na sede da Unidade Avançada de Colorado do Oeste - RO.	4.996,46
T. F. de Paula Comercio Ltda.	Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais do INCRA na sede da Unidade Avançada de Guajará Mirim - RO.	89.846,00
PETROBRASIL Ltda.	Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais do INCRA na sede da Unidade Avançada de Ji-Paraná - RO.	57.059,34
Cláudio Ferreira de Lima Representações	Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais do INCRA na sede da Unidade Avançada de Ariquemes - RO.	40.033,37
S. Lemes Combustíveis - ME	Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais do INCRA na sede da Unidade Avançada de Pimenta Bueno - RO.	45.196,05
L. F. IMPORTS Ltda.	Serviços manutenção periódica e obrigatória de 2 (dois) veículos de marca Mitsubishi, modelo L-200 de placas NDW-2170 e NDW-2160, pertencente ao acervo patrimonial do INCRA em Rondônia.	13.441,30
<b>Total</b>		<b>785.825,34</b>

Fonte: Divisão de Administração.



**Tabela I.II. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339033)**

Valores em R\$ 1,00

<b>Empresa</b>	<b>Tipo de Serviço Prestado</b>	<b>Valor</b>
VIP'S Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres rodoviário para todo território nacional, principalmente entre os municípios do Estado de Rondônia, para uso dos servidores do INCRA, nos deslocamento em serviço da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	75.244,51
VOA Brasil Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres rodoviário para todo território nacional, principalmente entre os municípios do Estado de Rondônia, para uso dos servidores do INCRA, nos deslocamento em serviço da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	193.470,87
<b>Total</b>		<b>268.715,38</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela I.III. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339037)**

Valores em R\$ 1,00

<b>Empresa</b>	<b>Tipo de Serviço Prestado</b>	<b>Valor</b>
NORSERTEL Vigilância e Transporte De Valores S/A	Prestação de serviços de vigilância armada para atender a sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO., e as Unidades Avançadas de Guajará Mirim, Ariquemes, Jí Paraná e Pimenta Bueno.	652.706,70
NORSERTEL Vigilância e Transporte De Valores S/A	Prestação de serviços de vigilância armada para atender a sede das Unidades Avançadas de Colorado do Oeste e Machadinho do Oeste.	169.200,60
IMPERIAL Rondônia Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos para Terceiros Ltda.	Prestação de serviços de limpeza e higienização, com fornecimento de materiais, mão-de-obra qualificada e habilitada na sede da Superintendência regional do INCRA em Rondônia.	294.403,52
TEC LIMP Serviços E Limpeza Ltda.	Prestação de serviços de limpeza e higienização, com fornecimento dos materiais, mão-de-obra qualificada e habilitada na sede das Unidades Avançadas de: Guajará Mirim, Ariquemes, Machadinho do Oeste, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Colorado do Oeste - RO.	154.012,90
TEC LIMP Serviços E Limpeza Ltda.	Prestação de serviços de suporte administração e de apoio operacional de: 6 (seis) recepcionista, 2 (duas) telefonista, 2 (duas) copeira, 1 (um) auxiliar administrativo e 2 (dois) assistente administrativo na sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	254.955,23
<b>Total</b>		<b>1.525.278,95</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela I.IV. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339039)**

Valores em R\$ 1,00

<b>Empresa</b>	<b>Tipo de Serviço Prestado</b>	<b>Valor</b>
Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD	Prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto na sede das Unidades Avançadas, subordinadas a Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	38.732,56
- Centrais Elétricas De Rondônia - CERON	Prestação de serviços de fornecimento e energia elétrica na sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO e suas Unidades Avançadas subordinadas.	462.974,40
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Prestação de serviços de transportes de malotes, na sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO e suas Unidades Avançadas subordinadas	30.979,60
- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.	Prestação de serviço de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório das viaturas do INCRA, na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	83.239,07
- F - 3 Comercial Ltda.	Prestação de serviços reprográficos e cópias xerográficas e disponibilização de equipamentos com fornecimento de insumos (papeis, toners, etc.) assistência técnica necessária e manutenção preventiva e corretiva, tudo por conta e responsabilidade da empresa contratada, destinados a atender as necessidades da sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia e suas Unidades Avançadas.	83.239,07
- Espaço do Saber Ltda.	Prestação de serviços reprográficos e cópias xerográficas e disponibilização de equipamentos com fornecimento de insumos (papeis, toners, etc.) assistência técnica necessária e manutenção preventiva e corretiva, tudo por conta e responsabilidade da empresa contratada, destinados a atender as necessidades da sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia e suas Unidades Avançadas.	7.568,57
- Ednilson Rici dos Santos	Prestação de serviços de confecção de chaves e carimbos para atender a Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	6.513,36
- TÉKIOS Engenharia Ltda.	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e acessórios, em aparelhos de ar condicionados, refrigeradores, congeladores e bebedouros na sede da Superintendência regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	40.699,92
- Assistência, Comercio de Computadores Ltda.	Contratação de 2 (dois) postos permanentes de técnicos em hardware, para prestação de serviços de manutenção de computadores e suporte a usuário na sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	85.488,00
- BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviços de telefonia local e longa distância, fixo comutado inter regional e intra regional na sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO e suas Unidades Avançadas subordinadas.	130.062,05
- 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	Prestação de serviços móvel pessoal (SMP) local pós-pago para atender a sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia e suas Unidades Avançadas subordinadas.	15.583,78
- BRASIL TELECOM S/A (Internet)	Prestação de serviços de acesso à Internet banda larga, na sede das Unidades Avançadas de Machadinho do Oeste e Colorado do Oeste - RO.	13.553,33
- BRASIL TELECOM S/A (Internet)	Prestação de serviços de acesso à Internet banda larga, na sede das Unidades Avançadas de Guajará Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná e Pimenta Bueno - RO.	38.149,79

<b>Empresa</b>	<b>Tipo de Serviço Prestado</b>	<b>Valor</b>
- AMERICEL S/A	Prestação de serviços móvel pessoal (SMP) local pós-pago para atender a sede da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia e suas Unidades Avançadas subordinadas.	12.929,95
- TESACOM do Brasil Comunicações Ltda.	Prestação de serviços e INMARSAT, instalados em ônibus, tipo SAC, incluído ativação e operação pelo sistema INMARSAT, broadband global, área network por intermédio de cartão SIM (subscriber Identity Module Card) na Superintendência Regional do INCRA em Rondônia.	41.700,00
- S. O. S. CAR Peças E Serviços Ltda.	Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Toyota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar lotados na sede desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia.	80.939,40
- DIFRANCO Auto Peças Ltda.	Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Toyota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar lotados na sede desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia.	33.447,62
- RONDONORTE Comercio de Peças e Acessórios Automotivos Ltda.	Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Toyota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar lotados na sede desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia.	20.580,80
- Fundo Regional de Engenharia, Arquitetura E Agronomia - CREA/RO.	Prestação de serviços de taxas para obtenção de ART'S, referente aos laudos de vistorias elaborados pelos técnicos do INCRA na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	1.211,50
- Fundo Especial de Proteção Ambiental - FEPRAM.	Prestação de serviços de Taxas de Licença Prévia - LP e Licença de Instalação e Operação - LIO pela Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	71.678,52
- L. F. IMPORTS Ltda.	Serviços manutenção periódica e obrigatória de 2 (dois) veículos de marca Mitsubishi, modelo L-200 de Placas NDW-2170 e NDW-2160, pertencente ao acervo patrimonial do INCRA em Rondônia.	71.678,52
<b>Total</b>		<b>1.241.823,71</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela I.V. Quadro de despesas contratuais realizadas no exercício 2010 (Natureza de Despesa: 339139)**

Valores em R\$ 1,00

<b>Empresa</b>	<b>Tipo de Serviço Prestado</b>	<b>Valor</b>
IMPrensa NACIONAL	Prestação de serviço de distribuição da publicidade legal, imprensa e/ou eletrônica de interesse da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	32.443,68
- EBC S/A	Prestação de serviço com publicação oficial no Diário oficial da União de interesse da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO.	39.524,02
<b>Total</b>		<b>71.967,70</b>

Fonte: Divisão de Administração.

## ANEXO II. PROCESSOS LICITATÓRIOS

**Tabela II.I. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - MODALIDADE PREGÃO**

Valores em R\$ 1,00					
Pregão Nº	Motivo da Contratação / Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
01	Registro de preços para fornecimento, mediante pessoa jurídica especializada, de combustível veicular (gasolina e óleo diesel), bem como de óleos lubrificantes para os veículos oficiais pertencentes à frota do Incra/RO das Avançadas.	54300.00080/2010-28	883.713,00	811.320,00	72.393,00
02	A contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações para prestação mensal e continuada de serviço Móvel Pessoal (SMP) - sistema pós-pago, na modalidade local, de 15 acessos homologados com fornecimento de 15 aparelhos digitais com as respectivas linhas telefônicas, em regime comodato, em conformidade com a Lei Geral das Telecomunicações e demais normas regulamentadoras emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e de acordo o Perfil de Tráfego da Superintendência Regional SR-17/RO e suas Unidades Avançadas sob sua jurisdição. Valor Global Anual para 12 meses.	54300.00155/2010-71	24.000,00	23.589,36	410,64
03	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviço de fornecimento de bilhetes de passagens aéreas e terrestres, nas classes econômica e executiva, em âmbito nacional.	54300.00476/2010-75	250.000,00	227.000,00	23.000,00
04	Central telefônica digital tipo CPA-T, com 1 tronco digital E1 de 30 canais com sinalização R2-Digital(para utilização em tempo oportuno); com rota de menor custo automática para implantação futura de Gateways voip, Gateways de celular e demais acessórios para economia em ligações; com 24 linhas-tronco analógico (composto por placas com 4 tronco); 136 ramais analógico (composto por placa com 8 ramais), conforme especificações técnicas no Termo de Referência Anexo I do Edital de Licitação.	54300.00154/2010-26	30.000,00	19.320,00	10.680,00
05	Confecção de capa de processo, formato 04,4 X 0 em policromia no papel 180g fosco, com uma dobra, conforme modelo anexo VII, conforme especificações no Termo de Referência Anexo I.	54300.01032/2010-57	27.600,00	8.100,00	19.500,00

Pregão Nº	Motivo da Contratação / Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
06	Serviços de agrimensura para medição de imóveis rurais através de receptores de sinais de satélites de posicionamento e poligonais para fins topográficos (LEVANTAMENTO/DEMARCAÇÃO), os quais consistem em georrefenciamentos de aproximadamente 150 vértices de aproximadamente 70 parcelas rurais distribuídas no interior do perímetro de área destinada ao Projeto de Assentamento União da Vitória, bem como o perímetro do mesmo, observadas as disposições do Anexo I do Edital.	54300.01794/2010-53	168.531,10	104.000,00	64.531,10
07	Fretamento/locação, mediante pessoa jurídica especializada que opere no ramo de transporte fluvial, de uma embarcação com capacidade para 70 passageiros, com piloto, para atender os mutirões itinerantes do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.	54300.001620/2010-91	-	Licitação Revogada	-
08	A prestação de serviços reprográficos com disponibilização de equipamentos (observada a necessária manutenção preventiva e corretiva dos mesmos), fornecimento de insumos e assistência técnica, observadas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).	54300.01604/2010-06	310.200,00	148.800,00	161.400,00
09	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços Telefônico Fixo Comutado (STFC) Local, em conformidade com a Lei Geral das Telecomunicações e demais normas regulamentadoras emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a serem prestados na Sede da Superintendência Regional SR-17/RO e suas Unidades Avançadas, conforme condições e especificações quantidades discriminadas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação.	54300.001850/2010-50	Item 1 - Item 2 - 169.244,76	Item Deserto 169.160,36	Deserto 84,40
10	O fretamento/locação, mediante pessoa jurídica especializada que opere no ramo de transporte fluvial, de uma embarcação com capacidade para 70 passageiros, com piloto, para atender os mutirões itinerantes do Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.	54300.001620/2010-91	15.000,00	14.000,00	1.000,00
11	Aquisição de LONA PLÁSTICA, ESPESSURA 200 MICRA, LARGURA 8 M, COMPRIMENTO 100 M, COR PRETA.	54300.01894/2010-80	140.800,00	118.650,00	221,50
12	Contratação de prestação de serviços de Limpeza e Conservação da SEDE do INCRA-SR-17/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I, do Edital de Licitação.	54300.002056/2010-23	388.930,92	299.299,68	89.631,24

Pregão Nº	Motivo da Contratação / Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
13	Contratação de serviço continuado de Vigilância Armada, com execução indireta mediante o regime de empreitada por preço global para atender às necessidades da Sede da Superintendência Regional SR-17/RO e Unidades Avançadas sob sua jurisdição, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	54300.002044/2010-07	913.751,40	913.740,96	10,44
14	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Internet Banda Larga, modalidade corporativa, nas Unidades Avançadas do INCRA/RO localizadas nas cidades de Buritis e Jaru Estado de Rondônia.	54300.002105/2010-28	-	DESERTA	-
15	Prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Local, em conformidade com a Lei Geral das Telecomunicações e demais normas regulamentadoras emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a serem prestadas na Sede da Superintendência Regional - SR-17/RO e suas Unidades Avançadas, conforme condições especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência Anexo I, do Edital de Licitação.	54300.002124/2010-54	-	DESERTA	-
16	Registro de preços para fornecimento, mediante pessoa jurídica especializada, de combustível veicular (gasolina e óleo diesel), bem como de óleos lubrificantes para os veículos oficiais pertencentes à frota do Incra/RO: Sede e Unidades Avançadas de Guajará Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Colorado Do Oeste.	54300.002137/2010-23	1.635.650,00	1.438.900,00	196.750,00
17	Prestação de serviços de acesso à Internet Banda Larga, MODALIDADE CORPORATIVA mais Unidades Avançadas do INCRA localizadas nas cidades de Buritis e Jaru/RO, utilizando, PREFERENCIALMENTE, a tecnologias AQDSL (linha de assinatura Digital assistétrica) com IL Dedicado e, quando indisponível, tecnologias com qualidade, conforme especificações técnicas no Termo de Referência Anexo I do Edital de Licitação.	54300.002105/2010-28	-	Licitação Deserta	-
18	Prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Local, em conformidade com a Lei Geral das Telecomunicações e demais normas regulamentadoras emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a serem prestadas na Sede da Superintendência Regional - SR-17/RO e suas Unidades Avançadas, conforme condições especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência Anexo I, do Edital de Licitação.	54300.002124/2010-54	-	DESERTA	-
<b>Total da Modalidade Pregão</b>			<b>4.957.421,18</b>	<b>4.295.880,36</b>	<b>639.612,32</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela II.II. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS**

Valores em R\$ 1,00

<b>Tomada de Preços N°</b>	<b>Motivo da Contratação / Objeto</b>	<b>Processo</b>	<b>Valor Estimado</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Economia</b>
01	Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de infraestrutura em projetos de assentamentos, relativas à construção de pontes de madeira em estradas vicinais, integrantes dos sistemas viários rurais, planejados para os mesmos, de acordo com o Projeto Básico, Edital de Licitação, Contrato, Projetos, Especificações Técnicas, as Normas vigentes e exigências legais.	54300.001853/2010-93	921.302,94	772.626,64	148.676,30
<b>Total da Modalidade Tomada de Preços</b>			<b>921.302,94</b>	<b>772.626,64</b>	<b>148.676,30</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela II.III. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

<b>Dispensa N°</b>	<b>Motivo da Contratação / Objeto</b>	<b>Processo</b>	<b>Favorecido(s) / Vencedor(es)</b>	<b>Valor Contratado</b>
01	Transporte mobiliário de PVH/BSB/DF.	54300.0197/2010-10	<b>Transp. Oriental Mud. e Cargas Ltda.</b>	4.200,00
02	Serviços de desinsetização e descupinização.	54300.0346/2010-32	<b>SUPERDREAM Saneamento Ambiental</b>	7.500,00
03	Pagamento de inscrição de dois servidores no Curso Avançado de Licitações e Contratos.	54300.0691/1010-76	<b>TREIDE - Apoio Empresarial Ltda.</b>	3.580,00
04	Aquisição de 16cx de Ribons p/impressora , para atender o Programa de documentação Mulher Trabalhadora Rural.	54300.0477/2010-10	<b>RAI-TAI Centro Oeste Prod. Ltda.</b>	7.200,00
05	Contratação de fretamento de uma embarcação, para os serviços do Programa da Mulher Trabalhadora Rural.	54300.1330/2010-47	<b>I Lairana Navegação e Turismo-ME.</b>	6.980,00
06	Pagamento de 2 inscrições de servidores para participação em curso.	54300.1231/2010-65	<b>FATTO Consultoria e Sistemas S/S Ltda.</b>	2.880,00
07	Participação de um servidor no curso "Semana Nacional de Estudos Sobre Licitação em Fase"	54300.1258/2010-58	<b>N.P. Eventos e Serviços Ltda.</b>	2.200,00
08	Aquisição de 50 - cartucho para impressora Offijet.	54300.1448/2010-75	<b>PORT. Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda.</b>	4.150,00
09	Pagamento de inscrição para participação de servidor em curso "Prático no Novo Módulo do Siconv".	54300.1544/2010-13	<b>Orzil Consultoria Ltda.</b>	FRACASSADA

Dispensa N°	Motivo da Contratação / Objeto	Processo	Favorecido(s) / Vencedor(es)	Valor Contratado
10	Serviço de conserto e recuperação de 237 persianas em PVC.	54300.1621/2010-35	Goiás Decorações Ltda-ME.	4.960,00
11	Prestação de serviço de confecção de 10.000 carteiras porta documento para o programa Mulher Trabalhadora Rural.	54300.1863/10-29	Melo & Santos Comércio, Indústria e Serviços Ltda-EPP	3.600,00
12	Prestação de serviços de 3 assinaturas anual de cada jornal, para atender a Assessoria de Comunicação.	54300.2147/10-69	Noar Comunicações Ltda.	7.020,00
13	Contratação de empresa especializada no ramo de transporte de autos de João Pessoa/Porto Velho/RO.	54300.2154/10-04	Recotrans Transporte de Veículos e Cargas Ltda.	5.933,00
14	Contratação de prestação de serviços Telefônico Fixo Comutado (STFC) Local.	54300.2258/10-75	Brasil Telecom S/A.	<b>ESTIMADO</b> 295.296,38
<b>Total da Modalidade Dispensa de Licitação (Sede da SR-17/RO)</b>				<b>355.499,38</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela II.IV. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - DISPENSA DE LICITAÇÃO - UG 373013 (UA Pimenta Bueno)**

Valores em R\$ 1,00

Dispensa N°	Motivo da Contratação / Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
01	Aquisição de Material Permanente 01 reboque para transporte de barco PBT 500 Kg. Com 06 metros de comprimento Ano 2010 cor prata Placa NEF-0185.	54303.000017/2010-61	3.300,00	3.300,00	0,00
<b>Total da Modalidade Dispensa de Licitação (UA Pimenta Bueno)</b>			<b>3.300,00</b>	<b>3.300,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela II.V. Processos Licitatórios Realizados no Exercício de 2010 - DISPENSA DE LICITAÇÃO - UG 373012 (UA Ji-Paraná)**

Valores em R\$ 1,00

Dispensa N°	Motivo da Contratação / Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
01	Aquisição de materiais de consumo (água mineral, açúcar cristal, café torrado - moído, chá mate, copo descartável para café e copo descartável para água).	54302.000.024/2010-73	4.557,00	4.328,60	228,40
<b>Total da Modalidade Dispensa de Licitação (UA Ji-Paraná)</b>			<b>4.557,00</b>	<b>4.328,60</b>	<b>228,40</b>

Fonte: Divisão de Administração.



**Tabela II.VI. Inexigibilidade de Licitação**

Valores em R\$ 1,00

<b>Inexig. Nº</b>	<b>Motivo da Contratação / Objeto</b>	<b>Processo nº</b>	<b>Favorecido(s) / Vencedor(es)</b>	<b>Valor Contratado</b>
01	Prestação de serviços de publicações de matérias legais no Diário Oficial da União.	5430.00056/2010-99	<b>Imprensa Nacional</b>	100.000,00
02	Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica.	54300.00058/2010-88	<b>Centrais Elétricas de Rondônia - CERON</b>	720.000,00
03	Prestação de serviços de fornecimento de águas e esgotos.	54300.00059/2010-22	<b>Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD</b>	72.000,00
04	Prestação de serviços de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório.	54300.00057/2010-33	<b>DETRAN/RO - Departamento Estadual de Trânsito</b>	Fracassada
05	Prestação de serviços de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório.	54300.00057/2010-33	<b>DETRAN/RO - Departamento Estadual de Trânsito</b>	Fracassada
06	Prestação de serviços de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório.	54300.00057/2010-33	<b>DETRAN/RO - Departamento Estadual de Trânsito</b>	15.000,00
07	Prestação de serviços com pagamento de taxa de Licenciamento Prévia (LP) e Licença de Instalação e Operação (LIO), pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia e suas Unidades, no exercício de 2010.	5430.000.0772/2010-76	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI</b>	Fracassada
08	Prestação de serviço com pagamento de taxas.	5430.000773/2010-11	<b>Fundo Especial de Proteção Ambiental</b>	40.000,00
09	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação de servidor.	54300.000763/2010-85	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI</b>	2.500,00
10	Prestação de serviço com pagamento de taxa ambiental: Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação e Operação (LIO).	54300.000772/2010-76	<b>Fundo Especial de Proteção Ambiental</b>	140.000,00
11	Prestação de serviços com pagamento de revisão e fornecimento de peças para 10 viaturas pertencentes ao Incra/RO, exercício 2010.	54300.001543/2010-79	<b>L. F. IMPORTS Ltda.</b>	73.875,00
	Pagamento com fornecimento de peças para 10 viaturas pertencentes ao Incra/RO, exercício 2010.			65.134,60
12	Pagamento de inscrição do servidor para participação no curso de formação MCTS Visual Studio 2005/2008, promovido pelo SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, no período de 20 de setembro a 23 de outubro de 2010, com carga horária de 104 horas, na cidade de Porto Velho/RO.	543000.01820/2010-43	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI</b> CNPJ: 03.780.605/0001-30	2.500,00

<b>Inexig. Nº</b>	<b>Motivo da Contratação / Objeto</b>	<b>Processo nº</b>	<b>Favorecido(s) / Vencedor(es)</b>	<b>Valor Contratado</b>
13	Participação de um servidor no Curso a Distância de Inferência Estatística Aplicada na Engenharia de Avaliação, no período de 18 de outubro a 26 de novembro de 2010.	54300.001907/2010-11	<b>Dantas Engenharia de Avaliações Ltda.</b>	700,00
14	Pagamento de inscrição dos servidores para participação no Curso Básico de Engenharia de Avaliação a Distância.	54300.001983/2010-26	<b>Dantas Engenharia de Avaliações Ltda.</b>	1.200,00
15	Pagamento de inscrição de servidor, par a participação no Curso à Distância de Inferência Estatística Aplicada na Engenharia de Avaliações.	54300.002036/2010-52	<b>Dantas Engenharia de Avaliações Ltda.</b>	700,00
16	Pagamento de inscrição da servidora Maria de Fátima de Medeiros, para participação no curso operacionalização do SICONV.	54300.002048/2010-87	<b>Orzil Consultoria Ltda.</b>	1.780,00
17	Pagamento de inscrição de servidores para participação no curso SICONV Avançado, a ser realizado nos período de 17 a 19/11/2010 em Belo Horizonte/MG.	54300.002089/2010-73	<b>Premiun Seminários e Cursos Ltda.</b>	3.700,00
18	Pagamento de inscrição para participação de servidores em curso Básico em Libras.	54300.002042/2010-18	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial</b>	3.000,00
<b>Total da Modalidade Inexigibilidade de Licitação</b>				<b>1.242.089,60</b>

Fonte: Divisão de Administração.